

Cavaco quer mais 340 milhões de contos de impostos

Tudo vai subir: alimentos combustíveis remédios livros. E a culpa é dos impostos

Páginas centrais



«Os portugueses podem contar com o PCP» uma palavra de ordem firmemente confirmada no comício de sexta-feira

Comício em Almada

Discurso de Álvaro Cunhal - Págs. 3, 4, 5 e 6

Emigrantes e imigrantes

— artigo de
Luís Sá

Pág. 18

Alemanha, Japão, EUA

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 22 e 23



Lutas por melhores salários

Págs. 7 e 8

Guerra do Golfo foi há um ano

— artigo de
Domingos Lopes

Págs. 24 e 25



O PCP denunciou o aumento dos impostos indirectos na proposta de OE para este ano

RESUMO

15 Quarta-feira

António Guterres, do Partido Socialista, apresenta publicamente a sua «moção» concorrente à liderança do PS ■ O grupo parlamentar do PSD volta a debater a questão das multas aos deputados faltosos ■ Os Estados-membros da CEE reconhecem em conjunto as independências da Eslovénia e da Croácia. O governo de Belgrado contesta a legitimidade desta decisão ■ O governo israelita recua na questão dos colonatos, anunciando que o Exército vai proceder ao desmantelamento de algumas «implantações» nos territórios de Gaza e da Cisjordânia ■ O presidente Bush inicia a sua campanha de recandidatura à presidência dos EUA, reconhecendo-se culpado da recessão económica ■ Advogados dos participantes no golpe de Estado de Agosto, em Moscovo, pedem que Gorbachov não seja autorizado a sair do país.

16 Quinta-feira

Uma queixa da Comissão Nacional de Eleições sobre a não apresentação de contas da campanha eleitoral é enviada pelo Procurador da República ao Ministério Público, a fim de instauração de processo ■ Na Geórgia, o presidente Gamsakhurdia volta ao país depois da fuga a que foi obrigado e apela à mobilização popular contra a junta militar que tomara o poder ■ Cinco membros de um Conselho de Estado prestam juramento, na Argélia. Preside ao Conselho o ex-exilado em Marrocos, Budiaf ■ Morre em Lisboa a professora catedrática Laura Ayres, que presidia à Comissão Nacional de Luta contra a SIDA ■ Meneres Pimentel é eleito para o cargo de Provedor de Justiça.

17 Sexta-feira

Reúnem-se em Moscovo cinco mil oficiais do ex-Exército Vermelho, defendendo a unidade das Forças Armadas da ex-URSS ■ Em debate na rádio, Jorge Sampaio e António Guterres mostram as diferenças que os separam na corrida à liderança do PS ■ Ante a candidatura de Basílio Horta à liderança do CDS, vários militantes destacados daquele partido ameaçam sair se aquele dirigente ganhar no congresso de Março ■ Atentado à bomba no Ulster, não reivindicado, mata sete pessoas ■ Mário Soares recebe a CGTP/Intersindical Nacional e a UGT que manifestam ao Presidente da República as preocupações dos trabalhadores face à situação social ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, intervém num comício, em Almada.

18 Sábado

Ministro Braga de Macedo envia mensagem à Conferência de Transição para a União Económica e Monetária, defendendo a política económica e financeira do Governo e a convergência entre esta e os interesses da CE ■ Edith Cresson, chefe do governo francês, anuncia processo contra Le Pen, queixando-se de «injúrias» da parte do líder da extrema-direita ■ Collor de Melo substitui ministros do Trabalho e da Previdência, em tentativa de afastar a crise que o seu executivo atravessa ■ Soldados das forças armadas do Congo-Brazzaville impedem a saída da capital ao primeiro-ministro Milongo ■

Conselho Militar que tomou o poder na Geórgia decreta o recolher obrigatório na cidade de Kutaisi, onde se manifestam apoiantes de Gamsakhurdia.

19 Domingo

O Exército Federal jugoslavo torna a atacar posições das forças croatas, acusando estas de violarem as tréguas ■ Pescadores e armadores do Norte e do Algarve iniciam paralisação a fim de pressionarem no sentido de serem recebidos pelo secretário de Estado das Pescas ■ Por curta margem, Jelev, da anticomunista UFD, vence as eleições presidenciais na Bulgária, obtendo 54 por cento dos votos, contra 45 do seu adversário do PSB (antigo Partido Comunista), Valkanov ■ Ministro Silva Peneda admite que em Portugal a mão-de-obra infantil abrange 15 mil crianças ■ O presidente da Ucrânia, Kravtchuk, recusa que a chamada Comunidade de Estados Independentes possua forças armadas próprias ■ Governo britânico decide enviar reforços urgentes de tropas para a Irlanda do Norte, após o atentado em que morreram sete pessoas ■ Shamir perde maioria absoluta no parlamento israelita, tendo saído da coligação dois partidos extremistas de direita, o Tehya e o Moledet.

20 Segunda-feira

Despenha-se em França um Airbus, com 96 pessoas a bordo, apenas dez das quais sobrevivem ■ Krus Abecassis assegura que a sua decisão de não se candidatar à liderança do CDS é irreversível ■ Alberto João Jardim é convidado oficialmente a visitar Angola e recebe mensagem pessoal de José Eduardo dos Santos ■ Ministro da Defesa da Hungria visita Portugal, onde será recebido por Cavaco Silva e por Fernando Nogueira ■ Centrais sindicais portuguesas — CGTP e UGT —, reúnem-se em Lisboa com congéneres espanholas — Comisiones Obreras, UGT e ELA-STV —, reclamando a aplicação da política social aprovada em Maastricht ■ As forças armadas do Congo-Brazzaville assumem o poder no país, sem contestar o presidente Nguesso ■ Ministro da Irlanda do Norte apresenta demissão ao governo britânico por ter sido apanhado a cantar na TV duas horas depois do atentado que vitimou sete pessoas. O primeiro-ministro Major recusa o pedido.

21 Terça-feira

A Comissão Política do PCP manifesta o seu propósito de reduzir os impostos directos, ao comentar a proposta de Orçamento divulgada pelo Governo ■ Professores, funcionários, pais e alunos do Ensino Especial concentram-se frente à AR exigindo do Governo medidas para evitar a falência das escolas ■ Depois de 16 anos de suspensão condenada nos tribunais, Costa Martins volta à Força Aérea ■ A CM de Lisboa garante o realojamento de metade das famílias do Bairro da Liberdade ■ A CM de Vila Franca de Xira processa Macário Correia por difamação ■ Armadores de pesca artesanal do Norte e do Algarve concentram-se frente ao Centro Cultural de Belém, contestando medidas do Governo para o sector ■ Começa em Roma a 10ª ronda das negociações para a paz em Moçambique ■ Apoiantes e opositores de Gamsakhurdia defrontam-se no Oeste da Geórgia com blindados.

Escalada de impostos e preços Autoritarismo político

Cavaco Silva prometeu e apregoou durante a recente campanha eleitoral para a Assembleia da República a melhoria do bem-estar e uma «democracia de sucesso». O ministro das Finanças vem agora dizer que a estratégia em que o Governo baseou o Orçamento de Estado para 1992 é a da «poupança e paciência».

Entre as duas afirmações fica a demonstração da colossal demagogia eleitoral com que o PSD enganou os portugueses.

Cavaco Silva faz precisamente aquilo que mais desmentiu como constituindo um propósito reservado do Governo, isto é, o pesado agravamento da carga fiscal.

Depois disto, o País tem redobradas razões para duvidar do valor dos desmentidos do Primeiro-Ministro e do crédito que merecem as suas palavras.

Esta demonstração torna-se ainda mais revoltante quando, apesar da violência dos números, os governantes do PSD têm o descaramento de alegar, para tentar salvar a face, que não há agravamento fiscal.

O que verdadeiramente não há é artifícios oratórios ou manipulação de números ou justificações comunitárias que possam esconder um aumento dos impostos de montante superior a 670 milhões de contos, dos quais quase 500 milhões correspondem ao aumento dos impostos indirectos.

Confirma-se, além disso, ao contrário do que o Governo reiteradamente tem afirmado, que o próprio IRS sofrerá agravamento, com alta probabilidade, bastando para isso que a taxa de inflação ultrapasse os 8 por cento estabelecidos para o crescimento dos novos escalões, o que o próprio Governo admite ao prever uma taxa de inflação do consumo privado de 9,25 por cento.

Mas não é apenas através do brutal aumento da carga fiscal que o texto orçamental põe a nu a verdadeira política de Cavaco Silva.

A proposta de lei do Orçamento confirma a ofensiva contra os trabalhadores da função pública, quer reiterando os ridículos aumentos já propostos, quer anunciando «mecanismos selectivos de descongestionamento» o que quer dizer de dispensa, através de licenças, do pagamento de indemnizações e antecipação da idade de reforma. Confirma o propósito do Governo de obter através da Concertação Social um bloqueamento dos aumentos dos

salários e vencimentos reais. Confirma a continuada política do PSD de desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais nos domínios da saúde, da habitação, do ensino e da segurança social.

Configura um verdadeiro escândalo a dotação de 179 milhões de contos fixada pelo Governo para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) das autarquias locais, quando estas, mesmo antes de conhecerem o gigantesco crescimento do IVA, de 640 para 900 milhões de contos, já reclamavam 202 milhões de contos. A proposta governamental ilustra, neste ponto, ainda mais do que em anos anteriores, a política de estrangulamento financeiro das autarquias e a contumácia do Governo no incumprimento da Lei das Finanças Locais.

A eliminação da taxa zero do IVA significa que 30 por cento do consumo médio das famílias portuguesas que até agora não pagava imposto passa a pagar uma taxa de 5 por cento. Esta alteração incide, sobretudo, em bens de primeira necessidade, designadamente alimentares, como o pão, o leite, a carne, o peixe, mas também medicamentos e livros. É a escalada dos preços, sobretudo nos consumos das camadas sociais de mais baixos rendimentos.

A flagrante injustiça da política fiscal de Cavaco Silva, traduzida no Orçamento de 1992, que agrava brutalmente os impostos indirectos, reside, especialmente, em que obriga a pagar mais quem menos pode pagar. Os mais atingidos vão ser precisamente os reformados e pensionistas, os trabalhadores que auferem o salário mínimo e os que se encontram em situações de emprego precário, os desempregados, enfim todos aqueles que pela difícil situação social não pagam outros impostos.

Com o aumento da carga fiscal, a escalada dos preços, a contenção salarial e o estrangulamento financeiro das autarquias, o Governo prepara um ano particularmente duro para a grande maioria dos portugueses. Compreende-se agora o que é que Cavaco Silva queria dizer na sua recente entrevista ao «Expresso» quando falou de «muito rigor» sem excluir mesmo a «necessidade de empobrecimento».

Ao grande capital, o Governo oferece, no entanto, a promissora perspectiva de novas participações e posições através da alienação de maior número de empresas públicas com a aceleração das privatizações.

Era interessante conhecer como é que os novos oportunistas ditos de esquerda explicam estes desenvolvimentos da política governamental e conseguem dizer que ela não é «exclusivamente de direita», «nem liberal», nem «inteiramente negativa».

A severidade objectiva no julgamento e desmascaramento da política do Governo é um elemento intrínseco e fundamental da determinação e da justa orientação da luta para lhe fazer frente, contrariá-la, isolá-la e por essa forma preparar os caminhos alternativos, de esquerda.

No discurso que proferiu na passada sexta-feira, no comício de Almada, Álvaro Cunhal alertou para o objectivo da direita de «estabelecer, apesar do reconhecimento formal do pluripartidarismo, um sistema de um único partido no poder - a efectiva ditadura de um partido no quadro de um sistema parlamentar por ele controlado».

A obsessiva monopolização do poder por parte do PSD e o autoritarismo que evidencia, mesmo quando a Constituição manda o Governo ouvir e partilhar esse poder com a oposição, ilustram as razões da prevenção e das preocupações manifestadas pelo Secretário-Geral do PCP.

É a monopolização e a sua eternização no poder que o PSD tem em vista com a anunciada revisão da legislação eleitoral, é o mesmo objectivo que visa na elaboração do novo Estatuto da RTP, ou quando governamentaliza e afasta a oposição de qualquer papel na presidência portuguesa da CEE e em geral no processo de integração, ou quando esvazia e reduz a actos da mais seca formalidade obrigações decorrentes do Estatuto da Oposição como aconteceu com as recentes audições sobre o Orçamento do Estado.

Há razões para ter a maior desconfiança em relação às chamadas propostas de reforma do Parlamento anunciadas pelos deputados-laranja. Não são seguramente para dar mais poder de fiscalização e intervenção à Assembleia da República e podem ser, pelo que se conhece do cavaquismo e pela largueza dos trabalhos anunciados, o caminho para novos condicionamentos da intervenção da oposição, novas «rolhas» e coletes-de-forças sobre a vida parlamentar.

As forças democráticas, fora e dentro da Assembleia da República, têm acrescidas razões para dialogar e convergir no desmascaramento e na resistência à política e aos planos do PSD e do seu Governo.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (038) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Hebe Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS E TUNÍSIA) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Almada

Um grande comício e uma bela festa

Uma multidão a transbordar do vasto recinto do cinema da Academia Almadense foi a moldura festiva do comício realizado na passada sexta-feira, por iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP, onde o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, proferiu um importante discurso, que transcrevemos nestas páginas.

E «moldura festiva» é a expressão adequada à iniciativa. A multidão que encheu a grande sala de espectáculos cedo demonstrou ter ido ali em festa, começando por acompanhar com grande vivacidade a primeira parte da sessão preenchida com a actuação musical de Toni da Costa, um artista que, com simplicidade, articulou diversos êxitos populares das duas últimas décadas, com passagem obrigatória por Zeca Afonso. A juventude, particularmente visível junto ao palco, comandou os coros e as bailações com a animação do costume, arrastando, se assim se pode dizer, o vasto recinto para a festa.

Festa que tinha um cunho próprio, enfeitada de bandeiras comunistas e animada de um evidente empenho político, bem expresso quando, no final do espectáculo e saudando a entrada dos participantes do comício, uma espectacular ovação atrou pela sala.

Um retrato do Concelho

Rodeando Álvaro Cunhal, obviamente o convidado da noite, encontravam-se numerosos membros da Comissão Concelhia de Almada do PCP e uma representação da JCP. Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, acompanhava o Secretário-Geral.

O primeiro orador da noite foi Vicente Merendas, da Comissão Concelhia, que traçou um retrato acutilante da realidade socioprofissional que se vive neste importante Concelho da Margem Sul. «Em Almada os trabalhadores enfrentam de novo sérias e graves ameaças», afirmou a dado passo, exemplificando com a situação que se vive no Arsenal do Alfeite, onde a administração prepara nova redução de trabalhadores e o encerramento de vários sectores, enquanto a Lisnave

perdeu mais de metade dos seus efectivos, que foram substituídos por contratados a prazo ou subcontratados. Só no ano passado a Lisnave pagou seis milhões de contos a subempreiteiros, enquanto nos últimos dois anos morreram 14 trabalhadores nesta empresa, vítimas de acidentes de trabalho, ocorrências ali inexistentes desde o 25 de Abril.

Seguiu-se uma intervenção da presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília, que foi antecedida de uma saudação da JCP.

O discurso da autarca como que completou o retrato do Concelho iniciado pelo primeiro orador. Denunciando frontalmente a actuação do PS na Câmara Municipal de Almada como de obstrução sistemática, Maria Emília enunciou minuciosamente o enorme e fundamental conjunto de obras lançadas ou a lançar no Concelho e que o PS procurou impedir ou inviabilizar com a sua rejeição do Plano e Orçamento deste ano. São iniciativas de fundo quadriculadas por áreas fundamentais da vida do Concelho, como fornecimento de água, estradas e vias de comunicação, ensino, desporto e património histórico-cultural, para apenas citar-mos alguns.

Entretanto «a Câmara conseguiu 10 milhões de contos de fundos da CEE para obras fundamentais no Concelho», anunciou a presidente, esclarecendo que esta «lança em África» não foi fruto do acaso mas o resultado concreto da capacidade de diálogo da autarquia e de um trabalho aturado e sistematizado ao longo dos anos, que permitiu a criação dos dossiers indispensáveis para se concorrer aos fundos, e conseguiu-os. Em 1991 o Concelho de Almada conseguiu o mais alto nível de investimento - 51 contos por habitante.

Mas também há problemas no Concelho, em geral resultantes da política governamental ou da sua indiferença para com as populações. Maria Emília enunciou-os, também: o corte de refeições nas escolas (tirando a muitas crianças a única refeição que tomavam diariamente), as consequências do IVA, a política exclusivamente economicista do IGAP, a falta de habitação social, o investimento nulo do Governo no Concelho de Almada.



Intervenção de Álvaro Cunhal Outubro, «perestroika», ideais libertadores e a política antidemocrática do PSD

(...)

A revolução de Outubro o «modelo» rejeitado e a «perestroika»

O findar de 1991 e o início de 1992 ficam assinalados por graves acontecimentos na vida internacional de significado e repercussões profundas para toda a humanidade.

Refiro-me à vitória do processo contra-revolucionário que se traduziu na liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e no desaparecimento, com a demissão de Gorbachov, do pouco que ainda restava do poder político central.

São acontecimentos que alteram substancialmente não apenas a situação no que foi a União Soviética como a situação mundial e as perspectivas a curto e a médio prazo da sua evolução.

Justifica-se que aqui responda a algumas questões que os próprios acontecimentos suscitam.

Primeira questão: À luz dos acontecimentos, como considerar de um ponto de vista histórico a Revolução de Outubro, a construção da nova sociedade, o papel desempenhado pela URSS ao longo do século? (...)

Continuamos a considerar que a Revolução de Outubro e a construção de uma nova sociedade foram acontecimentos de significado histórico mundial na luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação. Continuamos a considerar que, pelas transformações revolucionárias da sociedade, pela sua força na contenção do imperialismo e pela sua solidariedade internacionalista, a URSS representou ao longo do século XX um papel de primeiro plano e por vezes determinante nas conquistas sociais e políticas dos trabalhadores, na libertação do mundo da ocupação e terror fascista na 2ª Guerra Mundial, no ruir do colonialismo, na defesa da paz mundial.

Trata-se de realidades históricas que os arautos do capitalismo procuram apagar e fazer esquecer, mas que nós, os comunistas portugueses, com plena consciência, sublinhamos perante os trabalhadores e o povo do nosso país.

Significa esta nossa apreciação positiva que consideramos que o sistema social e o regime político que se desenvolveram e acabaram por instituir-se na URSS (como também noutros países do leste da Europa) correspondiam aos objectivos e ideais sempre afirmados e reafirmados pelos comunistas?

Não. O nosso Partido respondeu e responde negativamente a esta questão. Não só no seu próprio Programa de sociedade socialista para Portugal o nosso Partido não adoptou um tal «modelo», como considerou e considera que esse «modelo» apesar de inegáveis êxitos em várias áreas, rompeu com objectivos fundamentais dos ideais comunistas.

Como o XIII Congresso (Extraordinário) apontou, esse «modelo» caracterizou-se pela substituição do poder popular por uma forte centralização do poder político, cada vez mais afastado das aspirações, opinião e vontade do povo; por graves limitações à democracia política, ao mesmo tempo que se acentuava o carácter repressivo do Estado e a infracção da legali-



dade; pela edificação de uma economia com centralização excessiva da propriedade estatal e eliminação de outras formas de propriedade e de gestão, o desprezo do papel do mercado e da desincentivação da produtividade e do empenhamento dos trabalhadores; pelo estabelecimento no partido de um sistema de centralismo burocrático, com o afastamento progressivo dos trabalhadores e das massas populares e a imposição administrativa das decisões tanto no partido como no Estado dada a fusão e confusão das funções do Estado e do partido; e finalmente pela dogmatização e instrumentalização do marxismo-leninismo e sua imposição como doutrina do Estado.

O que fracassou, sublinhou o nosso Partido, não foram os ideais comunistas, mas a rotura e violação desses ideais por esse «modelo». Havia que rejeitá-lo e que superá-lo.

A consciência de tal necessidade explica a atitude positiva que o nosso Partido assumiu em relação à «perestroika», ou seja, a rejeição de tal «modelo» e o empreendimento da reestruturação e renovação da sociedade socialista.

Interessa lembrar e sublinhar que no XII Congresso do nosso Partido, realizado em Dezembro de 1988, houve o cuidado de apontar aquelas características da «perestroika» definidas pelo próprio PCUS que levaram o nosso Partido a considerar a «perestroika» como «um processo de transformação e avanço da sociedade socialista»: o poder dos trabalhadores com garantia da plenitude do poder dos soviets como base da organização do Estado; o estímulo e a promoção da intervenção criativa das massas populares em todas as esferas da vida social; a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, tendo a apropriação colectiva dos principais meios de produção como base e o bem-estar do povo como objectivo central; o papel do partido como força política de vanguarda e designadamente do processo de construção da nova sociedade; a democracia política na organização do Estado, no Partido e na sociedade indissociável da consigna «mais democracia, mais socialismo».

Considerámos positivamente a «perestroika» na medida em que se anunciavam objectivos que significavam um



PCP

«O PCP esteve ao lado da "perestroika", mas não esteve (e consideramos que é um ponto de honra que não tivesse estado) ao lado de capitulacionistas, nem de forças anti-socialistas, de forças contra-revolucionárias que conduziram a União Soviética à derrocada e ao desastre»

projecto e um empreendimento, não para enfraquecer e muito menos para liquidar mas para reforçar e para enriquecer o socialismo e conseguir assim levar por diante a construção da nova sociedade em maior conformidade com os ideais comunistas.

«Mais e mais socialismo» foi milhentas vezes proclamado pelos promotores da «perestroika», designadamente por Gorbachov.

Mas na realidade, a situação na URSS não evoluiu no sentido apontado e cada vez mais se afastou dos objectivos anunciados.

A derrota da «perestroika» e o fim da União Soviética

(...)

Desde início tornámos claro que o nosso Partido era solidário para com uma política de reestruturação, renovação, reforço do socialismo, mas não como um processo visando a sua destruição. Solidário para com um processo que se chamou «perestroika» para o reforço do socialismo, não com um processo que à sombra da «perestroika» começou a desenvolver-se visando a liquidação do socialismo.

Porque, na verdade o que se via na prática? A «perestroika» (disse-se, repetiu-se, proclamou-se) era mais e mais socialismo. Mas, passo a passo, abandonaram-se sucessivamente os objectivos proclamados, estimulou-se o avanço das forças contra-revolucionárias e deixou mesmo de falar-se em socialismo.

Numa triste história de vacilações, recuos, capitulações, o processo da «perestroika» foi enfraquecendo, degenerando, afastando-se dos seus objectivos inicialmente anunciados e foi ultrapassado por um processo contra-revolucionário gerado e desenvolvido à sombra da «perestroika» e invocando o seu nome.

Em vez de uma economia florescente, a desorganização do aparelho produtivo e do aparelho comercial, a diminuição da produção, a especulação desenfreada, o mercado negro, o velloso agravamento da dependência do estrangeiro.

Em vez do melhoramento das condições de vida do povo, a inflação galopante, os aumentos vertiginosos dos preços e a penúria dos abastecimentos.

Em vez do Estado de direito, a violação constante, repetida, arrogante, pelas forças contra-revolucionárias da Constituição e das leis soviéticas.

Em vez da solução do problema nacional e da paz interna, agudos conflitos interétnicos, formação de milícias, de exércitos e de grupos armados, violências e operações militares, guerras civis em várias repúblicas.

Em vez da democracia e do tão decantado pluripartidarismo, um historial de golpes de Estado, a ilegalização do PCUS, a perseguição aos comunistas, a instauração de um poder pessoal ditatorial.

Em vez do regresso a Lénine tão anunciado e prometido, uma feroz campanha acusatória contra Lénine, a demolição das estátuas de Lénine, a substituição do nome de Leninegrado pelo nome Petersburgo, nome da cidade do antigo czar.

Em suma, em vez da «renovação do socialismo», em vez de «elevar o socialismo a um nível mais alto» (como proclamou o delegado do PCUS na saudação pronunciada na tribuna do XII Congresso do nosso Partido), em vez disso a liquidação do socialismo. Em vez da União Soviética renovada, também a sua liquidação.

Não, camaradas. O nosso Partido não foi nem poderia ser solidário para com o processo que se desenvolveu à sombra da «perestroika» e que conduziu ao grande desastre que significa a liquidação da URSS e a situação aí criada - acontecimentos e situações de consequências negativas, inquietantes e ainda hoje incalculáveis, não apenas para os povos soviéticos, mas para toda a humanidade.

Todos se lembram da campanha que por motivo da nossa atitude nos foi movida. Nessa campanha, uma das mais graves acusações era a de que o PCP, agarrado ao tal «modelo» do passado, estaria contra a «perestroika». Mas a verdade, a verdade que ninguém pode contestar, é que o PCP esteve ao lado da «perestroika», mas não esteve (e consideramos que é um ponto de honra que não tivesse estado) ao lado de capitulacionistas, nem de forças anti-socialistas, de forças contra-revolucionárias que conduziram a União Soviética à derrocada e ao desastre.

Para nós, para o PCP, a «perestroika» era a renovação necessária do socialismo. Para esses que nos acusavam de estarmos contra a «perestroika», a «perestroika» identificava-se precisamente com as forças que invocando a «perestroika» avançavam de reforma em reforma, de capitulação em capitulação, de golpe em golpe, na destruição do essencial da sociedade socialista, no caminho da liquidação do socialismo e da desintegração do Estado soviético.(...)



Para mal dos povos soviéticos e da humanidade, os acontecimentos comprovaram de forma esmagadora a correcção da posição do nosso Partido, as nossas reservas, as nossas advertências, a nossa recusa frontal a apoiarmos ou expressarmos qualquer tipo de solidariedade a forças que dentro ou fora do PCUS disfarçadas com a bandeira da «perestroika» actuavam para a desintegração da URSS e a destruição do socialismo.

Para quem a nossa gratidão, para quem o nosso obrigado

(...)

Claramente e sem equívocos rejeitámos o «modelo» que foi posto em prática na URSS e nos países do leste da Europa.(...)

Mas, ao fazermos a crítica do passado, ao deitarmos fora as águas sujas dos erros e das perversões, não deitámos fora o menino com a água do banho. Porque não só não esquecemos como lembramos e sublinhamos as transformações revolucionárias alcançadas na URSS, as conquistas sociais e culturais do povo, e o papel que, pelas suas realizações, pela sua força e pela sua activa solidariedade para com os trabalhadores e os povos, a União Soviética desempenhou ao longo do século.

Por isso, ao anunciar-se há dias a liquidação da URSS, o arrear da bandeira vermelha para hastear no Kremlin a bandeira da Rússia dos Czares, e ao formalizarem-se estes factos no anúncio da demissão de Gorbachov, não fomos daqueles que batemos as palmas e gritamos «obrigado Gorbachov».

Bateram as palmas à liquidação da URSS e gritaram «obrigado Gorbachov» o Presidente dos Estados Unidos, Bush, o Secretário-geral da NATO, grandes senhores do capitalismo, a comunicação social portuguesa lançada na campanha anticomunista e algumas vozes de pessoas que ainda há pouco se diziam comunistas e que agora navegam com velas murchas nas águas poluídas de outras forças políticas.

A nossa solidariedade, a nossa gratidão, o nosso obrigado é para todos aqueles que ao longo da história, souberam fazer frente às dificuldades, aos obstáculos, às adversidades, às derrotas, às perseguições e às injustiças, insistindo com determinação e coragem na defesa dos nobres ideais de libertação do ser humano.

A nossa solidariedade, a nossa gratidão, o nosso obrigado é para todos aqueles que, ficando embora desconhecidos os seus nomes, deram o melhor de si próprios, batalharam, lutaram, deram tantos a vida, para transformar o mundo e construir uma nova e melhor sociedade.

A nossa solidariedade, a nossa gratidão, o nosso obrigado é para aqueles que, no que foi a União Soviética, como em relação a qualquer outro país, e nomeadamente aqui no nosso, aqui, em Portugal, mantêm vivos nas suas convicções e no seu coração os ideais libertadores que marcam o século XX com a acção dedicada dos comunistas.

A nossa solidariedade, a nossa gratidão, o nosso obrigado, não são para aqueles que capitulam e atraioam, mas para aqueles que continuam a querer, a resistir e a lutar.

A bandeira vermelha que empunhamos

Alguns senhores protestaram como se fosse um escândalo, porque no dia em que com o gáudio de toda a reacção mundial, no Kremlin foi arreada a bandeira vermelha com a foice e o martelo e asteada a bandeira da Rússia dos Czares, aparecemos na televisão a tornar pública a posição do Partido tendo ao lado a nossa bandeira.

Escândalo para eles, porque, nos tempos que correm, para alguns é escândalo alguém não ceder às pressões e à chantagem, não se adaptar acobardado a vitórias do capitalismo e afirmar-se com a consciência do que é - afirmarmos nós, comunistas, que prezamos de o ser.

A bandeira vermelha com a foice e o martelo como bandeira do Estado soviético foi ao longo do século XX uma referência importante da luta libertadora dos povos. Talvez nesta sala se encontre ainda alguém que se lembre de uma fotografia que em 1945 ficou célebre: a fotografia de um soldado soviético depois de ter arreado a odiosa bandeira da cruz gamada hasteando no

mastro do alto do Reichstag em Berlim a bandeira soviética, a bandeira vermelha com a foice e o martelo, marcando com esse gesto a derrota da Alemanha hitleriana na 2ª Guerra Mundial, a libertação da Europa do tenebroso pesadelo e do sanguinário terror nazi, e o papel heróico e libertador da União Soviética, ao preço de 20 milhões de vidas.

A bandeira vermelha não era entretanto apenas a bandeira da União Soviética. A bandeira vermelha, como bandeira dos explorados e oprimidos, vem de longe. Como diz a letra da canção, já na Idade Média a arvoravam como signo da rebeldia dos escravos que se revoltavam.

A bandeira vermelha foi, ao longo do nosso século, a bandeira dos comunistas de todo o mundo. Empunhando a bandeira vermelha com a foice e o martelo deram a vida centenas de milhares de combatentes contra o fascismo, contra a opressão, pela liberdade, a democracia, a paz e o socialismo.

Para nós, comunistas portugueses, a bandeira vermelha com a foice e o martelo sempre foi e, nos termos dos próprios Estatutos do Partido, continua a ser a bandeira do PCP.

Estareis de acordo camaradas que aqui confirme que todos sentimos orgulho nessa bandeira e, como símbolo que é, estamos decididos a continuar a empunhá-la ao lado da bandeira nacional como testemunho dos nossos ideais, da nossa convicção e da nossa confiança no futuro.

Algumas palavras sobre o conceito e a prática de democracia

Todo este processo de desintegração e destruição da União Soviética foi conduzido e realizado em nome da democracia. Em nome da democracia se conduziu e continua a conduzir-se uma política antidemocrática. Não é situação única, nem caso único.

Na vida política mundial talvez não haja conceito que apareça com maior relevo, na política e na prática, do que o conceito de democracia. Mas a democracia segundo uns não é a democracia segundo outros, porque de facto democracia não é um conceito universal, intemporal, imutável e absoluto.(...)

Através dos séculos, os conceitos de democracia têm as mais diversas expressões na teoria e na prática.

E na actualidade? Salvo focos fascistas e ultra-reacionários que ostensivamente se afirmam como tal, todos falam em democracia, todos a invocam, todos dizem defendê-la. Mas cada qual tem o seu conceito próprio e a sua própria prática de democracia.

(...)Nesta matéria não têm razão alguns arqueólogos de velharias ideológicas apresentadas como últimas novidades que, contra a realidade dos factos, proclamam que a divisão em classes das sociedades capitalistas tende a desaparecer, que o Estado e a política dos governos deixou de ter natureza de classe, que a luta de classes é um conceito ultrapassado, e que o capitalismo atingiu uma forma nova e superior a fase do capitalismo democrático, que estaria finalmente dando ao conceito e à prática de democracia um conteúdo universal, intemporal, imutável e absoluto. Quem porém nesta matéria continua a ter razão é Marx, é Lénine, são os marxistas-leninistas. Porque nas sociedades capitalistas, a democracia tem inevitavelmente um conteúdo de classe.

Poderíamos abordar esta questão apenas em termos teóricos. Mas como a teoria nasce da vida e se confirma ou desmente na vida, torna-se não apenas útil mas necessário que, ao abordarmos estas questões, não só discorramos acerca das ideias, mas olhemos com olhos de ver as realidades que nos cercam.

Olhando a realidade nacional que vemos nós?(...)

O que vemos é um Governo e são leis que traduzem, defendem e servem os interesses do grande capital contra os trabalhadores, contra as massas populares. O que vemos é a política de classe do grande capital inspiradora do conceito e da prática de democracia oficialmente afirmada. O que vemos é a evolução do regime existente em Portugal, não no sentido do aprofundamento da democracia, mas no sentido da sua perversão, com o agravamento das desigualdades sociais, políticas, económicas e culturais dos cidadãos portugueses.

O PSD e o Governo apresentam-se como se fossem campeões da democracia. E ousam acusar-nos a nós, os comunistas,

«Claramente e sem equívocos rejeitámos o "modelo" que foi posto em prática na URSS e nos países do leste da Europa. Mas não só não esquecemos como lembramos e sublinhamos as transformações revolucionárias alcançadas na URSS, as conquistas sociais e culturais do povo e o papel que, pelas suas realizações, pela sua força e pela sua activa solidariedade para com os trabalhadores e os povos, a União Soviética desempenhou ao longo do século»

tas, de não sermos democratas. Mas, tanto na teoria como na prática, a realidade mostra com evidência, que a política do Governo é uma política essencialmente antidemocrática e que nós, os comunistas, nós PCP, nós portadores de um projecto de sociedade em que os grandes valores democráticos são essenciais, basilares e inerentes às concepções e às soluções em todas as áreas da vida da sociedade: nós somos, como sempre fomos - nós os comunistas, nós o PCP - os mais convictos, verdadeiros e firmes defensores da democracia.

A vertente social da política antidemocrática do Governo

Para o nosso Partido, no projecto de democracia avançada no limiar do século XXI que no Programa propomos ao povo português, a democracia tem inerentes quatro vertentes complementares e inseparáveis: a democracia económica, a democracia social, a democracia política e a democracia cultural.

E para o Governo? Qual o seu conceito e qual a sua prática de democracia?

A política do Governo - seja no plano económico, seja no plano social, seja no plano político, seja no plano cultural, - é uma política intrinsecamente antidemocrática e estas quatro vertentes da política antidemocrática do Governo são complementares e inseparáveis. (...)

O que caracteriza a política social do Governo do PSD?

O que a caracteriza é o perjúrio das promessas feitas ao eleitorado e o desencadear de uma nova ofensiva contra os trabalhadores e as massas populares, contra as suas condições de trabalho e de vida, contra importantes direitos e liberdades. (...)

(...) Estas breves referências põem a nu que a política social do Governo é uma política antidemocrática, é uma política ao serviço do capital, e contra direitos e liberdades essenciais dos trabalhadores.

É natural que o Governo diga o contrário. Menos natural que há dias se tenha ouvido uma voz vinda do movimento sindical acusando a esquerda de «fazer uma análise não objectiva da política do Governo» e de rotular o Governo «exclusivamente de direita», defendendo a necessidade de «fazer avaliações positivas da actuação do Governo» e gabando «as preocupações de natureza social» de Cavaco Silva.

Estareis de acordo, camaradas, em que não são essas as apreciações e essa a atitude que os trabalhadores precisam de assumir. Estareis de acordo em que é necessário que os trabalhadores façam frente com decisão à política do Governo e lutem firmemente em defesa dos seus interesses e direitos.

Não sãolouvaminhas à política de direita que servem os trabalhadores, mas uma atitude firme de crítica e de combate como aquela que assume o nosso Partido.

A restauração do capitalismo monopolista e a ofensiva contra a democracia política

A política social do Governo de natureza antidemocrática é inseparável da política económica igualmente antidemocrática de restauração do capitalismo monopolista e de centralização brutal de capitais e de riqueza.

Este objectivo é prosseguido através da liquidação progressiva do Sector Empresarial do Estado, que entretanto é essencial a uma verdadeira política de desenvolvimento e de defesa dos interesses nacionais. É prosseguido através do processo de privatizações marcado por gigantescas operações mafiosas de esbulho dos bens do Estado, por ilegalidades, por falcaturas, por grandes negociatas, por especulações e escândalos, por desmembramento e leilões fraudulentos de empresas, por desvios e apropriação ilícita de centenas de milhões de contos de fundos da CEE - processo que o Governo anuncia terá novo impulso com a privatização de sectores básicos fundamentais como os CTT, os TLP e a Petrogal. Este é o cerne da política de direita.

Entretanto, camaradas, não é ainda geral a compreensão de que o eixo estratégico da política do Governo e a motivação fundamental da sua política de agravamento da exploração dos trabalhadores, é a reconstrução e a restauração de grupos monopolistas dominantes, a restauração do poder económico e político dos grandes capitalistas portugueses (incluindo os que medraram apoiados na repressão e no terror fascista) associados em posição subalterna ao capital e a interesses estrangeiros.

Mas não se encerra nestas duas vertentes - a económica e a social - a compreensão do carácter, da natureza, dos objectivos e das consequências da política do Governo.

É também essencial compreender que da política económica e social do Governo é por sua vez inseparável a sua ofensiva contra a democracia política.

Inseparável porque o pleno respeito das liberdades e direitos dos cidadãos e o aprofundamento da democracia política dão espaço à afirmação do descontentamento, do protesto e de uma alternativa, e por isso não são compatíveis com uma política de exploração desenfreada dos que trabalham e da brutal centralização de riqueza, de agravamento da situação das populações.

Assim se explica que o Governo de Cavaco Silva, em assomos de arrogância e autoritarismo, continue a governamentalização das instituições, acentue o controlo, partidarização e instrumentalização da comunicação social, congele formas de democracia participativa, prossiga a ofensiva contra o poder local democrático e pretenda fazer aprovar novas lei eleitorais de forma a garantir e mesmo reforçar a sua permanência no poder quando (como é previsível) a sua votação em eleições futuras venha a sofrer um quebra vertical.

Alcançar no fim de contas o que de há vários anos tem sido objectivo da direita: controlar Governo, Assembleia, Presidente da República, municípios e estabelecer, apesar do reconhecimento formal do pluripartidarismo, um sistema de um único partido no poder - a efectiva ditadura de um partido no quadro de um sistema parlarmentar por ele controlado.

E se as ofensivas antidemocráticas do Governo no plano social, económico e político são inseparáveis, complementares e instrumentos de um mesmo processo, temos de concluir que a resistência e a luta contra a política do Governo tem também de desenvolver-se simultaneamente e complementarmente nessas três áreas da vida nacional e actuando nas diversas direcções e pelas formas diversas ao alcance dos trabalhadores, dos democratas, do nosso Partido: a acção nas instituições democráticas, nomeadamente na Assembleia da República e nas autarquias e a acção das organizações e movimentos sociais e as movimentações de massas cuja dinamização é essencial para que uma verdadeira e sólida oposição ao Governo e a solução de muitos dos mais graves problemas existentes possam ser alcançadas.

A frente institucional na luta contra a política de direita

(...)

Menos deputados são menos meios humanos e materiais para a realização do seu complexo trabalho. Aos nossos deputados cabe apresentar propostas construtivas para a solução dos problemas do país e das situações mais graves que atingem o povo português. Cabe-lhes manter informado o eleitorado da sua actividade. Cabe-lhes fazer frente, desmascarar, contrariar, combater, denunciar publicamente a política do Governo, os abusos do poder, e os seus projectos de lei antidemocráticos. Cabe-lhes tomar iniciativas de fiscalização da acção governativa. Cabe-lhes por um lado combater posições e propostas do PS de convergência ou de colaboracionismo com o PSD e por outro lado actuar de forma a alcançar, sempre que possível em situações concretas e em relação a problemas concretos, a convergência dos partidos democráticos, também do PS, na resistência à política de direita.

No curto tempo decorrido desde o princípio da legislatura podem apontar-se, entre outros aspectos da actividade do nosso Grupo Parlamentar, os projectos de lei que já apresentaram conforme o prometido aos eleitores: para a revogação dos aspectos mais gravosos do «pacote laboral», para a redução semanal das horas de trabalho, para a actualização das pensões, para o acesso gratuito a medicamentos de reformados e deficientes, para a extinção da PGA e a criação de novo regime de acesso ao ensino superior e ultimamente o projecto de lei relativo à televisão visando a manutenção como empresa pública, a sua desgovernamentalização e a garantia do acesso às forças da Oposição.

Assim, camaradas, é justo sublinhar que os deputados do nosso Partido estão correspondendo com competência, com trabalho aturado, com brio e mesmo com brilhantismo às complexas tarefas e à confiança que neles depositaram os eleitores. (...)

Quanto ao poder local, que se encontra sob o fogo da direita que procura abafar as suas mais ricas e criativas características, é uma das frentes fundamentais da luta institucional para a solução de muitos dos problemas das populações e para defesa do próprio regime democrático.

Aqui, no distrito de Setúbal, compreende-se bem como a actividade dos comunistas e outros democratas nas autarquias adquire não só uma excepcional importância para o distrito pois se deve em grande medida ao seu trabalho o desenvolvimento que se tem verificado, como excepcional significado na actual fase da vida portuguesa. O Governo e as forças de direita não se conformam com o facto de que os comunistas e outros democratas alcançarem a maioria e a confiança das populações para as Câmaras Municipais em 12 concelhos no total de 13 concelhos do distrito. (...)

Realizando-se este comício aqui, em Almada, justifica-se mais algumas palavras acerca do concelho. É conhecida a complexidade dos problemas existentes. É conhecido que alguns eleitos de outras forças políticas, sendo-lhes dadas pela maioria CDU possibilidades e estímulos para participarem na gestão camarária, preferem por vezes dificultar e mesmo quase tentar impedir a eficiência da gestão. É conhecida a campanha sistematicamente conduzida contra a maioria CDU. Mas é conhecido também que, defrontando as grandes dificuldades postas pela acção do Governo e pelos que na própria autarquia fazem mais mal que bem; se existem problemas por resolver, existe também uma importante obra realizada que é necessário valorizar e um plano para o ano corrente que confirma esta apreciação. (...)

Por isso é justo aproveitar esta ocasião para saudar a Câmara Municipal de Almada, a maioria CDU na Câmara, e designadamente a Presidente da Câmara, a camarada Maria Emília que participa neste comício, e que saudamos pela prova que dá de que as mulheres são tão capazes como os homens de exercer altas funções e pela coragem com que defronta dificuldades e obstáculos.

Creio que nenhum de nós esquece que na presente situação nacional que presentemente se atravessa ganha particular relevo a necessidade do reforço da ligação dos órgãos autárquicos às populações e às organizações populares, da informação mais pronta e alargada do trabalho realizado, do estímulo à participação directa das populações nas decisões fundamentais, do melhor atendimento às queixas e reclamações, da valorização da contribuição dos trabalhadores das autarquias, da confirmação do trabalho, honestidade e competência dos eleitos comunistas, num afirmado estilo superior de gestão e de forma do exercício do poder.

Em 1993 terão lugar as eleições para os órgãos autárquicos, e o seu resultado terá directa e profunda influência não só no poder local democrático, mas no próprio regime político e em toda a vida nacional.

As forças da direita, assim como o PS, começam já a agir tendo em vista essas eleições. Eles sabem o valor que, na democracia portuguesa e na vida nacional tem o exercício do poder local pelos comunistas e seus aliados da CDU em grande parte do país. Podemos estar certos de que o PSD e também o PS farão os possíveis e os impossíveis para nos afastar da responsabilidade da gestão de numerosas autarquias.

Pela nossa parte, pelo trabalho dos nossos eleitos e com o apoio dos trabalhadores, com o apoio das populações, com o apoio do Partido, desde já e ao longo do ano que agora começa, devemos também fazer tudo para que as eleições autárquicas de 1993 confirmem a confiança que nos têm conferido as populações e para que seja assegurada a continuação do exercício do poder local por comunistas e outros democratas em grande parte do país. Em Almada também naturalmente.

O importante papel dos movimentos e organizações sociais de massas

A resistência, a luta, o trabalho, na Assembleia da República e nas autarquias reveste particular significado por se travar ao nível dos próprios órgãos do poder.

Mas a resistência e a luta não se confinam nessas direcções. O nosso Partido tem sempre considerado o papel de primeiro plano da luta dos trabalhadores, das massas populares intervindo directamente na defesa dos seus interesses e direitos e intervindo também com a sua voz e a sua vontade nos grandes conflitos sociais e políticos.

A própria actividade dos nossos deputados e dos nossos eleitos nas autarquias deve ligar-se estreita e directamente aos trabalhadores, ao povo, às populações.

Daí a importância dos movimentos e organizações sociais de massas como elementos motores das lutas populares. Daí o valor das organizações de mulheres, de intelectuais, de agricultores. Daí o valor das associações de estudantes sendo justo aqui felicitar a JCP pelos resultados positivos al-



«A política do Governo Cavaco Silva — seja no plano económico, seja no plano social, seja no plano político, seja no plano cultural — é uma política intrinsecamente antidemocrática e estas quatro vertentes da política antidemocrática do Governo são complementares e inseparáveis»



cançados nas eleições. Daí o valor do associativismo popular, que aqui em Almada merece referência especial pelo seu trabalho, os seus méritos, as suas profundas raízes na população. Daí também o valor das Comissões de Trabalhadores das quais centenas de representantes realizaram há dias um encontro que mostra a vitalidade e a força dessas estruturas. Daí também o valor do movimento sindical unitário que, pelo que representa e pela fase que atravessa justifica que aqui lhe dediquemos mais algumas palavras.

Nós, os comunistas, respeitamos, valorizamos e consideramos como características fundamentais do movimento sindical unitário, a sua firme natureza e actuação de classe, o seu carácter unitário, a sua inteira autonomia como grande movimento social organizado e a sua democracia interna. Valorizamos e saudamos os dirigentes sindicais das mais variadas opções políticas e crenças religiosas que a todos os níveis - nos sindicatos, nas Uniões, nas Federações, na Direcção Central da CGTP - actuam unidos na defesa dos interesses dos trabalhadores e na afirmação da grande central dos trabalhadores portugueses como grande realidade do mundo do trabalho e da democracia portuguesa.

Estas características do movimento sindical unitário não desmentem nem excluem a influência e a responsabilidade dos comunistas na sua criação, na sua força, na sua acção. Como é sabido essas características devem-se de forma determinante à acção dos comunistas. E isto não sucede porque, como há dias alguém disse, os comunistas tenham «uma forte penetração» no movimento sindical, pois esta palavra «penetração» insinua que os comunistas vêm de fora do movimento sindical para o movimento sindical, quando a história da criação e da actividade do movimento sindical unitário através dos anos (antes e depois do 25 de Abril) sem menoprezar o valor de outros democratas, é indissociável da acção dos comunistas que com a classe operária, com os trabalhadores, deram vida, desenvolveram e tornaram magnífica realidade a CGTP-IN que é, não apenas em Portugal, mas no mundo, um exemplo de elevada consciência de classe e política dos trabalhadores (...)

Aqui no distrito de Setúbal, nós saudamos naturalmente todos os trabalhadores e todos os dirigentes sindicais da CGTP quaisquer que sejam as suas opções políticas. Mas saudamos com natural alegria os membros do nosso Partido que, no movimento sindical, merecem pela sua acção a confiança dos trabalhadores.

Se os comunistas, pelo seu trabalho, a sua luta, a sua dedicação, o seu espírito de classe, continuam dignos desta tradição nos sindicatos, nas Uniões, nas Federações, em todas as estruturas da CGTP, é perfeitamente natural que os trabalhadores continuem a confiar nos comunistas e temos por certo que - sem menosprezar, antes valorizando o papel dos dirigentes sindicais de outras opções políticas e a sua forte participação nas listas unitárias - o movimento sindical unitário só tem a ganhar e não a perder com a forte participação de comunistas em todas as suas estruturas.

Por isso consideramos serem de contrariar certas ideias de que para bem da CGTP e da sua influência é necessário diminuir o número e a influência dos comunistas nas estruturas sindicais (...)

Tal ideia aparece ligada a outras ideias que merecem atenção. A ideia duma transformação do firme carácter de classe do movimento sindical unitário. A ideia de distanciar o centro da negociação e de solução de conflitos laborais das empresas e do sindicato para instâncias centrais, cada vez mais longe do local de trabalho e da intervenção e da luta dos próprios trabalhadores. A ideia de que o movimento sindical português, que é no mundo um exemplo exaltante de consciência de classe e política e de capacidade da classe operária e dos trabalhadores portugueses, se converta a tendências actualmente predominantes no movimento sindical da Europa da CEE voltadas para o exclusivismo reivindicativo, o reformismo e processos de conciliação de classes. A ideia de que como preço da adesão da CGTP à Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) haveria que aceitar a imposição externa da liquidação de características específicas da CGTP e do movimento sindical unitário português e haveria que aceitar intervenções e imposições externas na dinâmica, orientação e relacionamento da CGTP com a UGT.

A classe operária e os trabalhadores portugueses em geral têm razões bastantes para se orgulharem do movi-

mento sindical unitário que é sua criação e sua força, força também de todo o povo e da democracia portuguesa. Têm razões bastantes para a defenderem com as suas características essenciais a que se devem a sua influência, a sua grandeza, o seu prestígio e a sua capacidade de intervenção.

O PCP, principal obstáculo à política de direita - o Partido de que Portugal precisa

(...)

Não é tanto fazer propaganda, como referir objectivamente uma realidade, afirmar que, na situação actual, o PCP é o único grande partido que com firmeza, coerência e dedicação defende os interesses populares e nacionais, o único grande partido que faz ao povo português a proposta de uma verdadeira alternativa democrática.

Gostaríamos que o Partido Socialista estivesse ao nosso lado nesta batalha. Mas os factos mostram que, em numerosos e importantes aspectos, o PS tem opiniões e propostas que se aproximam das opiniões e propostas da direita, e em vez de convergir connosco, converge com o Governo: no que respeita às privatizações, no que respeita às leis eleitorais, no que respeita a direitos dos trabalhadores, no que respeita a subalternização portuguesa a interesses estrangeiros, nomeadamente dos Estados Unidos e dos países mais desenvolvidos da CEE.

Esta atitude do PS dá ainda maior relevo ao papel ímpar que o nosso Partido desempenha na situação actual.

O Governo, o PSD, as forças de direita, as forças do capital, tudo quanto há de reaccionário e tudo quanto há de oportunista, vêm no PCP o principal obstáculo postado no seu caminho, a força que não se verga nem capitula, a força que tem coragem para dizer não e mobilizar o povo para a resistência e a luta.

É por terem consciência disso, que as forças de direita, as forças do capital e os oportunistas de todos os matizes desenvolvem contra o PCP a violenta campanha a que todos assistimos e que tem como objectivo (que estamos seguros não alcançarão, mas que prosseguem com frenesim) removerem da sua frente este obstáculo, quebrarem a força do PCP, isolarem o PCP, conduzirem o PCP ao «declínio irreversível» que tomando os desejos por realidade anunciam, liquidarem o PCP ou, não conseguindo liquidá-lo, reduzir o PCP a um pequeno partido sem influência e sem capacidade de intervenção.

O prato forte desta campanha era até há pouco, a par dos acontecimentos na URSS e no leste da Europa, as posições e actividades fraccionárias daqueles que dentro do Partido tentavam que este deixasse de ser um Partido Comunista. Agora o prato forte é o que estas pessoas fazem fora do Partido, o que fazem fundamentalmente contra o PCP, que afirmam que está a «bloquear qualquer transformação social», que «prejudica não só o ideal comunista, como toda a esquerda».

O que estas pessoas queriam quando eram membros do Partido está cada vez mais claro agora que fora do Partido, começam a expor o projecto de formação de um novo partido ou movimento. Agora melhor se compreende o que andavam a fazer cá dentro.

É cada vez mais evidente que o que queriam era transformar o Partido num partido que deixaria de ser comunista para (na imitação de alguns ex-partidos comunistas noutros países) se tornar numa outra formação de esquerda. E com tal objectivo pretendiam ter o direito de não cumprirem os seus deveres partidários, de serem no Partido grandes senhores intocáveis e impunes, e que lhes fosse reconhecido o direito de constituírem no Partido um grupo organizado e para mais com o direito especial de intervir publicamente contra o Partido.

Ao saírem agora do Partido e ao explicarem a sua atitude dizendo que o PCP «não é «reformável» nem «renovável» reconhecem finalmente que o seu projecto falhou, ou seja,

no fim de contas reconhecem que o PCP, por vontade do nosso grande colectivo partidário, é e continua a ser um partido comunista.

Antes no Partido, agora fora, por serem o prato forte da campanha anti-PCP e não certamente por os considerarem uma força promissora de oposição à direita, recebem larguíssimo espaço na comunicação social, estímulos, elogios e aplausos.

Os promotores e agentes da campanha não estão porém satisfeitos com os resultados (...)

Talvez por isso, recorrem agora a vozes estrangeiras.

Não sei, camaradas, se alguns dos presentes leram uma entrevista há dias publicada num jornal semanário pelo antigo secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, Santiago Carrillo. Ele conta a sua história pessoal como muito bem entende, ainda que com confusões e manifestas falhas de memória que por generosidade se podem desculpar. Mas ao fazerem-lhe a entrevista tinham outro fim: consagrar grande parte da entrevista ao ataque ao PCP integrando a voz de Carrillo na campanha em curso.

Verdade, verdade, escolhendo quem escolheram, escolheram mal. Porque há muitos anos Carrillo deixou o PCE. Porque, mesmo quando no PCE já defendia concepções que nós considerámos social-democratizantes, classificação que os factos inteiramente confirmaram. Porque o próprio PCE não o quis com as responsabilidades que tinha. Porque seguiu depois caminhos de divisão, de criação de grupos e de novos partidos que fracassaram. E porque agora, o momento em que dá a entrevista coincide com a sua filiação (aliás lógica com a sua trajectória ideológica e política) no Partido Socialista que se encontra no poder em Espanha e que é acusado pela esquerda de ter uma política de direita.

Ao ingressar no PS lá da terra, Carrillo afirma que continua a ser comunista. Bem vistas as coisas, é legítimo admitir que a verdade seja outra: não que continue a ser comunista quando agora entra no PSOE, mas que tenha há muito deixado de ser comunista mesmo quando ainda estava no PCE.

Que mostra o exemplo, camaradas? (...)

(...)Mostra que estão vendo que não conseguem levar o PCP a renegar os seus ideais, a sua história, a sua luta, as suas responsabilidades, os seus deveres para com a classe operária, os trabalhadores, o povo, o país e a tornar-se e conformar-se com um papel decorativo no regime democrático e a tornar-se um partido sem convicção e sem esperança, inofensivo para o grande capital e a reacção. Ou então a tornar-se um partido que, à semelhança de alguns partidos estrangeiros, se autodissolvesse no saco de gatos de uma esquerda difusa e oportunista como agora se vê que ex-membros do Partido pretendiam quando estavam cá dentro.

Mostra que tem fracassado no essencial os seus objectivos de conduzir o PCP a deixar de ser este partido que é: partido dos trabalhadores; partido firme e coerente na defesa dos interesses do povo e do país, partido com um novo projecto de sociedade; partido que hoje, como ao longo de toda a sua história fala verdade ao povo mesmo quando falar verdade num mundo de mentiras se paga com elevado preço, partido digno e orgulhoso da sua história passada, sereno, convicto e actuante no presente, confiante no seu próprio futuro e no futuro democrático e independente do povo português e de Portugal. Em resumo como o nosso colectivo tem afirmado: um partido necessário e insubstituível para os trabalhadores, o povo, a democracia, um partido voltado para a vida, capaz de fazer novas análises a novas situações e dar respostas novas às novas realidades, capaz de criar e renovar, um forte partido, com convicções, com ideais, com um projecto de transformação da sociedade, com militância, com espírito e capacidade de organização, com serenidade, com coragem, com democracia e unidade interna que dê corpo, capacidade e eficácia à intervenção na vida social, política e cultural - o partido comunista que é e quer continuar a ser, o partido de que Portugal necessita, o Partido Comunista Português.

Viva o Partido Comunista Português!

TRABALHADORES

Função Pública

Concentração hoje em Belém

Embora continue a manifestar abertura às negociações, a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública confirmava antontem a concentração marcada para hoje em Lisboa junto do Centro Cultural de Belém. Os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local continuam a rejeitar, por intermédio dos seus sindicatos, os aumentos salariais de 7 por cento que o Governo pretende estabelecer.

A forma de luta adoptada tem o apoio manifesto dos

sindicatos membros da Federação Nacional (FNSFP) e do STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local) que, numa nota de segunda-feira passada, recusa, por sua vez, «a contenção salarial» e adianta:

«O Governo justificou estes valores (6,5-7 por cento) com valores previsíveis de inflação de 7 e 8 por cento, quando no Conselho Permanente de Concertação Social admitiu a subida para mais de 9 por cento e quando a OCDE prevê mesmo 10,5 por cento».

Entretanto, a Secretaria de Estado do Orçamento adiava para data a marcar a reunião com os sindicatos agendada inicialmente para sexta-feira passada.

A FNSFP emitia uma nota em 16 do corrente afirmando que as propostas do Governo continuam a ser rejeitadas sejam elas de 7 ou de 9,5 por cento.

Em greve no dia 15 os trabalhadores dos serviços sociais universitários admitiam, entretanto, o recurso a novas formas de luta no caso de não ser publicado

até ao fim do mês de Fevereiro o decreto regulamentar (aplicação do NSR). É exigido também o pagamento integral dos montantes em dívida pela integração e «respectivos descongelamentos de escalões no prazo máximo de dois meses».

Noutro sector da FP, é de realçar a realização em 1 de Fevereiro próximo do 1.º Encontro Nacional de Chefes de Lanço e Guarda-Rios em Coimbra. Está em causa nomeadamente a reestruturação da carreira profissional.

Greve conjunta pode paralisar todos os transportes

Os transportes ferroviários, marítimos, rodoviários e aéreos podem vir a paralisar em conjunto, se houver convergência ao nível da acção entre diversas correntes do movimento sindical no sector.

Para a próxima quinta-feira, 30, está prevista uma reunião das organizações sindicais dos transportes filiadas na CGTP e para o dia seguinte foi anunciada uma greve no Metropolitan de Lisboa.

No entender de Amável Alves, dirigente da Festru (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos), organização intermédia da CGTP-IN, essa convergência na acção é possível.

Segundo a Lusa, o mesmo sindicalista adiantou aos jornalistas que, a ser decidida uma greve comum, a situação tem de ser analisada em termos de empresas.

Há algumas onde é possível a convergência com sindicatos da UGT. Mais difícil será, a seu ver, coordenar uma greve com o restante sector dos transportes.

No caso do Metro, por exemplo, a greve anunciada para o último dia de Janeiro envolve todos os sindicatos com representação na empresa.

Entretanto, na reunião plenária da próxima quinta-

feira deverão participar, além da Festru, as Federações dos Ferroviários e dos Sindicatos do Mar, bem como o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos.

Essas organizações apre-

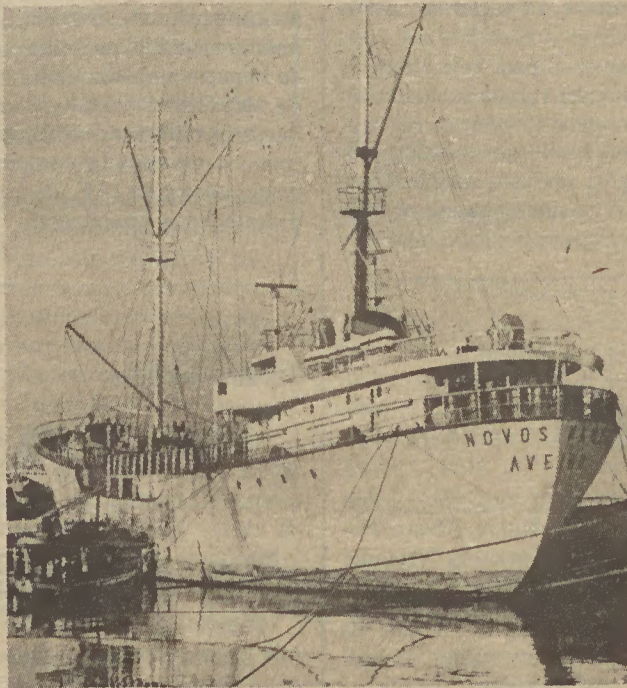
sentaram aos órgãos de soberania um documento reivindicativo.

Defendem o desbloqueamento dos processos de negociação colectiva a decorrer no sector, designadamente no sentido da recuperação do poder de compra.

As revisões dos contratos estão num impasse, disse Amável Alves aos jornalistas. Para essa situação contribuem as previsões oficiais da inflação para 1992 e as tentativas governamentais de contenção salarial.

Relevo merece ainda entre as reivindicações apresentadas a interrupção do processo de privatizações das empresas do sector dos transportes. Os sindicatos e as outras organizações sindicais consideram que estão em causa os direitos dos trabalhadores e a qualidade dos serviços prestados.

A redução da idade da reforma nas profissões de maior desgaste e o máximo de 40 horas semanais de trabalho contam-se também entre as reivindicações apresentadas pelos sindicatos aos órgãos do poder.



À semelhança do que se passou com a greve de 24 horas de 15 do corrente, os navios da Sopotata podem voltar a parar — os que à data ou datas se encontrarem nos portos, evidentemente. Na semana passada pararam 4 navios daquela frota mercante

Presidente da República recebe centrais sindicais

Em audiências separadas, o Presidente da República recebeu sexta-feira passada a CGTP e a UGT que lhe transmitiram as suas preocupações acerca da realidade social portuguesa.

As delegações das centrais, presididas por Manuel Carvalho da Silva e Torres Couto, respectivamente, disseram aos jornalistas, depois da audiência, que os

trabalhadores portugueses terão de auferir melhores salários para se poderem equiparar à média europeia.

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, foi de opinião que existem condições para os portugueses terem melhor nível de vida, o que terá de passar por uma considerável melhoria dos salários.

O coordenador da CGTP-IN sublinhou em especial o salário mínimo e as pensões de reforma.

«Ainda existe — afirmou — uma camada muito significativa da população que sofre de grandes carências, e isso não pode ser resolvido enquanto o Governo mantiver as suas intenções de contenção salarial, que não se justificam».

A resposta a esses problemas cabe ao Governo.

Aos trabalhadores e às suas estruturas sindicais cabe a conjugação de esforços e, se possível, a convergência sindical na acção, para se oporem com êxito «ao jogo que o Governo, aliado ao patronato, está a fazer na Concertação Social», afirmou ainda o coordenador da CGTP-IN.

BESCL

Um excelente negócio

O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) — uma grande empresa pública ameaçada de privatização — «foi até agora um excelente negócio para o Estado». O secretariado da célula do PCP naquela instituição bancária, ao defender mais uma vez a continuação da empresa no sector nacionalizado, revelava o mês passado que «o Crédit Agricole está a dominar a empresa e que o grupo Espírito Santo é apenas um dos 700 sócios daquele grupo francês, sobretudo em sectores estratégicos».

Os trabalhadores comunistas do BESCL salientam «os direitos que os bancários conquistaram com a nacionalização da banca» e fazem notar que, embora haja nesse processo «lacunas, erros, injustiças e até aproveitamentos e oportunismos diversos», com gestores nomeados por sucessivos governos de direita, nada disso justifica que o Governo Cavaco apresente «as privatizações e reprivatizações das empresas públicas, mesmo das que sempre tiveram esse estatuto» como «o remédio milagroso para todos os males».

Depois de sublinhar que «o BESCL devia continuar a integrar um forte sector público financeiro», o secretariado da célula acrescenta que os portugueses, de um modo geral, têm beneficiado desse «excelente negócio» que o BESCL tem sido para o Estado.

Quanto à apregoada «democratização do capital», trata-se de uma falácia.

A comissão nacional de trabalhadores do BESCL, que os comunistas aproveitaram para saudar, requereu ao Procurador Geral da República que declare nula a Assembleia Geral do Banco efectuada em 30 de Setembro. O secretariado da célula recorda que «a referida Assembleia violou a Constituição da República e a Lei 46/79 no que respeita aos direitos dos trabalhadores».

Por outro lado, a mesma Assembleia impôs que «só os accionistas ou os seus representantes com o número de 128 600 acções (quase meio milhão de contos) podiam participar, o que colide com os estatutos do Banco... e deita por terra a tão apregoada «democratização do capital».

No que respeita ao apoio à economia nacional, o secretariado destaca o facto de o BESCL, como empresa pública, ter criado milhares de postos de trabalho; ter coberto com balcões todo o País; ter multiplicado amplamente o património; canalizado directamente para o Estado dezenas de milhões de contos; ter participado com centenas de milhões de contos em financiamentos decididos pelo mesmo Estado.

O secretariado da célula do PCP no BESCL alerta para a necessidade de defender o emprego e de actualizar constantemente os direitos adquiridos. Reafirma que a salvaguarda do futuro profissional dos trabalhadores, bem como a conquista de novos direitos dependem da unidade e da força dos próprios trabalhadores.

Despedimentos**Alcochete pode ser vila-fantasma**

O encerramento da fábrica Firestone em Alcochete lançou no desemprego 370 trabalhadores.

Fonte da União dos Sindicatos de Setúbal, referida pela Lusa, confirmou que essas pessoas continuam desempregadas. «Quase toda a gente trabalhava na fábrica, que era o sustento de várias famílias», disse o sindicalista da USS.

Embora as indemnizações fossem pagas nos termos da Lei, a situação de inactividade provoca sérias apreensões quanto ao futuro.

As instalações da Firestone estão à venda, mas não há interessados na aquisição.

Com o encerramento da fábrica, Alcochete pode transformar-se numa «vila fantasma», disse à Lusa a mesma fonte sindical.

TRABALHADORES

Lutas por melhores salários

Exigindo melhores salários, redução do horário de trabalho e garantia de direitos, os trabalhadores de várias empresas e sectores levam a cabo greves e outras formas de luta com elevada participação

Na **Mague**, que tem actualmente 1350 trabalhadores em Alverca, Setúbal e na central do Pego, as paralisações de duas horas na 4ª e na 6ª feira (convocadas pelos sindicatos da CGTP e da UGT) tiveram uma adesão de 95 por cento. Também com semelhante índice tem decorrido a greve ao trabalho extraordinário.

Após um plenário de trabalhadores que decidiu na segunda-feira continuar as paralisações, a administração manifestou-se finalmente disponível para prosseguir as negociações do caderno reivindicativo. Os trabalhadores recusam a proposta patronal de aumentos salariais de 9%, exigindo uma actualização dos salários que compense a inflação registada em 1991 e tenha em conta os ganhos de produtividade (superiores a 5%) e os lucros (792 mil contos) da empresa no ano passado.

As estruturas representativas dos trabalhadores reuniram terça-feira à tarde para analisar as propostas patronais e decidir formas de intervenção - que passam pela coordenação da intervenção com as estruturas das restantes empresas da Senete (Sermague e Sorefame).

Também anteontem à tarde reuniram as estruturas dos trabalhadores da **Sorefame** - mandatadas pelo plenário de sexta-feira passada para definir formas de luta - tendo como objectivo estudar o resultado da reunião de segunda-feira com a administração. Estão já convocadas novas paralisações de duas horas para hoje e amanhã, tal como prossegue a recusa do trabalho extra. Uma decisão possível desta reunião seria uma deslocação de trabalhadores à sede da Senete. As paralisações e a recusa do trabalho extraordinário tiveram adesões de 90% na 4ª e 6ª feiras.

Além do caderno reivindicativo para 1992 (exigindo um acréscimo salarial de 4 contos para todos os trabalhadores, aumentos de 20 por cento, e 40 horas semanais de trabalho normal), as greves são também uma forma de protesto contra a vaga de inquéritos levantada por Machado Rodrigues. Este antigo dirigente do MRPP ocupa agora cargos de responsabilidade nas administrações da Sorefame e da Mague, e decidiu instaurar uma série de inquéritos a membros das ORTs e trabalhadores que participaram no plenário alargado de 13 de Dezembro (realizado dentro do limite anual de horas definido na lei). A resposta a esta tentativa de intimidação, como fizeram questão de salientar à nossa reportagem durante a paralisação de sexta-feira, foi uma maior participação dos trabalhadores nas lutas posteriores.

Ainda durante a semana passada paralisaram os trabalhadores do **Ensino Superior** do Sul e Açores cujas carreiras não estão contempladas no regime geral da Função Pública (com uma adesão praticamente total, que levou, por exemplo, ao encerramento das cantinas das universidades Clássica e Técnica de Lisboa). Uma delegação foi recebida por um responsável da Secretaria de Estado dos Recursos Educativos, recebendo a

garantia de que a proposta para os trabalhadores passarem a ser pagos pelo novo sistema retributivo da Função Pública iria a Conselho de Secretários de Estado no dia 20.

Na segunda-feira os docentes do **Instituto Superior Técnico** iniciaram uma greve às provas de avaliação semestrais, exigindo o pagamento dos escalões em dívida desde Julho de 1990. Como refere o SPGL, há professores a quem o Ministério da Educação deve já mil contos. Docentes de outros estabelecimentos de ensino superior poderão também encetar formas de luta, pois decorrem consultas dinamizadas pelos sindicatos da Fenprof.

Teve uma forte adesão a greve de sexta-feira no sector do **vestuário** do Centro e do Sul. A associação patronal, protestam os sindicatos, arrasta há dois meses as negociações contratuais e, num momento em que «com a alteração do tecido industrial, com os aumentos de produtividade, com a melhoria da qualidade dos produtos, impõe-se que melhore a vida dos trabalhadores», os patrões do vestuário defendem e pretendem implementar «medidas brutais que visam a desumanização das relações de trabalho». Recordando que os salários do sector em Portugal são 25 por cento dos salários médios da CEE, a Fesete/CGTP exige aumentos de 18 por cento e redução do horário para 40 horas semanais.

A **Novembal** paralisou totalmente na sequência da greve ali realizada no dia 16, que teve a adesão de 250 dos 280 trabalhadores. Segundo afirmou à Lusa um dirigente do sindicato das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas, nova greve poderia ter lugar hoje, «se a empresa se recusar a retomar as negociações» do caderno reivindicativo iniciadas em Dezembro. Os trabalhadores pretendem aumentos salariais acima de 14 por cento e a redução do horário para 42 horas semanais.

A não actualização dos salários e a modificação, para «mais trabalho e menos dinheiro», dos horários de laboração levaram os trabalhadores da **Mabor** a aderir quase a cem por cento à greve do passado dia 14.

A Federação dos Sindicatos da **Química, Farmacêutica, Petróleos e Gás** convocou para o período entre 3 e 8 de Fevereiro uma semana nacional de luta, que incluirá greves em várias empresas, contra a contenção salarial, pelo desbloqueamento das negociações contratuais, a redução do horário de trabalho, a manutenção dos direitos e a fixação do salário mínimo em 50 mil escudos.

A administração da **EDP** convocou para hoje à tarde a reunião em que vai finalmente responder à proposta sindical de revisão do Acordo de Empresa, entregue no início de Novembro. Esta decisão, como refere uma resolução aprovada num plenário/concentração de delegados sindicais realizado anteontem junto às instalações do CA, se sublinha a «firme oposição a qualquer tentativa de imposição de um tecto salarial».

18 de Janeiro comemorado na Marinha Grande

Uma coroa de flores foi colocada na base do monumento ao vidreiro. Interveio na ocasião Sérgio Monteiro, dirigente do Sindicato.

Um almoço-convívio com os sobreviventes e um espectáculo de variedades assinalaram também o 18 de Janeiro sobre o qual falaram Álvaro Rana e Raul Ferreira, coordenador do Sindicato vidreiro.

As comemorações não se limitaram à efeméride. Foram motivo para discutir importantes questões que interessam hoje aos trabalhadores e ao seu movimento sindical.

Os 7 sobreviventes do 18 de Janeiro receberam lembranças, entregues pelo dirigente sindical Vítor Santos, durante o espectáculo. Dos sobreviventes apenas um não compareceu por motivo de doença.

As comemorações do 58.º aniversário do levantamento de 18 de Janeiro de 1934, promovidas na Marinha Grande pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, decorreram sob o lema «58 anos de luta pelas liberdades sindicais».

O programa iniciou-se sexta-feira com um colóquio sobre sindicalismo — «O movimento sindical uni-

tário dos anos 90» — em que participou Álvaro Rana, do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Um baile no mesmo dia reuniu um milhar de pessoas, na maioria jovens.

No dia seguinte, houve deposição de flores no cemitério, homenagem aos intervenientes falecidos e uma intervenção de Manuel Baridó, um dos sobreviventes da luta de 34.

Cimeira Ibérica Apoiada a adesão da CGTP à CES

Reunidas pela primeira vez na história do sindicalismo, as cinco confederações (centrais) sindicais da Península Ibérica discutiram em Lisboa segunda-feira passada uma posição conjunta para enfrentar o desafio do Mercado Interno de 1993. A CGTP-IN viu apoiada por unanimidade a sua adesão futura à Confederação Europeia de Sindicatos, CES. A Cimeira Ibérica reuniu na capital portuguesa a CGTP e a UGT, centrais nacionais, e as Comisiones Obreras (CCOO), a UGT-E e a ELA-STV (central basca) do país vizinho.

As três centrais espanholas e a UGT portuguesa já fazem parte da CES.

A Cimeira de Lisboa foi dedicada às questões comunitárias. As cinco centrais, além de se proporem aumentar a «cooperação e colaboração» entre si, decidiram «pressionar os governos de Portugal e da Espanha a avançar com a dimensão social da Europa».

Todas as centrais se fizeram representar pelos seus dirigentes mais responsáveis.

Durante a Cimeira foi aprovada uma moção de solidariedade com o povo de Timor-Leste.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Petições no Parlamento fazem-se eco de questões nacionais

A apreciação de um conjunto de petições subscritas por cidadãos e por estruturas representativas de trabalhadores e reformados voltou a preencher a ordem do dia de uma das sessões plenárias da última semana. Desta feita, as petições apresentadas ao Parlamento versaram temas tão diversos como o processo de reestruturação dos CTT tendo em vista a defesa dos direitos económicos e sociais dos seus trabalhadores, os passes sociais para os idosos, a defesa dos direitos dos trabalhadores no processo de privatização da Aliança Seguradora, a Legislação de Trabalho para os trabalhadores Hoteleiros ou as ilegalidades cometidas no processo de construção da estrada algarvia «Via do Infante».

Subscrita por 1616 peticionárias, este último assunto trouxe de novo a lume o quadro de situações irregulares que têm marcado a construção desta via longitudinal do Algarve, processo onde pontificou no passado a falta de discussão pública do traçado, características que se mantêm no presente pela tomada de decisões unilaterais e puramente administrativas.

Para estes aspectos chamou a atenção a deputada Lourdes Hespagnol, pondo em evidência no seu discurso a necessidade de pôr cobro às situações de abuso de poder com que são confrontados os proprietários de terrenos, sujeitos a verdadeiras invasões dos seus terrenos a pretexto da elaboração de sondagens, medições ou colocações de estacas, tudo sem que haja qualquer contacto ou autorização prévia dos mesmos.

Atendendo a que a Via do Infante não está concluída e que há ainda hipótese de «pelo menos salvaguardar algumas situações de extrema importância», Lourdes Hespagnol preconizou que seja cumprido integralmente o estudo de impacte ambiental para cada um dos sectores da estrada, defendendo simultaneamente que sejam tornados públicos os critérios de pagamento das indemnizações e que sejam cumpridos os compromissos, que não estão a ser respeitados pela JAE, de arranjo de caminhos de acesso a propriedades e habitações.

Passes sociais

Inserindo o tema da petição subscrita por 12 810 cidadãos e apresentada pelo MURPI no quadro da marginalização e isolamento a que são sujeitos os indivíduos da terceira idade, Odete Santos, em nome da bancada do PCP, criticou por seu lado a hipocrisia do Governo na concessão de alguns benefícios às pessoas com mais de 65 anos.

Referia-se concretamente à Portaria de 1986 que confere a estes cidadãos o direito aos passes sociais, sem qualquer restrição horária e diária, direito que no entanto é logo a seguir amputado por um outro artigo que coloca na dependência soberana da administração das empresas de transportes a concessão dos referidos benefícios.

«A portaria, aliás, assinalou ainda Odete Santos, também se desmascara quando, por exemplo, considera sem direito ao passe social, reformados, pensionistas e idosos, com um rendimento por pessoa no agregado familiar de 14 000\$00! Uma fortuna!»

Jerónimo de Sousa, por seu turno, pronunciou-se claramente pela defesa dos trabalhadores da Aliança Seguradora, cujos direitos e regalias estão a ser desrespeitados pelos Conselho de Administração, solidariedade que tornou extensiva, no caso dos trabalhadores da Hotelaria e Turismo, subscritores de uma outra petição onde denunciavam a aplicação da vasta legislação laboral que recentemente entrou em vigor, a qual visa, acusam, no fundamental, a precariedade do emprego e a desregulamentação de direitos, «com diminuição do estatuto do Homem Social».

Sobre o processo de reestruturação em curso nos CTT — objecto da petição subscrita por 1552 dos seus trabalhadores —, Lino de Carvalho considerou-o como profundamente negativo, porquanto, disse, degradou a qualidade do serviço prestado e anulou ou reduziu direitos e regalias dos trabalhadores, ao mesmo tempo que instalou um ambiente de instabilidade provocado pela recusa ao diálogo por parte da administração da empresa.

Na agenda do PCP

Defesa do ambiente e dos consumidores

Grupo Parlamentar apresenta quatro projectos de lei e critica paralisação do Governo na preparação da *Cimeira da Terra*

O Grupo Parlamentar do PCP propôs há dias que a Assembleia da República patrocine a realização de uma Convenção sobre Ambiente e Desenvolvimento, no âmbito da participação portuguesa na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, denominada *Cimeira da Terra*, a realizar no próximo mês de Junho, no Brasil.

Esta iniciativa da bancada

comunista, divulgada em conferência de imprensa que contou com a presença dos deputados Luís Sá, Lino de Carvalho e Lourdes Hespagnol, surge como resposta ao que estes consideram ser «a inaceitável paralisação» e a «inquietante desorientação» do Governo perante uma Conferência internacional que é considerada um dos maiores acontecimentos de sempre no domínio do am-

biente e do desenvolvimento e na luta por um futuro para a Humanidade.

Com efeito, é o «futuro de todos nós e das gerações vindouras» que vai estar no centro do debate da *Cimeira da Terra*, Conferência que vai ter como tarefa fundamental, como assinalaram os deputados comunistas, «garantir um acordo internacional com vista a travar as mudanças climáticas de que poderão resultar, a prosseguir o processo, o desaparecimento de numerosas espécies, com aumento da desertificação e uma elevação do nível do mar, com graves problemas na produção agrícola e nas cidades e estados costeiros».

Pela gravidade do que está em causa, a justificar em sua opinião medidas urgentes em numerosos domínios, é que a formação comunista entende que o assunto requer acrescida atenção do Governo português, tanto mais que até ao momento nada foi feito no sentido de informar a opinião pública ou de preparar a própria participação portuguesa neste evento à escala mundial.

Superar profundas insuficiências

Mas a conferência de imprensa serviu ainda para divulgar um conjunto de iniciativas legislativas do PCP no capítulo do ambiente e da defesa dos direitos dos consumidores, áreas que no seu

entender por não terem sido objecto de suficiente atenção por parte do Executivo apresentam profundas insuficiências que urge superar.

É o caso da educação ambiental, em relação à qual é apresentado um projecto de lei de Bases cujos objectivos visam no fundamental contribuir para a formação de uma nova mentalidade tendente a melhorar a relação entre o Homem e a Natureza, procurando simultaneamente intervir na formação de uma consciência ecológica e «incentivar a responsabilidade a solidariedade e o papel crítico dos cidadãos».

A alteração da lei das Associações de defesa do Ambiente e a definição das «Condições mínimas exigidas aos navios que transportam mercadorias perigosas ou poluentes» em águas da ZEE portuguesa, constituem outros dois diplomas a apresentar em breve pela bancada comunista no domínio do ambiente.

Quanto ao projecto de lei referente à defesa dos direitos dos consumidores, de acordo com a explicação prestada aos jornalistas, a sua elaboração obedeceu à preocupação de salvaguardar os interesses dos cidadãos perante a falta ou a prestação defeituosa de serviços, obrigando o projecto no seu articulado à indemnização das vítimas.



Orçamento de Estado

Na sua última reunião, realizada fez ontem oito dias, a conferência de líderes parlamentares decidiu agendar para os dias 10, 11 e 12 de Fevereiro a discussão do Orçamento de Estado (OE) para 1992. Depois da sua apreciação na generalidade, o Orçamento será debatido na especialidade em comissão parlamentar.

Na sequência da reunião que teve com o ministro das Finanças no Parlamento, onde lhe foram transmitidas as linhas gerais daquele documento, o PCP manifestou entretanto a sua preocupação pelo desaparecimento da taxa zero do IVA, o qual implicará um efectivo agravamento da taxa fiscal, considerando igualmente difícil de atingir a meta de oito por cento de inflação definida pelo Governo.

Constituída por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, e por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar, a delegação comunista que manteve conversações com Braga de Macedo considerou também que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado deveriam ser acompanhados de um documento circunstanciado sobre o estado de preparação da economia portuguesa para o Mercado Único de 1993.



Provedor de Justiça

A Assembleia da República elegeu na passada semana Meneres Pimentel para o cargo de Provedor de Justiça. Apesar do acordo a que chegaram os dois maiores partidos parlamentares (PSD e PS) para a escolha do nome do novo Provedor, Meneres Pimentel foi eleito pela margem mínima de um voto.

Dos 201 deputados que compareceram ao sufrágio, 134 votaram favoravelmente o nome do antigo ministro da Justiça, 48 manifestaram-se contra, optando 19 pela abstenção.

Nascido em 1929, licenciado em direito, Meneres Pimentel sucede no cargo de Provedor da Justiça a Mário Raposo, que apresentou a sua demissão no ano findo por discordar do que considerou ser o esvaziamento dos seus poderes.

Em declarações públicas que proferiu semanas antes de abandonar o cargo, recorde-se, Mário Raposo afirmou que «é necessária uma reforma de mentalidades para que o Provedor possa funcionar de forma normalizada», palavras que foram interpretadas como uma crítica implícita às entidades a quem se dirigira antes no exercício do cargo e que do seu ponto de vista levaram pouco a sério a sua actuação.



Petição sobre o Alqueva

O PCP vai promover o lançamento de uma petição à Assembleia da República solicitando a adopção de medidas que garantam a viabilização da Barragem do Alqueva.

Com vista a concitar o maior número possível de apoios a esta iniciativa, as organizações regionais do PCP puseram já entretanto a circular um abaixo-assinado junto das populações, tendo a Direcção da Organização Regional de Beja do Partido convidado a Federação Regional do Baixo Alentejo do Partido Socialista a apoiar a petição.

Convenção sobre Ambiente e Desenvolvimento

Proceder ao levantamento das questões relevantes para Portugal nas áreas do Ambiente e do Desenvolvimento, reunindo as diferentes sensibilidades tendo em vista o aprofundamento do debate em torno destas questões, constituem dois dos objectivos da Convenção a patrocinar pela Assembleia da República, proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Nas suas linhas de acção, esta iniciativa deverá igualmente contribuir para a definição das posições portuguesas na Conferência do Rio de Janeiro, a realizar em Junho próximo, estando também no horizonte dos seus promotores a possibilidade de ela contribuir para a sensibilização dos órgãos de comunicação social e da opinião pública para esta problemática da maior importância para o futuro da vida no nosso planeta.

Na Convenção, que os parlamentares comunistas propõem se realize em meados de Maio próximo, deverão participar representantes das Universidades e das faculdades que ministrem cursos nas áreas do ambiente e desenvolvimento, associações de defesa do ambiente, associações de desenvolvimento regional, representantes das autarquias locais, associações económicas e sindicais, associações de juventude, especialistas e técnicos e representantes de departamentos da Administração Pública com competência nestas áreas.

Catástrofe do Maranhão

A Administração Central teve graves responsabilidades pelo desastre ecológico ocorrido na Barragem do Maranhão, tendo feito «ouvidos moucos e fechados os olhos» à realidade e aos alertas em devido tempo lançados por quantos adivinhavam a catástrofe. A acusação foi dirigida ao Governo pelo deputado André Martins, de «Os Verdes», no decorrer do debate agendado por iniciativa deste partido com vista à constituição de uma Comissão de Inquérito destinada a apurar responsabilidades neste processo considerado como um autêntico crime contra a Natureza.

Particularmente verberado pelo deputado ecologista foi o facto de o Governo, apesar de todas as chamadas de atenção que foram feitas, e das soluções alternativas propostas para diminuir os efeitos do vazamento, ao longo dos nove meses que mediaram entre a divulgação da tomada de decisão e a sua concretização, ter optado por ficar quieto, apoiando implicitamente e dando razão às entidades directamente responsáveis pelo projecto de esvaziamento, designadamente a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia.

Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, considerou o caso como «um

exemplo vivo da incúria, da indiferença e da negligência com que muitas vezes órgãos da Administração Central actuam» face a problemas com incidência na vida económica e social de regiões inteiras.

Mais ainda, de acordo com as suas palavras, este é também um exemplo de como é grande «o fosso entre as palavras do Governo de defesa e salvaguarda do ambiente e a realidade que decorre da própria acção» de agentes sob a sua tutela, quando não mesmo do próprio Ministério do Ambiente.

Daí a perplexidade que manifestou em relação a algumas questões para as quais nenhuma resposta foi dada. Incompreensível, para o deputado do PCP, é, por exemplo, o facto de sendo a avaria conhecida há cerca de dez anos, só agora ter sido desencadeado o processo de preparação «através de solução radical», sem «ponderação de soluções alternativas».

Por explicar, do ponto de vista de Lino de Carvalho, estão ainda os factores que presidiram a uma decisão desta magnitude, apresentada com facto consumado, com todas as suas consequências, sem que estas tenham sido previamente ponderadas com todos os interessados, designadamente as autarquias.

PCP defende direitos dos imigrantes

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei de criação do Instituto do Imigrante, iniciativa destinada a resolver os problemas que afectam as minorias étnicas e as comunidades de imigrantes. O anúncio foi feito pelo deputado Luís Sá, no próprio dia em que se discutiram em sessão plenária, na passada semana, três projectos de lei do PS sobre idêntica matéria, diplomas que acabaram por baixar à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias depois de apreciados na generalidade.

Num quadro de aceitação geral quanto ao conteúdo das propostas subscritas pelos deputados socialistas, a única nota dissonante acabou por vir da bancada da maioria, ao tecer várias críticas através do seu deputado João Matos

ao que considerou ser a «incompetência, irresponsabilidade e demagogia» no diploma socialista relativo à concessão de habitação social aos imigrantes.

Coerente com a atitude solidária com que tem encarado os problemas e a situação dos trabalhadores residentes no nosso país, a bancada comunista, por seu lado, defendeu «um diálogo produtivo e respeitador» entre a Administração Pública e os milhares de cidadãos estrangeiros que aqui trabalham e residem», apontando a criação do referido Instituto do Imigrante como uma instituição vocacionada idealmente para concretizar esse relacionamento.

Na sua intervenção, em que repudiou a vaga selvagem de racismo e xenofobia que alastra pela Europa, o

deputado comunista Luís Sá apoiou o fim das discriminações na distribuição de habitações sociais e no acesso ao crédito bonificado para aquisição de casa própria, pronunciando-se também favoravelmente pela concessão do direito de voto a estrangeiros nas eleições locais.

Apoio claro por parte dos parlamentares comunistas mereceu ainda o projecto de lei com vista à regularização extraordinária de estrangeiros não comunitários em situação irregular. São cerca de 100 mil homens e mulheres cuja situação assume contornos particularmente graves, uma vez que, lembrou Luís Sá, têm quase todos vínculo precário, são pagos à hora e ao dia, não têm garantias sociais, nem subsídios de férias ou de Natal, desempenhando ainda as tarefas mais penosas e arriscadas.

Combater a desertificação e aproveitar os recursos no distrito de Beja

Aprovado recentemente pela DORBE do PCP, o plano de acção para 1992 contém um projecto de desenvolvimento integrado para os anos 90 para o distrito de Beja.

O PCP propõe neste documento, apresentado recentemente à comunicação social, «a acção e participação convergente das autarquias, dos sindicatos, das organizações dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes e outras entidades para um melhor aproveitamento dos recursos do distrito». O aumento dos apoios nacionais e comunitários é exigido pelo PCP como «forma de inverter a tendência de desertificação e corrigir as assimetrias provocadas por políticas erradas de anteriores governos do PS e do PSD e, sobretudo, pela falta de vontade política e de capacidade dos actuais governos PSD de Cavaco Silva».

A DORB reclama a revisão e maior integração dos programas operacionais, no âmbito do quadro comunitário de apoio, e defende uma economia mista que ponha fim ao «regabofe do neo-liberalismo cavaquista, permita o desenvolvimento

dos sectores privado, público e cooperativo de forma a potenciar o aproveitamento de todos os recursos locais e dos apoios nacionais e da CEE».

Os comunistas pretendem «transformações democráticas na agricultura, a instalação de uma base industrial na região, o aproveitamento do potencial turístico, cinegético e piscatório, a concretização ou a utilização dos grandes projectos de carácter estruturante».

Neste últimos, são incluídos o Alqueva e o plano de rega do Alentejo; a exploração dos regadios já instalados, o matadouro industrial de Beja, metalurgias do cobre e do estanho, parques industriais, vias de comunicação terrestres e aéreas, a utilização para fins civis da Base Aérea nº 11 de Beja. Refira-se a propósito que esta direcção regional do PCP enviou uma petição à Assembleia da República, requerendo a realização de um debate em plenário e a adopção de medi-

das que garantam a viabilização da construção do empreendimento de Alqueva. Esta petição está a ser objecto de um abaixo-assinado, lançado conjuntamente pela direcções regionais do PCP de Beja, Évora e Portalegre.

Convergência democrática

A DORBeja do PCP considera que «na actual situação política que se vive em Portugal, na Europa e no mundo, de avanço do capitalismo neo-liberal, torna-se mais do que nunca necessário intensificar o apoio às organizações e associações unitárias de forma a que as pessoas possam participar na defesa dos seus interesses e aspirações».

O PCP decidiu intensificar esforços no sentido de uma política de unidade e convergência democrática, para «uma intervenção nas instituições democráticas, nomeadamente na Assembleia da República e nas autar-

quias, que contrarie a política do Governo e favoreça a criação das condições necessárias para uma alternativa democrática». Recorde-se que a CDU detém a maioria em 11 dos 14 municípios do distrito de Beja e dois dos quatro deputados à AR são do PCP.

O reforço das cooperação no quadro das forças que constituem a CDU e a revitalização das comissões CDU, são medidas preconizadas pelos comunistas que envidarão esforços para que o «diálogo e a convergência com socialistas se torne uma realidade no interesse do povo do distrito de Beja e do regime democrático». Apesar disto, o PCP nota que persistirá «na crítica frontal e séria às posições do PS que considera erradas, as quais ultimamente estão a agravar-se, sendo chocante a falta de projecto e de propostas autónomas do PS face ao PSD».

Nas orientações prioritárias para o presente ano, a DORBeja destaca a preparação do 14º Congresso do PCP, o trabalho na frente autárquica e o desenvolvi-



mento regional, a frente sindical e laboral, a juventude, os reformados, o acompanhamento dos problemas da agricultura, entre outros.

Foi ainda decidido realizar

várias iniciativas durante este ano, designadamente uma série de debates nas organizações que se inscrevem já na fase pré-preparatória do 14º Congresso do PCP.

DORPOR aprova plano de iniciativas

Reunida no passado sábado, a DORPOR do PCP aprovou um plano de iniciativas a realizar no decorrer deste ano. Para Março próximo, esta direcção regional anuncia uma conferência sobre o socialismo e o mundo contemporâneo, uma reunião de quadros sindicais para debater a Carta dos Direitos Sociais dos trabalhadores da CEE, e um encontro de quadros do PCP para discutir a organização regional, sob o lema «PCP - o Partido necessário à sociedade portuguesa».

Para Abril e Maio estão ainda programados um debate sobre questões relacionadas com a Operação Integrada do Nordeste Alentejano, um colóquio sobre as cidades do interior no limiar do século XXI e uma iniciativa dedicada à juventude.

Encontro distrital de Quadros em Setúbal

A situação política e as tarefas do Partido estarão em debate no Encontro Distrital de Quadros do PCP, a realizar no próximo sábado, 25 de Janeiro, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, em Setúbal.

Com início às 10 horas, o Encontro conta com a presença do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, que fará a intervenção de encerramento por volta das 18 horas.

A iniciativa centrará as suas atenções na política do governo e em especial nas suas consequências no distrito de Setúbal, e na importância da luta para a resolução dos problemas dos trabalhadores e da população.

As autarquias, sindicatos e ORT's, movimento associativo, juventude, desenvolvimento regional, para além das questões como, no plano do Partido, a propaganda, informação e comunicação social, fundos e administração, merecerão particular atenção.

O Encontro fará uma primeira abordagem do trabalho a levar a cabo na ORS no âmbito da preparação do 14º Congresso do PCP, e debruçar-se-á sobre a definição da identidade do Partido, a luta ideológica e a importância do reforço do PCP nas vertentes da organização, trabalho de direcção e política de quadros.

Projectos não passam do papel no Litoral Alentejano

«Mais do dobro de um total de 27 projectos incluídos pelo Governo no PIDDAC, com execução prevista em 1991 e 1992, não foram ainda começados», afirma o Organismo Intermédio de Direcção do Sul da Organização Regional de Setúbal do PCP, que analisou a situação nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

O baixo volume de investimento da Administração

Central na sub-região caracteriza, segundo os comunistas, a acção do Governo PSD, «principalmente se atendermos a que quase 30 milhões de contos são absorvidos apenas por construções portuárias».

Por sua vez o baixo nível de cumprimento dos próprios planos do Governo demonstra «o carácter demagógico das promessas feitas ao eleitorado, a falta de transparência na gestão dos negócios

públicos e a arrogância perante a Assembleia da República e o povo».

O PCP reivindica «para além da concretização dos investimentos em atraso, de que se destacam o Ciclo de Grândola e os Secundários de Santiago e de Sines», que o Governo e a Assembleia da República «diversifiquem os investimentos para promoção do desenvolvimento económico e criação de equipamentos sociais da competência da Administração Central».

O organismo apreciou também as alterações produzidas pela nova Lei-Quadro das Regiões de Turismo e as suas consequências e implicações, apontando várias soluções para melhor aproveitar as potencialidades do Alentejo e da sub-região.

Neste contexto, face ao «baixo rendimento turístico de todo o Alentejo, o grande atraso relativo no investimento, na oferta e na promoção de produtos turísticos, às assimetrias existentes e às condicionantes legais à constituição e acção das Regiões de Turismo», o PCP concluiu ser recomendável «a concen-

tração e coordenação de esforços, num quadro que respeite e optimize as características e potencialidades de cada sub-região».

É neste sentido que os comunistas lutam pela constituição da Região de Turismo do Alentejo, «dotada de órgãos e estatutos que garantam a optimização dos recursos».

Os comunistas destes quatro concelhos do Litoral Alentejano recusam «que outros decidam pela população que neles vive sobre as formas de se organizar para melhor promover o desenvolvimento e o bem-estar, propondo a sua absorção por esta ou aquela organização supramunicipal, sem a consulta prévia e sem o seu consentimento».

Este organismo da ORS anunciou que, no âmbito da preparação do XIV Congresso do PCP, promoverá debates sobre a situação internacional, o programa e os estatutos dos PCP, bem como sobre questões de grande importância para vida das populações, caso do ordenamento do Litoral Alentejano e da regionalização.

CAMARADAS FALECIDOS

DIAMANTINO BRAZ

Faleceu recentemente **Diamantino da Silva Braz**, com 78 anos de idade. Militante do Partido residente há muito em Alverca, era activista das Comissões de Moradores e do Movimento Popular, tendo sido eleito para dois mandatos na Assembleia de Freguesia. Foi funcionário público e era actualmente membro da Comissão de Freguesia do PCP, em Alverca.

JOAQUIM ANTÃO

Faleceu na passada segunda-feira, vítima de acidente de viação, **Joaquim Antão**, natural e residente no Tortosende, que contava 47 anos de idade. Era membro da DORCB do PCP e presidente do Sindicato da Construção Civil e Cerâmica do distrito, integrando ainda a União dos Sindicatos de Castelo Branco.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Aveiro prepara 14.º Congresso do PCP

Reunida no passado sábado, a DORAV definiu o orçamento e as actividades a desenvolver no presente ano

A DORAV destaca para este ano a preparação do 14º Congresso do PCP, que se realizará em Novembro ou Dezembro próximos, em cuja primeira fase decorrerão diversas reuniões e debates abertos sobre temas como a situação internacional, a realidade actual do distrito, a problemática feminina, objectivos e características programáticas do PCP e formas de intervenção e de luta social.

Promover iniciativas que salientem o papel do PCP como força central de combate pela democracia e pelo bem-estar dos trabalhadores e da população em geral é outra orientação consagrada no plano de actividades. Neste sentido é dado realce às acções nacionais de propaganda, onde se incluem as comemorações do aniversá-

rio do PCP e a evocação do cinquentenário do assassinato pela polícia política fascista do médico Ferreira Soares, destacado militante comunista do distrito, que será assinalado a 4 de Julho deste ano.

Com vista a preparar as próximas eleições autárquicas e fazer o balanço do mandato em curso, estão previstos vários encontros concelhios da CDU, designadamente em Águeda e Espinho, bem como diversas reuniões de autarcas.

A par das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, a DORAV sublinha a importância do debate de âmbito nacional sobre questões de Organização, chamando particularmente a atenção para as assembleias concelhias em Aveiro, Ovar e Espinho.

A entrega de novos cartões 92/93 foi também definida como uma oportunidade para contactar todos os militantes inscritos, e é dado especial relevo ao trabalho nas células de empresa e sectores profissionais. Por fim, a DORAV refere a necessidade de uma maior divulgação da imprensa do Partido e da preparação de uma presença condigna da Direcção Regional na festa do «Avante!»

Jogos de influência

Por seu turno, a Comissão Concelhia de Aveiro divulgou uma nota em que, para além de fazer referência à preparação do Congresso do Partido e da sua 3ª Assembleia de Organização, denuncia os «jogos de influência e

partidarização dos cargos» que se registam no Hospital do distrito.

A nomeação pelo Governo de um director de hospital que «nada tem a ver com a medicina e a escolha por este de uma directora clínica fora dos quadros do estabelecimento», segundo o PCP «está a ter consequências negativas e a originar fortes protestos por parte dos profissionais da saúde e dos utentes». Mas os males não se resumem ao hospital, já que o agravamento das condições de trabalho e da capacidade de atendimento se estende a toda a área da saúde no concelho. Face a esta situação, o PCP reclama a inclusão no Orçamento de Estado de verbas necessárias para o arranque dos centros de saúde que tanta falta fazem à população de Aveiro.

Mais trabalhadores no desemprego

Mais 96 trabalhadores da CPCE e ENU estão ameaçados de despedimento, agravando a instabilidade social no distrito de Viseu, denuncia a DORV, numa nota produzida na sua reunião de 14 de Janeiro, que analisou a situação política e aprovou o calendário de actividades do Partido para o presente ano.

O atraso nos pagamentos de subsídios e indemnizações, nomeadamente por intempéries, atingem profundamente os agricultores que se queixam de falta de informação sobre as consequências da Reforma da Política Agrícola Comum.

Na saúde, o encerramento iminente de urgências e internamentos alastra a vários centros médicos, caso, por exemplo, de Armamar, enquanto outros estabelecimentos sofrem de falta de pessoal a todos os níveis, como em Vila Maior e Tarouca. A DORV alerta também que «no hospital distrital de Viseu assiste-se à forte redução da presença de médicos nas urgências e

é alargado o período de serviço dos anestesistas, com os prejuízos daí decorrentes».

Esta direcção regional definiu ainda o calendário das próximas iniciativas do PCP no distrito em que se destaca a realização de um debate sobre a reforma da PAC e as suas repercursões, que contará com a participação de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP e deputado à AR; um encontro distrital de quadros comunistas com actividade no movimento sindical, em que intervirá Domingos Abrantes, da Comissão Política e deputado à AR; uma reunião de eleitos da CDU com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política e deputado na Assembleia da República. No calendário consta, ainda, a comemoração do 71º aniversário do PCP, no mês de Março, bem como um vasto conjunto de reuniões de organismos do Partido, a realizar no distrito.

Privatizações prosseguem

Quem paga a factura na ANA?

Privatizar a qualquer preço tem sido a política do Governo PSD, sistematicamente denunciada pelo PCP porque «quem paga a factura são sempre os trabalhadores», afirma em comunicado o secretário da célula do PCP na ANA-EP, Aeroportos e Navegação Aérea.

Os comunistas da empresa surgiram com uma tomada pública de posição, na sequência da substituição do antigo presidente do Conselho de Gerência da ANA, general Lemos Ferreira, pelo dr. Miguel Sarmento. Como o texto frisa, «a gestão do general não deixa saudades», contudo, são as razões da exone-

ração, publicadas na resolução 3/92 no Diário da República - Presidência do Conselho de Ministros, que preocupam os trabalhadores.

Segundo o texto oficial afirma, «cumprida que está esta fase, de natureza exclusivamente pública, outra se inicia agora mediante a abertura à iniciativa privada da exploração dos Aeroportos.

E assim, como para novas realidades se impõe traçar novos objectivos, também estes têm de ser prosseguidos por quem detenha o perfil mais adequado ao cumprimento da nova política empresarial».

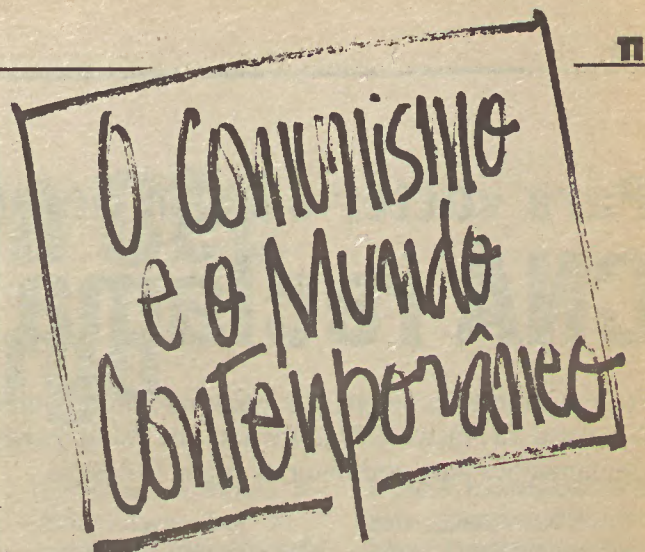
Perante esta declarada in-

tenção de privatizar a empresa, os trabalhadores perguntam: «Será que desmembrando e privatizando a empresa se beneficia a sua gestão e será que os trabalhadores vão ver consolidados os seus direitos e postos de trabalho?»

Já neste momento, segundo a estrutura do PCP, os efeitos dessa política são claros: «as relações laborais são cada vez mais tensas; diminuem os direitos e aumentam os deveres dos trabalhadores; as regalias sociais são praticamente nulas e o sistema de carreiras e as suas remunerações estão desajustados da realidade da empresa e do país».

O Conselho de Gerência entregou aos sindicatos o seu «pacote» que apresenta a revisão do «clausulado geral em que os direitos e garantias arduamente alcançados são banidos e em que a intervenção dos trabalhadores organizados nos seus órgãos representativos é omitida».

Os comunistas reafirmam que «defender o Acordo de Empresa é acima de tudo defender os direitos conquistados e apelam à unidade de todos os funcionários e à intervenção da Comissão de Trabalhadores e de todos os sindicatos para a preservação da ANA como empresa pública».



CICLO DE DEBATES

Na próxima terça-feira

Marx em debate no CT Vitória

Na próxima terça-feira, dia 28 de Janeiro, terá lugar no Centro Vitória, pelas 21.30, o debate «Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos», cuja introdução estará a cargo de José Barata Moura, acompanhado de Diogo Marques da Silva e Gizela da Conceição.

Como já referimos oportunamente no «Avante!», este debate insere-se num ciclo promovido pelos Organismos de Direcção dos Secto-

res Intelectuais da ORL do PCP, que procura responder à necessidade «há muito sentida e expressa por numerosos camaradas, de discutir e aprofundar problemas ideológicos da actualidade».

Designado, genericamente, por «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo» este ciclo, direccionado para militantes do Partido, estender-se-á até Junho, tendo os debates lugar no Centro Vitória, em Lisboa, às terças-feiras e com início às 21.30.

EMIGRAÇÃO



A Assembleia de militantes do PCP da região parisiense reuniu no passado domingo e aprovou uma resolução que apresenta o balanço da actividade e faz a análise da situação social da comunidade portuguesa residente. No plano político foram expressas preocupações e dúvidas relativas à presente fase da integração na CEE, designadamente sobre o processo de legalização dos «clandestinos» e sobre o estatuto dos novos emigrantes que continuam a chegar a França.

Na assembleia esteve presente o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que interveio na sessão de encerramento. No segundo dia da sua estadia, Carlos Carvalhas efectuou vários contactos com a comunidade portuguesa e participou numa reunião da CDU, onde foram analisadas formas de dinamizar a sua actividade.

PCP/Açores defende dois canais de TV

No decorrer de um debate, realizado no passado dia 18, na Casa dos Açores em Lisboa, subordinado ao tema «A importância de um canal nacional directo de televisão para os Açores», Paulo Valadão, deputado regional do PCP, defendeu a necessidade de existirem dois canais de televisão públicos naquela região autónoma.

Para o deputado comunista

«um deveria destinar-se ao tratamento de assuntos regionais, o outro seria ocupado com a transmissão directa e integral de um dos dois canais da RTP».

Paulo Valadão chamou ainda a atenção para o facto de continuarem a existir importantes zonas dos Açores que não recebem a RTP, caso de várias localidades de S. Miguel e das Flores.

Para «deter o fogo, defender a floresta»

CNA reclama medidas do Governo

No encerramento de um seminário que promoveu em Coimbra no passado sábado, a Confederação Nacional da Agricultura anunciou que vai apresentar ao Governo um conjunto de propostas/reclamações para combater os fogos florestais

A CNA defende, como medidas de urgência, a alteração do actual sistema de recepção e venda de madeiras (nos parques de recepção), de modo a contrariar os negócios ilícitos com as madeiras queimadas e indemnizar devidamente os produtores atingidos. No Orçamento de Estado para 1992, por outro lado, devem ser inscritas as verbas necessárias à resolução dos problemas financeiros que atingem as entidades envolvidas na prevenção e combate aos incêndios florestais (especialmente as corporações de bombeiros e as comissões especializadas de fogos florestais), bem como para a cobertura dos prejuízos sofridos pelos produtores e para a rearborização das áreas ardidas.

A confederação, sublinhando que «na actual situação, se impõe um grande e solidário esforço de diálogo e cooperação entre as entidades oficiais e a sociedade civil», reclama do Governo a sua integração no Conselho Nacional das Florestas, para pôr fim à «discriminação inconstitucional» de que a CNA tem sido vítima.

Entre as medidas de fundo que vai exigir do Governo, a CNA inclui a «definição e adopção de políticas agrícolas e florestais ao serviço dos agricultores e produtores florestais e ao serviço do País», a «manutenção da actual Lei dos Baldios e a concessão de apoios económicos e técnicos aos conselhos directivos dos baldios, nomeadamente à florestação», a

«recriação da Secretaria de Estado das Florestas» e a «preparação para o debate público de um Plano Nacional Integrado de Ordenamento do Espaço Florestal».

Durante a Presidência portuguesa da CEE, propõe a confederação, o Governo «deverá propor e coordenar a elaboração de um Plano Integrado de Defesa e Fomento da Floresta Mediterrânica, a ser concretizado com o apoio de meios comunitários».

O seminário decorreu durante todo o dia 18, no auditório das Piscinas Municipais, e contou com a participação de 80 pessoas, vindas sobretudo das regiões Centro e Norte, e ligadas pela sua actividade profissional ou associativa aos problemas da

floresta portuguesa e dos incêndios florestais.

O prof. dr. Castro Rego, do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, o prof. dr. Xavier Viegas, do grupo de Mecânica dos Flúidos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e os engenheiros silvicultores Luís Pinheiro, da Direcção-Geral das Florestas, e Moreira da Silva, chefe da Circunscrição Flo-

restal do Porto e membro do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, apresentaram comunicações temáticas, seguindo-se depois um período de debate. A intervenção de encerramento, em nome da direcção da CNA, foi feita pelo dr. Manuel Rodrigues.

Da mesa que dirigiu os trabalhos fizeram parte, além dos autores das comunicações, o engenheiro silvicultor Mesquita Milheiro, dirigente da CNA, José António Laranjeira, presidente do Serviço Nacional de Bombeiros, o

tenente-coronel Valente, do quartel-general militar da Região Centro, o dr. Rui Costa, vereador da CM de Coimbra, Jaime Soares, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, o coronel Baptista Barradinhas, do Governo Civil de Coimbra, e um inspector da Polícia Judiciária. Entre os presentes neste seminário estiveram também vários presidentes de câmaras municipais e comandantes de corporações de bombeiros, dirigentes de associações de produtores florestais e de secretariados de baldios.

A. M. de Évora exige 200 milhões para o FEF

A Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) considera, em comunicado, indispensável que o Governo inclua no Orçamento de Estado para 1992 uma verba global de 200 milhões de contos destinada ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

As autarquias justificam a inclusão desta verba «como resultado da actualização,

pela taxa da inflação, da verba de 180 milhões de contos devida em 1991». A AMDE salienta que «é necessário o reforço da capacidade financeira das autarquias tendo em vista o total aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis». Esta Associação de Municípios considera ainda que «qualquer revisão da Lei de Finanças Locais deve ser feita ouvindo e respeitando o parecer das autarquias e

não de forma arbitrária pelo Governo e pela Assembleia da República».

A AMDE refere ainda, no seu comunicado, «o não cumprimento sistemático, por parte do Governo, da Lei de Finanças Locais», nomeadamente por «subavaliação das receitas do IVA» e por «transferência de encargos sem as respectivas contrapartidas financeiras».

CASMO pede inconstitucionalidade do regulamento militar

A inconstitucionalidade dos artigos do Regulamento de Disciplina Militar relativos a restrições de direitos e detenção arbitrária vai ser pedida pela CASMO (Comissão de Apoio aos Jovens no Serviço Militar Obrigatório), segundo anúncio efectuado após uma reunião, domingo passado, da ECCO (Conferência Europeia das Organizações de Conscritos) de que a CASMO faz parte.

Outra decisão tomada por aquela associação é a de solicitar uma audiência à comissão Parlamentar de Defesa para abordar a defesa dos direitos dos jovens que se encontram a cumprir o Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Acabar com Tribunais Militares em tempo de paz ou restringi-los a questões meramente

militares é outra proposta da CASMO que pretende a elaboração de uma Lei de Segurança em Instrução, à semelhança da que apresentou em 1989 ao Parlamento, que estabeleça regras mínimas de segurança na instrução militar.

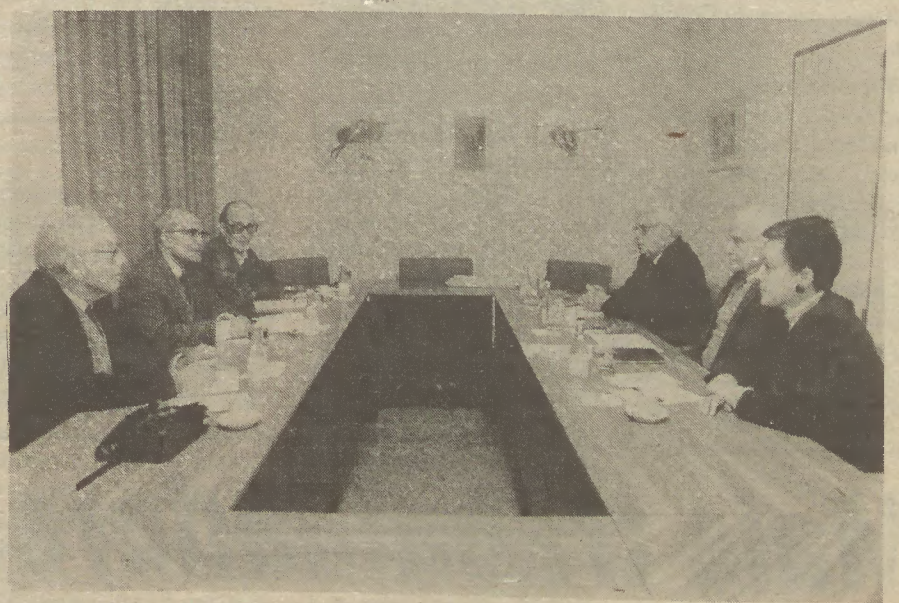
Outra questão é a dos ordenados dos jovens do SMO, que a CASMO pretende que faseadamente subam até a uma equiparação ao salário mínimo nacional. Para destacar a disparidade entre os vencimentos dos militares portugueses e europeus, o presidente de uma associação austríaca similar à CASMO, presente na reunião da ECCO, referiu que os militares a cumprir o SMO no seu país auferem 80 contos mensais e 150 na Holanda.

JCP de novo no Conselho Consultivo de Juventude

A JCP retomou na passada terça-feira a sua participação no Conselho Consultivo de Juventude (CCJ) que havia abandonado em Fevereiro de 1991 por considerar que há ainda expressões importantes do associativismo juvenil que ali não têm representação e do seu funcionamento pecar por excessiva governamentalização.

Um comunicado da Juventude Comunista Portuguesa onde se explicam as razões do re-

tomar de participação no CCJ afirma que «a JCP tomou esta posição, desejando que haja uma alteração significativa no funcionamento e composição» daquele órgão. Para a JCP, os quatro ministérios representados neste conselho «deveriam deixar de ter direito a voto, pois o CCJ é um órgão de consulta do Governo e não tem sentido que este se consulte a si próprio».



A análise da situação política actual e as formas de intervenção comum foram discutidas entre delegações do PCP e da Intervenção Democrática (ID) que na semana passada se encontraram na sede nacional dos comunistas em Lisboa.

A delegação do PCP era constituída por Álvaro Cunhal, Carlos Brito e Luísa Araújo. A ID esteve representada por Blasco Hugo Fernandes, Gilberto Ramos e António Gonçalves.

No final da reunião, o secretário-geral do PCP diria aos jornalistas que o PCP e a ID estão decididos a continuar a cooperação até agora mantida, designadamente na Assembleia da República e em algumas autarquias.

Setúbal

MDM fala de preocupações ao governador civil

Uma delegação do MDM do Distrito de Setúbal foi recebida em audiência pelo governador civil a quem manifestou as suas preocupações relativas às persistentes desigualdades de acesso ao trabalho das mulheres e discriminação na vida laboral, seja no sector privado, seja no sector público.

Expressando a sua inteira disponibilidade para colaborar na concretização das propostas governamentais contidas no programa do Governo relativas à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, o MDM solicitou no entanto ao governador civil uma maior intervenção junto do Governo para que tome as medidas conducentes ao cumprimento da legislação portuguesa e comunitária na área da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no campo económico e social.

O MDM, cuja delegação era constituída por Cristina Fernandes, Idalete Monteiro e Regina Marques, sublinha

em comunicado divulgado após a reunião ter havido com o Governador Civil «consonância em muitos aspectos» que enformam estas questões, mas não deixou de apresentar algumas notas de apreensão relativas a contradições do Governo nesta matéria.

O MDM alertou para a necessidade de haver reconhecimento por parte do Governo das organizações femininas com estatuto de parceiro social assim como para a atribuição de direito de tempo de antena na RTP.

Outra medida exigida pelo MDM de Setúbal é a revogação da decisão que coloca a Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres na tutela do Ministério do Emprego, pois limita e restringe a acção daquela comissão.

Por outro lado o MDM de Setúbal aponta a necessidade de regulamentação em alguns aspectos e aplicação real noutros da Lei sobre a

protecção das mulheres vítimas de violência.

Centro de Saúde da Baixa da Banheira

Entretanto o núcleo de Freguesia da Baixa da Banheira do MDM dirigiu uma carta ao ministro da Saúde e à Administração Regional de Saúde onde se exige a melhoria das instalações do centro de Saúde daquela freguesia, em situação de ruptura do ponto de vista da higiene e das condições físicas de atendimento.

Exigem também as mulheres da Baixa da Banheira a colocação de mais seis médicos de família, de acordo com a lei em vigor que estipula um médico para 1500 a 1750 utentes.

Bichas para consulta desde as cinco horas da manhã, ausência de consultas de ginecologia e falta de informação sobre os serviços que fazem o rastreio do cancro da mama são situações denunciadas pelo MDM.

COMUNIDADE EUROPEIA

Presidência portuguesa da CEE apresentada em Estrasburgo

Deus Pinheiro dá preferência à política externa e silencia Timor-Leste

O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, apresentou a semana passada no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o programa da presidência portuguesa da Comunidade. O documento, que aborda essencialmente questões relacionadas com a política externa a desenvolver pela Comunidade nos próximos seis meses, soube a pouco aos eurodeputados, que gostariam de ter ouvido Deus Pinheiro referir, com alguma profundidade, os candentes problemas que se colocam aos Doze com a concretização da União Política e da União Económica e Monetária.

Diferente foi a opção da presidência portuguesa, para quem «o elemento mais relevante que importa reter» é o da «crescente credibilidade do projecto comunitário face ao exterior». Assim, e após referir os *dossiers* da Jugoslávia, da Comunidade de Estados Independentes (ex-URSS), do Médio Oriente, a nova filosofia de cooperação e segurança, o ministro dos Negócios Estrangeiros fez questão de sublinhar que «a rápida evolução verificada nos últimos anos dentro e fora da Comunidade fez com que no actual semestre se dê uma coincidência singular de processos negociais, convergindo de forma a conferir à nossa presidência uma responsabilidade acrescida».

Da parte portuguesa, a

quem cabe dar seguimento às matérias "herdadas", ficou a promessa de dar início «ao ciclo da União, superando a tradicional vocação económica exclusiva, consolidando a abertura para o exterior perspectivando o alargamento e reforçando as relações com o resto do mundo, no seu quadro regional e nos outros continentes». Continuando a actual presidência a «longa tradição», segundo Deus Pinheiro, «de diálogo aberto, constante e profícuo, com o Parlamento Europeu».

Preocupações

Intervindo no debate que se seguiu à intervenção de Deus Pinheiro, o eurodeputado comunista Joaquim Miranda chamou a atenção para algumas das questões que «particularmente motivam ou preocupam» o PCP.

Começando por se referir à situação na Jugoslávia, Joaquim Miranda salientou a necessidade de se desenvolverem «todos os esforços com vista a ser assegurado o diálogo e a resolução pacífica do conflito» e alertou para o dever da Comunidade de «assegurar uma estreita cooperação com a CSCE e as Nações Unidas e mover-se na esfera das competências que interna e externamente lhe são reconhecidas, com a imparcialidade indispensável a quem

procura, de facto, uma solução duradoura para o conflito e tendo em conta os problemas de fronteira que se colocam, quer a nível interno quer a nível externo, salvaguardando neste último caso a integridade territorial dos países limítrofes, nomeadamente os que são membros da própria Comunidade».

Em relação ao processo de paz para o Médio Oriente, o deputado comunista fez notar que parece «pouco razoável ou mesmo inviável» um maior protagonismo da Comunidade relativamente ao assunto, enquanto se mantiver, como acontece, a ausência de relações com os palestinianos e, em especial, com a OLP.

Ainda no âmbito das questões internacionais, Joaquim Miranda referiu-se à ajuda à ex-URSS, sublinhando ser indispensável uma rápida clarificação de posições por parte do Conselho, tendo em conta «a ausência de acordo com o PE no último processo orçamental, sobre as reais intenções nesta matéria e, nomeadamente, sobre se se vai ou não proceder a uma revisão das perspectivas financeiras de forma a permitir a aprovação de um orçamento suplementar com tal objectivo». Recordando-se, a propósito, que o Conselho tem manifestado a intenção de canalizar para a ajuda ao centro e leste europeu verbas anterior-

mente destinadas à cooperação e ajuda ao Terceiro Mundo, o que o Parlamento Europeu não aceita.

A propósito, o eurodeputado do PCP defendeu que a presidência portuguesa «deverá assumir as responsabilidades que advêm das relações e do conhecimento particulares» de Portugal designadamente com a África e a América Latina.

Coesão económica e social

O eurodeputado Joaquim Miranda abordou de seguida o que classificou de «questão central» para a Comunidade: a coesão económica e social. Neste âmbito, salientou a necessidade de «um reforço sensível dos fundos comunitários, com base em instrumentos que permitam ter em conta a riqueza relativa dos países», bem como uma «nova e mais adequada estruturação das despesas comunitárias, que garanta um significativo reforço, absoluto e relativo, dos fundos estruturais». Na opinião do eurodeputado é indispensável que a adopção do novo quadro financeiro se concretize durante a presidência portuguesa, de forma a poder ser tida em conta no anteprojecto de Orçamento para 1993. É nesta perspectiva que se considera inevitável a realização de uma cimeira extraordinária

no decorrer do presente semestre.

Joaquim Miranda fez ainda notar que a coesão económica e social «não se esgota nos aspectos financeiros, nem sequer nos económicos, em geral», antes tem uma vertente social a que importa dar impulso. Trata-se, afirmou, de concretizar a Carta Social Europeia, «com vista a encaminhar-se, definitivamente, no sentido de uma harmonização ao nível comunitário também neste domínio». E não apenas ao nível legislativo, como salientou, mas essencialmente quanto ao nível de vida e de condições de trabalho - nomeadamente o tempo de trabalho - nos diferentes países. Para tal importa assegurar uma correcta informação e garantir a indispensável participação dos trabalhadores e suas organizações, em particular tendo presente e agindo no combate aos crescentes fenómenos de racismo e xenofobia.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e as negociações do GATT mereceram igualmente a atenção do deputado, que teceu críticas às propostas em debate sobre os preços agrícolas e defendeu que a primeira não pode subordinar-se às segundas. Segundo Joaquim Miranda, a reforma da PAC deverá dar resposta aos estrangulamentos internos que se acentuam e atingem certas camadas de agricultores e certas regiões, constituindo-se, também ela, «num factor

de coesão económica e social e nunca num factor de acentuação de assimetrias de desenvolvimento ou de desertificação do meio rural».

Por isso mesmo o eurodeputado comunista considera que o acordo nas negociações do GATT não deve ser conseguido «a todo o preço» e que não deverá ocorrer «com cedências apenas por parte da Comunidade».

A terminar, Joaquim Miranda falou de Timor-Leste, um assunto omisso na intervenção de Deus Pinheiro.

Deixando claro que sendo uma questão que toca particularmente aos portugueses, não pode deixar de ser - por isso mesmo - incluída entre as preocupações e prioridades da presidência, o eurodeputado salientou que não se trata apenas de uma questão de direitos humanos, pois o que está em causa é «o direito internacional e o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência».

Sobre este assunto - disse - esperamos um forte empenhamento da presidência portuguesa e consideramos urgente que a Comunidade, na sequência aliás do que foi aprovado por algumas instituições, não só reveja as relações de cooperação que vem mantendo com a Indonésia, como adopte posições consentâneas com a gravidade que representam a ocupação daquele território e o genocídio que o governo ditatorial daquele país vem cometendo contra o povo de Timor-Leste.

Apoios comunitários podem duplicar

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, vai propor, para o período 1994/1998, uma dotação global para os Fundos Estruturais, incluindo o novo fundo de coesão, da ordem dos 120 mil milhões de ecus (21 mil milhões de contos), a preços de 1989. Segundo a Lusa, que veicula a informação, caso a proposta de Jacques Delors venha a ser aprovada, Portugal poderá beneficiar de apoios comunitários da ordem dos 2,5 mil milhões de contos, no referido período.

Citando fontes da Bruxelas, a Lusa refere que o montante estimado para os Fundos Estruturais corresponde ao dobro das verbas que serão afectadas aos actuais três Fundos Estruturais (FEDER, Fundo Social e FEOGA-Orientação) durante 1993, ano da duplicação da dotação que lhes havia sido destinada em 1988.

No que se refere a Portugal, o valor dos apoios corresponde a cerca do dobro das verbas de que o país beneficiou aquando da primeira duplicação dos fundos, em 1988, já que foi de 1,3 mil milhões de contos o total das intervenções dos fundos comunitários em Portugal, de acordo com o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período de 1989/1993.

Este aumento das perspectivas financeiras dos Doze pressupõe um considerável acréscimo dos recursos financeiros próprios da CEE, pelo que o chamado «pacote Delors II» inclui propostas de revisão do actual sistema de financiamento da Comunidade, resultante das contribuições dos Estados membros para o orçamento comunitário. É neste contexto que se insere a definição das dotações para o novo fundo de coesão, criado na Cimeira de Maastricht, com o objectivo

de reduzir as profundas disparidades existentes entre os Estados membros.

Segundo a Lusa, que cita fontes da Comissão Europeia, Jacques Delors pretende incluir no «pacote» as necessidades financeiras decorrentes da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), das novas competências comunitárias a partir do corrente ano (nomeadamente no domínio dos transportes, energias e telecomunicações), da investigação científica e da indústria, e dos compromissos com países terceiros.

A adopção formal pelo executivo da CEE das propostas do «pacote Delors II» está prevista para o próximo dia 11 de Fevereiro, após o que o mesmo deverá ser submetido aos Doze, provavelmente no decorrer de uma cimeira extraordinária de líderes de CEE para a sua adopção definitiva.

Poluição do Águeda

Os perigos de poluição radioactiva do rio Águeda, resultantes da construção de uma central de enriquecimento de urânio em Saelices El Chico, em Espanha, junto à fronteira portuguesa, continuam a preocupar seriamente as populações dos dois países.

O projecto, a cargo da ENUSA, é financiado pelo FEDER, provocando desde 1990 as mais veementes reacções de rejeição pelas autarquias e populações dos dois lados da fronteira, que desde aquela data procuram levar as instâncias comunitárias ao respectivo cancelamento.

Acontece porém que os trabalhos de construção da central continuam, tendo recentemente sido publicada no «Diário Oficial» de Espanha uma autorização, para uso industrial pela ENUSA, de um caudal de 24 litros por segundo do rio Águeda. Sendo o Águeda um rio internacional, a sua utilização não pode ser feita unilateralmente; ora tudo indica que as autoridades portuguesas não foram consultadas sobre a referida autorização, o que agrava ainda mais a situação.

Acresce, por outro lado, que o Águeda é um dos poucos rios ibéricos não po-

luídos, possuidor de um rico e importante ecossistema e fonte de abastecimento de água para vários municípios espanhóis e portugueses, pelo que qualquer ameaça às suas condições é uma ameaça à saúde e à vida das populações.

Foi tendo em consideração todos estes aspectos que o eurodeputado comunista Rogério de Brito, «perante o irreversível perigo de poluição radioactiva dos rios e lençóis freáticos, afectando já produções agrícolas, vegetais e pecuárias, as espécies cinegéticas e piscícolas e inevitavelmente o homem», levou o assunto à Comissão das Comunidades Europeias, questionando esta instância comunitária sobre que «medidas tenciona tomar para impedir o desastre ecológico previsível e a poluição radioactiva do Águeda e de toda a zona fronteiriça abrangida».

Espera-se que a resposta, e as medidas, cheguem em tempo útil.

Coligação de Esquerda

O Grupo Coligação de Esquerda do PE, em que se inserem os eurodeputados do PCP, procedeu no passado dia 15 à eleição do seu presidente e renovação do respectivo secretariado. O secretariado do Grupo é agora formado por René Piquet, presidente; Vassilis Efremidis, vice-presidente e tesoureiro; e Joaquim Miranda, vice-presidente.

INTERNACIONAL

Estrangeiros

A lei que regulamentará a entrada e permanência de estrangeiros em França foi aprovada graças aos votos favoráveis dos senadores de direita, que apoiaram a proposta do governo socialista.

A proposta de lei, apesar de apresentada pelo Partido Socialista Francês (PSF), não foi apoiada pelos senadores socialistas, que se recusaram a votá-la.

A lei agora aprovada motivou já protestos de organizações humanitárias que contestam nomeadamente um artigo que prevê a criação de zonas de trânsito nos aeroportos para estrangeiros detectados em situação irregular.

As pessoas provenientes de países africanos, designadamente angolanos e cabo-verdianos, são particularmente visados pelo diploma, que restringe as possibilidades do candidato à emigração se instalar em França.

General Motors

«General Motors», um dos símbolos do capitalismo norte-americano, anunciou que vai investir trinta milhões de dólares numa fábrica de automóveis da República Popular da China.

O investimento, anunciado em Pequim, representa 30 por cento do capital de uma empresa mista para a produção de viaturas ligeiras, constituída pela General Motors e a Companhia Automóvel Linbei, de Shenyang, no norte da China.

Segundo disse à agência noticiosa oficial chinesa, trata-se do segundo investimento da General Motors na China desde 1988.

O acordo com a companhia chinesa — assinado na presença do vice-primeiro-ministro chinês Zou Jiahua — ocorre menos de um mês depois da General Motors ter anunciado nos Estados Unidos o despedimento de cerca de 30 000 trabalhadores.

Bulgária

O candidato da União das Forças Democráticas, no governo, Jelio Jeleu, venceu domingo as primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal na Bulgária.

Numa conferência de imprensa, Jeleu declarou que seria «presidente de todos os búlgaros, independentemente da sua etnia e religião e dos seus ideais políticos».

Sublinhou a necessidade de uma rápida restituição da terra agrícola aos antigos proprietários e de uma privatização da economia.

Jeleu sublinhou igualmente a intenção de levar a cabo uma política de «paz e estabilidade nos Balcãs e de integração na Europa».

Valkanov considerou, por seu lado, que o sucesso eleitoral de Jeleu se deve à sua «campanha de calúnias, manipulações e chantagem».

Luther King

A viúva do líder negro dos Direitos Civis, Martin Luther King, culpou a administração Bush pela falta de esperança que existe entre os pobres, ao pronunciar o seu discurso anual «sobre o estado do sonho».

A senhora King apelou a Bush e ao Congresso para tomarem a dianteira na resolução dos problemas habitacionais, de emprego e cuidados médicos dos pobres.

«É o mínimo que a nossa nação pode fazer», disse a 850 pessoas no Centro King para a Mudança Social Não-Violenta, em Atlanta. «Chegou a altura de nos civilizarmos para a total, directa e imediata abolição da pobreza».

Marrocos

Os diários marroquinos «Al Alam» e «L'Opinion» de Rabat, órgãos da oposição, acusaram o governo marroquino de não praticar um diálogo sério com os sindicatos, situação que provocou uma nova tensão laboral e social.

Os matutinos, que defendem os princípios da central sindical, a União Geral dos Trabalhadores Marroquinos (UGTM), referiram uma série de greves que atingiram vários sectores vitais da vida nacional, tais como o ensino, saúde, transportes públicos, minas e fosfatos.

Os jornais frisam que o governo não deve ignorar que estas greves, desencadeadas recentemente, apresentam reivindicações por satisfazer há muito tempo.

Estas greves realizaram-se porque o governo fez «orelhas moucas» e prosseguiu a sua política de «porta fechada» aos sindicatos, sublinharam os jornais.

Para «Al Alam» e «L'Opinion», até agora, o governo limitou-se através do Ministério do Emprego a «prosseguir o diálogo» apenas com os representantes do patronato.

Haiti

Futuro ainda incerto

A situação política e socioeconómica no Haiti — marcada pela crise desencadeada com o golpe militar de 30 de Setembro de 91 — continua a sofrer desenvolvimentos contraditórios.

Em Washington, onde participou num encontro com o secretário-geral da OEA, Jean Bertrand Aristide, o presidente deposto pelos golpistas, afirmou recusar-se a governar com o general Raoul Cedras, o cabeçilha do golpe de Estado.

«Oitenta e cinco por cento da população haitiana, a comunidade internacional e eu próprio, não podemos ser cúmplices de um criminoso», declarou Aristide.

O encontro realizado com o secretário-geral da OEA deveria englobar igualmente outras perso-

nalidades, que entretanto não compareceram: o eventual futuro primeiro-ministro René Theodore, o presidente do Senado, Dejean Belizaire, e o presidente da Câmara dos deputados, Alexandre Medard.

Poucos dias antes, os deputados haitianos tinham eleito Alexandre Medard, membro da Frente Nacional para a Mudança e Democracia (FNCD), para a presidência do Parlamento. A FNCD, coligação popular de esquerda, apoiou em 1990 a candidatura presidencial de Aristide.

Entretanto René Theodore, dirigente comunista e possivelmente o futuro primeiro-ministro, pediu à organização dos Estados Americanos (OEA) que «pelo menos» reduza o ac-

tual embargo comercial contra o Haiti e envie uma ajuda humanitária ao povo haitiano.

No pedido enviado em carta aos membros da OEA, o dirigente haitiano apela para «a humanidade» dos membros da OEA e para «a sensibilidade» de Aristide, actualmente exilado na Venezuela e que «já manifestou o seu amor pelos pobres».

René Theodore sublinha na carta «a emoção» que sente perante «a escassa ou deficiente» nutrição que afecta as crianças e que «faz estragos que não poderão mais ser recuperados», acentuando que «demasiadas crianças e doentes morrem devido a falta de cuidados médicos».

«A resistência que se exige a este povo por razões

diversas pode tornar-se num suicídio colectivo ou num genocídio», escreve o dirigente comunista na missiva enviada à OEA, comentando que «aqueles que impõem ou exigem» ao povo haitiano a aceitação ou o desafio do embargo «estão a pedir-lhe que aceite morrer».

Os 34 membros da OEA impuseram em 8 de Outubro um embargo comercial contra o Haiti para intentar obter o regresso ao poder do presidente Aristide, eleito por uma esmagadora maioria do eleitorado, e deposto pelos golpistas.

Fontes religiosas independentes informaram que o embargo já terá provocado «vários milhares» de mortos nas camadas mais pobres da população.

Cuba em Niteroi

Um exemplo de solidariedade

O encontro cultural Brasil/Cuba, organizado pela cidade de Niteroi, em que participa a maior delegação de sempre da Ilha no estrangeiro, 182 pessoas, é a prova de que, apesar do bloqueio, Cuba não está isolada.

O que foi anunciado apenas como um encontro com a cultura da Ilha, com programação prevista para um mês, e em que se incluía a apresentação da companhia de bailado Cuballet, acabou por se transformar num grande intercâmbio de obras, experiências, tecnologia e até gastronomia entre as duas cidades irmãs: Havana e Niteroi.

Com a chegada dos cubanos, no último dia do ano de 1991, a cidade de Niteroi começou a adoptar os modelos cubanos de saúde pública e tratamentos médicos.

Além de adquirir — violando o bloqueio económico — a avançada tecnologia médica e de vacinas cubanas contra doenças tropicais, o município de Niteroi projecta construir uma praça com o nome de José Martí, em honra da revolução cubana.

No campo puramente cultural, a embaixada cubana incluiu música folclórica, artes plásticas, literatura, cinema e ballet, tendo o Cuballet feito um curso onde se inscreveram 300 bailarinos vindos de todo o Brasil.

A assistência do público aos actos culturais foi maior do que o previsto.

O encontro, que poderá repetir-se em São Paulo, a pedido do seu município, teve como objectivo o agradecimento da população de Niteroi a Cuba, que há dois anos enviou para a zona vacinas contra o dengue, evitando a morte a mais de 45 000 pessoas.

Note-se que no plano médico e de ensino básico, são grandes os êxitos alcançados em Cuba. Calcula-se que dentro de pouco mais de dez anos Cuba terá cerca de 50 000 médicos, o que o tornará um dos países de mais elevado índice médico por habitantes do mundo.

Já hoje a ilha tem menos analfabetos e uma mortalidade infantil inferiores aos registados nos Estados Unidos.

Advertisement for the Cuba event in Niteroi. It features the text 'Sem perder a ternura jamais encontro com CUBA JANEIRO-1992 NITEROI' and a list of activities including gastronomy, products, and various cultural performances. It also includes the logo for 'PREFEITURA DE NITEROI' and the slogan 'A Cidade em Boas Mãos'.



Médio Oriente

Colonatos são uma arma contra a Paz

As contradições que marcam o complexo processo de negociações para a paz no Médio Oriente, estão a ter também significativas consequências na vida política de Israel, levando à antecipação das eleições, inicialmente previstas para Novembro, e que se deverão realizar em Junho.

Dois ministros israelitas, dirigentes das organizações de extrema-direita Tehya e Moledet, respectivamente Yolval Neeman e Rehavam Zeevi, apresentaram a sua demissão, deixando Shamir sem maioria parlamentar, apenas com o apoio de 59 dos 120 deputados do Parlamento.

Ao demitirem-se, os dois ministros afirmaram pretender exactamente esta antecipação do acto eleitoral «para travar um processo a que erradamente se chama processo de paz», nas palavras de Zeevi. Ou ainda, segundo afirmações de Neeman, para «protestar contra o facto de o governo ter cedido aos ultimatos da administração norte-americana quanto ao processo de paz».

Neste quadro, Shamir inicia a campanha eleitoral apresentando-se como defensor do processo de paz, e afirmando mesmo que «as

negociações de paz não irão parar».

Estão entretanto bem longe de ser pacíficas as bases em que Shamir se propõe prosseguir este processo.

O primeiro-ministro israelita é claro na defesa do prosseguimento da construção de colonatos, afirmando que «a construção de colonatos continuará em todos os territórios ocupados e nenhuma força poderá impedi-la».

Também o ministro da Defesa de Telaviv, Moseh Arens, afirmou, na Cisjordânia, numa visita aos colonos de Ariel, que «a construção de colonatos na Judeia Samaria e na Faixa de Gaza apenas começou», acrescentando que a população judia nos territórios ocupados aumentará para o dobro até 1993.

Trata-se de um problema maior, que condiciona todas as possibilidades, não só de se avançar num processo de paz, mas também de alcançar qualquer solução política viável para os problemas do Médio Oriente, e em particular do povo palestino, a sua elementar exigência do direito a uma pátria. Ques-

tões todas elas naturalmente interdependentes.

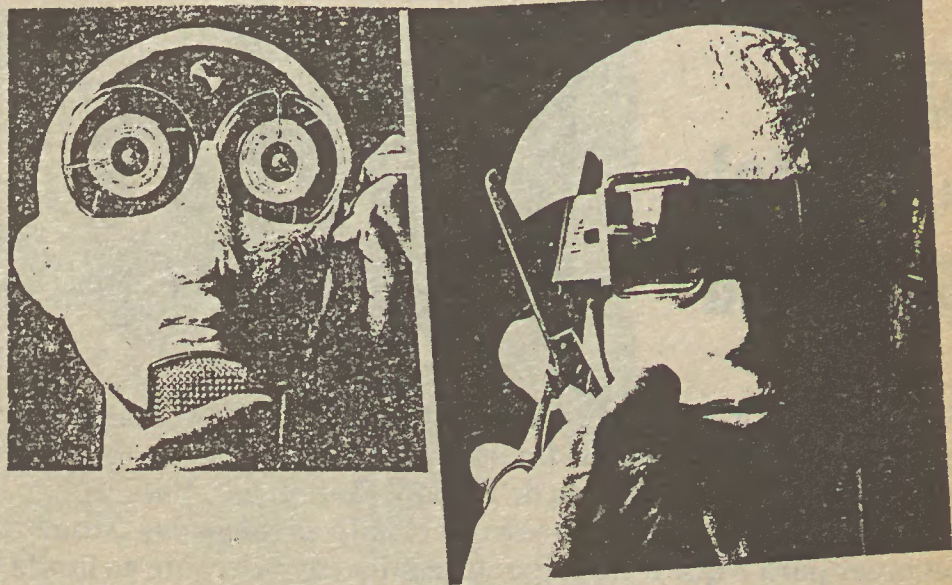
Isto mesmo foi recentemente denunciado pela porta-voz da delegação palestina às negociações bilaterais israelo-árabes, Hanana Ashraoui, que em conferência de imprensa em Washington referiu a recusa de Israel em tomar em consideração a exigência prioritária palestina de pôr fim à colonização dos territórios ocupados.

Neste momento ainda não está claro se as negociações multilaterais de paz, agendadas para os próximos dias 28 e 29 em Moscovo, se virão a realizar.

A posição dos países árabes deve ser fixada amanhã, sexta-feira, em Marrocos. A posição da OLP deverá também ser definida à luz desta concertação interárabe em Marraquexe.

Entretanto a Síria, através do seu presidente Hafez Assad, e o Líbano, em declarações do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Ferez Bueiz, anunciaram a sua recusa em participar nos encontros da capital russa, considerando que a posição de Israel é de aberta oposição à paz.

Diferente é a posição do Egipto, que já divulgou que terá uma delegação sua em Moscovo.



Informação e desinformação

• Manipulação nos EUA

As administrações Bush e Reagan têm manipulado de tal maneira a cobertura noticiosa dos conflitos que a opinião pública norte-americana tem uma imagem distorcida de guerras como as de Granada ou do Golfo, segundo um estudo divulgado em Washington.

O Centro para a Integridade Pública, organização privada, sem fins lucrativos, fundada pelo antigo produtor das televisões ABC e CBS Charles Lewis e que se dedica a fiscalizar assuntos relacionados com a ética administrativa, diz que as limitações à actividade da imprensa são tão extensas que os dirigentes da Casa Branca e do Departamento de Defesa estão a violar as próprias regras do Pentágono.

O código de conduta do governo americano diz que «a propaganda não tem lugar» nos programas do departamento de relações públicas do Departamento de Defesa e que «o único objectivo» da administração é acelerar o fluxo de informação.

Mas o Pentágono «tentou esconder a verdadeira face da guerra ao controlar as imagens dos conflitos, frequentemente com a cooperação dos media», diz o relatório, intitulado «Under Fire: US Military Restrictions on The Media».

O Departamento de Defesa tem negado repetidamente que as restrições à cobertura noticiosa se devam a considerações políticas. Limitando o acesso, censurando as peças dos repórteres e restringindo de outras formas a actividade dos media, a administração estaria apenas a proteger as vidas dos soldados americanos, diz o Departamento de Defesa.

O relatório discorda, e refere que os próprios órgãos de comunicação social são muitas vezes culpados.

Enquanto os jornalistas se queixam sobre as restrições durante a guerra do Golfo, «no fim, muitos deles apresentaram precisamente os dados e as imagens que a Casa Branca e o Departamento de Estado queriam».

O estudo refere, nomeadamente, que: — Empresas privadas de vídeo produzindo programas sobre a guerra do Golfo, apresentando os militares americanos de um ponto de vista positivo, tiveram mais acesso ao teatro de guerra que os jornalistas.

— Em Granada, o Departamento de Defesa escondeu o facto de aviões americanos terem bombardeado um hospital psiquiátrico, tomando-o erradamente por uma instalação militar.

— No Panamá, fogo amigo matou ou feriu mais de uma dezena de soldados, um facto que só foi reconhecido seis meses após a invasão.

— A administração Bush agiu por motivos políticos quando impediu a presença dos media da base aérea de Dover durante a chegada de caixões transportando os corpos dos mortos na guerra do Golfo.

As imagens mais chocantes do Golfo eram cuidadosamente seleccionadas pelo

Departamento de Defesa, resumindo-se unicamente a filmes vídeo sobre bombas de precisão a serem guiadas até aos alvos, salienta o estudo. Depois da guerra, soube-se que apenas 8,8 por cento das bombas largadas pelos Estados Unidos tinham sistemas teleguiados de precisão.

O governo americano adoptou os controlos restritivos do governo britânico de Margaret Thatcher para com os media aquando da guerra das Falkland, em 1982, diz o estudo.

Os jornalistas americanos foram mantidos fora de Granada durante os dois primeiros dias da invasão, em 1983. No Panamá, o Departamento de Defesa activou tão tarde o sistema de pools que os jornalistas perderam as primeiras horas do conflito. Quando finalmente lá chegaram, foram mantidos durante horas numa base americana. No Golfo, nem um único jornalista acompanhou as forças americanas que deixaram a Arábia Saudita a 7 de Agosto de 1990.

As decisões «foram politicamente motivadas, indo muito para além do que era necessário para proteger as operações militares ou as tropas», conclui o estudo.

• Censura em Israel

A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) apelou ao governo israelita para abolir todas as formas de censura e restrições ao trabalho dos jornalistas palestinos.

«A intimidação e controlo social exercido pelas autoridades israelitas é tal que torna praticamente impossível a prática de um jornalismo profissional e responsável», refere a FIJ num relatório baseado em informações recolhidas por uma missão de verificação efectuada em 1991.

O «controlo da informação» é «profundamente inapropriado no mundo moderno». «Foi assim na Europa, na África do Sul e é também nos territórios ocupados», conclui o documento.

O relatório da Federação Internacional de Jornalistas critica as autoridades israelitas, que defendem que muitos activistas árabes «se disfarçam de jornalistas», e alerta para o facto de que esta posição põe «em perigo» todos os profissionais da informação árabes.

A FIJ, que representa mais de 200 mil jornalistas em 53 países, ridiculariza ainda a proibição da utilização de aparelhos de telefax e telex pelos profissionais de informação palestinos.

Esta é uma atitude «grosseira e serve para reforçar os receios de que é a ignorância, em vez da liberdade de expressão, o objectivo da política oficial de informação (dos israelitas) nos territórios ocupados», acrescenta.

A FIJ conclui o relatório com um apelo ao diálogo e à cooperação entre a Associação de Jornalistas Árabes e a Federação Nacional Israelita de Jornalistas.

El Salvador

Paz representa também fim da hegemonia militar

«Viva a paz» — foi assim que o comandante Handel, chefe da delegação negociadora da FMLN, terminou o seu discurso na cerimónia da assinatura dos acordos de paz que põem termo à guerra que ao longo de doze anos fez mais de 75 mil mortos em El Salvador.

Para o comandante Handel, o mais importante nos documentos agora assinados é o «fim da hegemonia militar sobre a sociedade civil».

«Foi necessário pegar em armas, não estamos arrependidos por isso», sublinhou. Abordando as questões actuais, o chefe da delegação da FMLN pediu o apoio da comunidade internacional para a aplicação do plano de paz e recursos para a reconstrução de El Salvador. Defendeu a desmilitarização da América Central e uma nova relação entre Washington e El Salvador.

De acordo com o calendário elaborado para aplicação dos acordos de paz, o governo e a guerrilha salvadorenha comprometem-se a reduzir em 50% os actuais

efectivos militares. O processo de depuração das Forças Armadas começa com a criação de uma comissão «ad hoc», que deverá iniciar o seu trabalho 105 dias depois de 16 de Fevereiro.

Nos próximos dois anos, pelo menos 31 mil militares passarão à vida civil, 19 178 dos quais nos próximos seis meses. Paralelamente será desmantelada a estrutura militar da Frente de Libertação Farabundo Martí (FMLN) com a posterior integração dos guerrilheiros na vida civil e política do país.

Um dos pontos fulcrais do acordo refere-se à participação, na vida política, da FMLN.

Neste quadro, foram acordados vários pontos:

— Aprovação de medidas legislativas, ou outras, necessárias para garantir aos ex-combatentes o pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, com vista à sua reintegração na vida civil, política e institucional do país.

— Liberdade para todos os presos políticos.

— Amplas garantias de

segurança para o regresso dos exilados e demais pessoas que estão fora do país, obrigadas a partir devido ao conflito armado.

— Autorização de licenças para meios de comunicação social da FMLN.

— compromisso e direito da FMLN à plena participação política, sem mais restrições dos que as emanam do marco constitucional e jurídico estabelecido pelos acordos.

— Legalização da FMLN como partido político sendo, para isso, promovida a aprovação de um decreto legislativo.

— Garantia de espaço para o desenvolvimento normal da FMLN, uma vez constituído em partido político, o que implica: realização de actividades para recrutamento de militantes; direito a instalar infra-estruturas apropriadas (sedes, tipografias); o livre exercício do direito de reunião e mobilização para dirigentes, activistas e membros da FMLN; liberdade para a publicação de anúncios pagos nos meios de comunicação social.

O «Avante!» preveniu

Tudo mais caro por causa dos impostos

Agora já toda a gente fala deles. Dos aumentos de preços para que aponta a política fiscal finalmente revelada pelo Governo na sua proposta de Orçamento de Estado. Os indícios, porém, eram muitos, e o «Avante!» veio alertando ao longo das últimas semanas para o que o Governo pretendia esconder, até ao limite possível, à sociedade portuguesa. Os parceiros da CEE já conheciam as intenções do executivo cavaquista, nomeadamente de acertar o passo pelas taxas europeias do IVA, quando não é ainda obrigatório e quando os portugueses não ganham nada que se compare com os salários «europeus». Ir ao bolso do contribuinte para encher os cofres do Estado é o objectivo deste Governo. E a mudança de ministro só veio servir a política de agravamento fiscal. «Avante!» já tinha avisado...



Avante! Professores de todos os países LNI-VGS
O Natal de Cavaco Silva: Passar o ano com o PCP

6,5% de aumentos

9,5% de inflação

Atalaia Barreiro Sines Couço Almeida

Avante! Professores de todos os países LNI-VGS
Respostas necessárias

Carlos Brito Novo director do «Avante!»

BENS ALIMENTARES E VÃO AUMENTAR

- Açúcar
- Café
- Transportes
- Água
- Electricidade
- Combustíveis

Duas realidades a Leste — artigo de Manuela Bernardino

O fim da taxa Zero determinará aumentos de preços de 12% em mais de 30% do consumo em Portugal

Nota da Comissão Política PCP denuncia política do Governo

A propósito da apresentação pública do Orçamento do Estado para 1992, a Comissão Política do PCP entende tornar pública a sua primeira apreciação sobre aquele documento.

1. Em primeiro lugar, o PCP critica a forma como o Governo se comportou em todo o processo de preparação e apresentação do Orçamento do Estado. Por um lado, os encontros realizados com os Partidos da oposição na passada semana, legalmente obrigatórios, foram assumidos pelo Governo como uma mera formalidade para aparente cumprimento da legislação em vigor, retirando-lhe na prática todo e qualquer sentido útil ao recusar-se, então, a dar qualquer informação concreta sobre o conteúdo do OE e ao recusar liminarmente as sugestões apresentadas pelos Partidos da oposição, nomeadamente a proposta apresentada pelo PCP de o OE e as GOP serem acompanhadas de um relatório sobre o estado de preparação da economia portuguesa para o Mercado Único que se inicia em 1 de Janeiro de 1993.

Por outro lado, ao fazer a entrega formal do OE na Assembleia da República, e contrariamente a práticas anteriores, o Governo não fez entrega de qualquer exemplar aos Partidos representados naquele Órgão de Soberania, procurando assim impedir qualquer comentário público dos Partidos da oposição nas primeiras 24 horas após a conferência de imprensa do ministro das Finanças.

Nessa linha de monólogo do Governo perante a opinião pública se enquadra a anunciada presença hoje do ministro das Finanças no programa 1ª Página da RTP, em que certamente reincidirá na mistificação de que «não haverá agravamento da carga fiscal».

A Comissão Política do PCP reclama que a RTP promova de imediato um debate dos Partidos da oposição com o Governo sobre a matéria orçamental, pois só assim o povo português poderá ser esclarecido do efectivo conteúdo do Orçamento do Estado e das opções alternativas.

2. No que respeita ao conteúdo do Orçamento do Estado para 1992, a Comissão Política do PCP considera-o um autêntico orçamento de «ditadura» fiscal, que põe a nu a falta de palavra do Primeiro-Ministro face às suas promessas eleitorais.

De facto, e na primeira apreciação que é possível fazer, o que mais ressalta no OE para 1992 é o forte agravamento da carga fiscal que vai ser suportado pelos portugueses, nomeadamente pelos trabalhadores e pelas camadas médias. Esse agravamento fiscal, resultante das alterações aos impostos propostos pelo Governo, é por ele próprio computado em mais de 3% do PIB. Tal significa que, por vontade política do Governo, os

portugueses irão pagar mais 340 milhões de contos que o montante de impostos que decorreria da evolução oficialmente prevista para a actividade económica e os rendimentos dos cidadãos.

Saliente-se, por acréscimo, que os maiores aumentos da carga fiscal se registam nos impostos indirectos, aqueles que, por um lado, incidem relativamente mais sobre as famílias com menores recursos e, por outro lado, são menos directamente apreendidos pelos cidadãos por integrarem os preços finais dos bens e serviços adquiridos na vida quotidiana.

Os aumentos verificam-se em todos os impostos sobre o consumo, incluindo os que incidem sobre os automóveis de menores cilindradas.

Mas exigem referência especial as alterações introduzidas no IVA, com a eliminação da taxa zero. Cerca de 30% do consumo médio das famílias portuguesas (incluindo a generalidade dos bens alimentares, desde o pão à carne e ao peixe, os medicamentos, os livros, os adubos e fertilizantes, etc.), que até agora não pagavam imposto, passam a pagar 5%. Identicamente, a maior parcela dos cerca de 33% do consumo privado que estava sujeita à taxa de 8% passa a ser tributada por uma taxa de 16% (incluindo o material exclusiva ou essencialmente didáctico, a gasolina, os serviços de restaurante, os telefones, etc.).

A Comissão Política do PCP caracteriza as alterações ao IVA como um aumento brutal da carga fiscal sobre as famílias portuguesas que, só por si, resulta num aumento geral dos preços de 2,5 pontos percentuais ou, de outra forma, se traduzem numa redução dos rendimentos reais dos portugueses em cerca de 2,5%, e numa percentagem ainda mais elevada para as famílias de menores recursos.

O PCP contesta e rejeita estes pesados aumentos da carga fiscal no IVA e em outros impostos indirectos que, para além de não decorrerem no ano em curso de qualquer imposição de harmonização fiscal na CEE, não são minimamente compensados com uma redução dos impostos directos sobre os rendimentos do trabalho, como seria minimamente exigível.

Bem pelo contrário, o Governo propõe igualmente um aumento real do IRS ao actualizar os respectivos escalões e deduções em apenas 8%. Na verdade, o próprio Governo aponta para uma taxa de inflação do consumo privado de 9,25%, taxa que aliás se torna menos credível pelo facto de as alterações introduzidas no IVA significarem um aumento da inflação de 2,5%.

No âmbito das despesas, e sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, a Comissão Política do PCP chama desde já a atenção para o facto de o Governo, contrariamente às promessas

eleitorais de Cavaco Silva, não prever no Orçamento qualquer verba para a construção de habitação social (a não ser a que decorra de realojamentos ditados por realização de obras públicas) nem para os contratos de desenvolvimento da habitação.

É a reafirmação, por parte do Governo, do abandono das responsabilidades do Estado na área da habitação que é um dos mais graves problemas sociais com que se defrontam os portugueses.

Registe-se, ainda, a intenção do Governo de aumentar o Fundo de Equilíbrio Financeiro para as Autarquias Locais em apenas 13%, quando prevê um aumento das receitas do IVA de 48%, sendo certo que a lei em vigor impõe que as taxas de crescimento sejam idênticas. Manifesta-se, assim, a insistência do Governo numa perspectiva de asfixia financeira do Poder Local.

3. A Comissão Política denuncia desde já o carácter socialmente injusto deste orçamento, cujas orientações gerais vão no sentido de fazer pagar aos rendimentos do trabalho e às camadas médias a factura de uma política errada, acentuando as desigualdades e a concentração da riqueza, e reafirma que o Grupo Parlamentar do PCP intervirá no debate do OE confrontando o Governo com as suas promessas eleitorais agora completamente defraudadas e apresentará propostas que visem impedir tão brutal agravamento da carga fiscal e reforçar as dotações para as áreas sociais mais carenciadas.

A Comissão Política do PCP considera oportuno reafirmar que, independentemente da forma como votaram nas últimas eleições, nada deverá impedir que todos e cada um dos cidadãos afectados e lesados pela política do Governo, tenham plena consciência da força da sua opinião, do valor da sua intervenção, da eficácia do seu protesto e da sua luta.

A democracia significa também exactamente o direito de cada cidadão resistir a uma política injusta, lutar em defesa dos seus direitos, manifestar-se para fazer valer a sua razão e as suas aspirações.

É justo protestar com vigor e é necessário lutar com confiança contra uma política que desmente fragorosamente as promessas e as ilusões deliberada e desonestamente semeadas pelo PSD na última campanha eleitoral.

Esse é o caminho inadiável e insubstituível para que não triunfem a injustiça, a prepotência, a degradação das condições de vida e a ofensa aos legítimos direitos e aspirações de amplas camadas da população.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1992

Tributação em IVA

Exemplos de produtos que passam de taxa

0 para 5%

- Cereais • Arroz
- Massas alimentícias • Azeite
- Pão • Carne • Peixe
- Ovos • Leite • Água
- Frutas frescas, legumes e produtos hortícolas

- Produtos farmacêuticos • Aparelhos ortopédicos
- Livros (incluindo os escolares) • Adubos, fertilizantes e correctivos dos solos • Sementes

Exemplos de produtos que passam de taxa

8 para 16%

- Todos os produtos alimentares que não estavam na taxa Zero.
- Águas de mesa e cerveja
- Gasolina • Portagens
- Sabões e detergentes
- Serviços prestados por advogados
- Serviços de restaurante
- Telefones, Telefax,
- Material Didáctico
- Telegramas Internacionais

Emigrantes e imigrantes

Uma posição humanista e solidária

O recente debate na Assembleia da República acerca de alguns projectos de lei sobre a situação de estrangeiros em Portugal e a apresentação pelo PCP do projecto de lei sobre a criação do Instituto do Imigrante e de uma outra proposta sobre o acesso a crédito para aquisição de casa própria são particularmente oportunos. Esse facto advém da próxima ratificação por Portugal dos acordos de Schengen (ver deliberação do Conselho de Ministros de 16 de Janeiro), da crescente internacionalização da mão-de-obra, da vaga de racismo e xenofobia que grassa pela Europa e da necessidade de a combater com firmeza e ainda do facto de Portugal ter uma posição simultaneamente de país receptor de imigrantes (cerca de 100 mil, com grande peso de trabalhadores oriundos de Cabo Verde e Guiné-Bissau) e de país com um largo número de emigrantes espalhados pelo mundo.

Creio que a questão subjacente ao debate deste problema é bem resumida numa frase que, mesmo sem rigor jurídico, exprime de forma profunda o sentir destes nossos concidadãos: «Não somos estrangeiros, somos emigrantes».

Emigrantes lá-bas, nas França e em todos os cantos do mundo, os portugueses conhecem bem as agruras das terras madrastras, dos tratamentos discriminatórios, da exploração.

Diz-se às vezes que «não há pior padrão do que o que foi empregado»...

Para que tal ideia não tenha aqui qualquer cabimento, é necessário que as autoridades e a sociedade portuguesa no seu conjunto tomem exacta consciência de que já hoje existe em Portugal uma questão social com uma relevante comunidade imigrante, de dezenas de milhares de cidadãos, que reclama medidas adequadas e urgentes.

Foi tendo em conta esta situação que o PCP propôs no seu Programa Eleitoral medidas como a criação de um Instituto do Imigrante, para tratar e cuidar das questões ligadas à política de imigração, descentralizado e com a participação das associações representativas das comunidades de imigrantes; a criação das condições legislativas extraordinárias para a legalização dos imigrantes que actualmente trabalham e residem em Portugal; medidas de acesso à habitação, à saúde e segurança social, ao ensino e educação e participação nos órgãos das autarquias locais; apoio à formação profissional; desenvolvimento de uma acção fiscalizadora que defenda os trabalhadores imigrantes dos novos «negreiros»; apoio dos poderes públicos às associações cívicas e culturais representativas das minorias étnicas.

Face ao conjunto dos projectos de lei em debate sobre alguns aspectos da situação de estrangeiros em Portugal, o PCP colocou-se numa posição coerente com a atitude solidária com que tem encarado os problemas e a situação dos trabalhadores estrangeiros residentes em Portugal e os trabalhadores migrantes de todo o mundo.

O Instituto do Imigrante

É a essa luz que se justifica o projecto de lei de criação do Instituto do Imigrante. Como afirmou o camarada Manuel Correia, dirigente sindical e membro da comunidade africana no Colóquio «Os Trabalhadores Migrantes em Portugal» promovido pela CGTP-IN em 14 e 15 de Outubro de 1991, a propósito da necessidade do Instituto do Imigrante «actualmente os imigrantes querendo tratar de qualquer assunto têm que fazê-lo numa instituição policial e tratar com polícias, razão que tem conduzido a um número considerável de imigrantes ilegais, por não se sentirem estimulados a recorrer a esta instituição». É a esta situação que o PCP quer pôr termo, criando uma instituição que concretize «um diálogo produtivo e respeitador entre a Administração Pública portuguesa e as dezenas de milhares de cidadãos de outros países que aqui trabalham e residem», como se afirma no preâmbulo do projecto de lei apresentado em 13 de Janeiro na Mesa da Assembleia da República.

É o caso também de uma proposta apresentada no mesmo dia que visa permitir aos imigrantes não só o fim das discriminações na distribuição de habitações sociais, no acesso ao crédito bonificado para aquisição de casa própria, desde que sejam os estrangeiros titulares de autorizações de residência de tipo B e C.

Contra a violência racista

A atitude aberta que o PCP preconiza que o Estado português assumirá está de acordo com a sua opção humanista. Mas corresponde também a uma indignada rejeição e a um vivo contraste com a vaga selvagem de racismo e xenofobia que alastra pela Europa.

Recorde-se, a título de exemplo, os 7000 crimes de violência racista no Reino Unido em 1989 e os 1527 crimes

do mesmo tipo cometidos na Alemanha nos dois primeiros meses de 1991; o facto de, segundo uma sondagem publicada no *Le Monde* em 25 de Outubro de 1991 um eleitor francês em cada três partilhar as ideias racistas e xenófobas do Sr. Le Pen e da Frente Nacional; o facto de um partido da direita francesa, membro do mesmo grupo do Parlamento Europeu a que pertence o PSD, colar cartazes nas paredes de França que dizem «Socialismo, Imigração, Droga, Negocismo», inculcando que a imigração é um fenómeno tão grave e da mesma natureza da droga e negocismo; os 7 milhões de votos nas eleições parlamentares «europeias» a favor de partidos com posições racistas; as votações de partidos de direita e extrema direita - relativamente elevadas - obtidas em eleições de diversa natureza em países como a França, Alemanha e Bélgica.

Os crimes violentos de cariz racista cometidos são elucidativos: atentados mortais à bomba, habitações incendiadas com gasolina, pessoas deitadas do alto de prédios, lançadas de comboios ou de automóveis em marcha, espancadas na rua em pleno dia, mutiladas, torturadas, mulheres lapidadas quando se dirigiam ao mercado, cães lançados sobre crianças à saída das escolas, mulheres grávidas violentadas... (Ver *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 1992).

Duramente explorados, os imigrantes nesses países arriscam-se a aparecer como os «bodes expiatórios» das consequências da crise, da redução de prestações sociais e até das consequências do triunfo das teses neo-liberais. Sem fundamento, forças poderosas atribuem com superficialidade aos cidadãos estrangeiros o papel de causa de quase tudo o que está mal e dos problemas acumulados, desde da redução do alcance de direitos económicos e sociais até à delinquência, falta de segurança e marginalidade.

Duramente explorados, os estrangeiros são também, em muitos casos, perseguidos, quando o essencial era prosseguir uma política de integração, reforço de direitos e igualdade de oportunidades, que levaria a atenuar muitos dos problemas sociais que estão na base, em grande medida, dos preconceitos racistas e xenófobos que pairam e ameaçam a Europa.

O direito de voto nas eleições municipais

Acontece, como foi dito, que Portugal é um país que recebe imigrantes, cabendo-lhe a obrigação de assumir uma conduta exemplar, e também é um país que tem centenas de milhares de compatriotas nossos a viver e a trabalhar no estrangeiro. Ficaremos em melhores condições para uma ofensiva diplomática a favor do reforço dos direitos dos nossos emigrantes, na medida em que assumirmos uma orientação favorável ao reforço dos direitos dos estrangeiros residentes no território nacional.

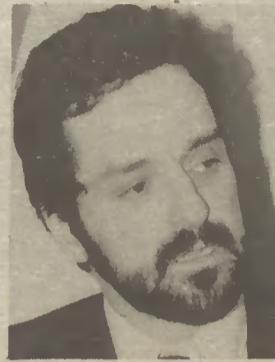
O caso do direito de voto de estrangeiros nas eleições locais é particularmente relevante. O problema tem vindo a ser colocado, em especial no seio da Comunidade Europeia, desde 1974 e 1975. As disposições que visam instituir a «União Europeia» recentemente aprovadas na Cimeira de Maastricht estabelecem o direito de voto e de elegibilidade nas eleições municipais no Estado-membro de residência, direito que será exercido sob reserva das modalidades a estabelecer antes de 31 de Dezembro de 1994 pelo Conselho decidindo por unanimidade sob proposta da Comissão e após consulta do Parlamento Europeu. O caminho está apontado, mas haverá dificuldades em concretizá-lo. Os países que hoje concedem direito de voto são os mesmos que têm menos estrangeiros no seu território (caso da Irlanda, Dinamarca e Holanda).

Haverá, assim, que conduzir uma acção persistente, dentro e fora das instituições comunitárias, para que outros países - aqueles em que residem e trabalham mais portugueses - venham a conceder o direito de voto nas eleições locais. Refiro-me, em particular, à França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo.

Só assim será aberto caminho para o efectivo reforço de direitos dos emigrantes portugueses, assegurando a possibilidade de participarem na vida autárquica local nos países onde residem.

O PCP pronuncia-se assim, claramente, a favor do aproveitamento da possibilidade criada pela última revisão constitucional de conceder o direito de voto e a capacidade eleitoral passiva a estrangeiros nas eleições locais.

Num mundo em que a mão-de-obra está internacionalizada, é necessário restituir a capacidade eleitoral ao nível local a tantos e tantos trabalhadores, hoje privados desse direito como no tempo do sufrágio censitário, antes da conquista do sufrágio universal. Pense-se em países como a Alemanha e França com 7% de estrangeiros, na Bélgica, com 9%, no Reino Unido e Holanda com 4% e no caso do Luxemburgo com 26%.



LUÍS SÁ
Membro da Comissão
Política

«O PCP pronuncia-se claramente a favor do aproveitamento da possibilidade criada pela última revisão constitucional de conceder o direito de voto e a capacidade eleitoral passiva a estrangeiros nas eleições locais.»

Contra o cerco aos africanos

As preocupações humanistas do PCP são extensivas à questão da «regularização extraordinária de estrangeiros em situação irregular». Os cerca de 100 mil estrangeiros ditos clandestinos em Portugal têm uma situação particularmente grave, atrás da qual se movem escuros interesses. Os trabalhadores nesta situação têm quase todos os vínculos precários. São pagos à hora e ao dia, trabalham muito mais horas do que o previsto nos contratos de trabalho. Não têm garantias sociais, nem subsídios de férias ou de Natal. Dado o muito baixo nível de qualificação e a situação a que estão sujeitos, desempenham as tarefas mais penosas e arriscadas, sendo vítimas dos acidentes de trabalho mais graves. Note-se, a título de curiosidade, que são de Cabo Verde e da Guiné cerca de 70% dos 1800 trabalhadores do Centro Cultural de Belém, ou da Caixa Geral de Depósitos no Campo Pequeno e da Escola de Arte Nova e Cultura da Ajuda. Muitos deles são clandestinos.

A assinatura do acordo de Schengen em 25 de Janeiro de 1991, ainda à espera de apreciação pela Assembleia da República, definiu uma atitude: dado o conteúdo do acordo, ele pode significar aquilo a que um semanário português chamou o «cerco aos africanos» (*O Jornal*, de 28 de Junho de 1991).

O acordo há-de ser debatido em breve na Assembleia da República. Mas ele gerou, desde logo, um sentimento de inquietação nas comunidades africanas em Portugal, que afirmaram mesmo, em conferência de imprensa, que «a manter-se esta situação, com a aplicação do acordo, só há duas hipóteses: ou há um expatriamento em massa ou começa a caça ao homem».

O PCP defende, assim, a rápida resolução do problema de regularização da situação de imigrantes ilegais, que se tornou particularmente importante em face da perspectiva de entrada em vigor dos acordos de Schengen.

Simultaneamente, impõe-se colocar o problema do apoio dos países desenvolvidos aos países dos chamados Terceiro e Quarto Mundos, em que se vivem algumas das mais gritantes injustiças e dramas deste final do Século XX.

Um mundo de problemas

A habitação social é uma daquelas matérias em que existe uma tendencial igualdade entre muitos portugueses e muitos estrangeiros não no acesso, mas sim na privação. É um direito, consagrado na Constituição, mas de que muitos portugueses e muitos imigrantes estão igualmente privados. Importa rectificar com urgência esta situação.

Há outros problemas e dramas que terão que ser tidos em conta pelo Estado português. Cite-se, a título de exemplo, a falta de apoio muito frequente em matéria de protecção na doença e na diminuição de meios de subsistência; o facto de cerca de 80% dos imigrantes não fazerem descontos para a Segurança Social, o que os afasta dos correspondentes direitos; fenómenos como as altas taxas de insucesso escolar entre filhos de imigrantes, por motivos evidentes, que têm que ser enfrentados; a necessidade de acesso à formação e melhor qualificação profissional; a escassez de actividades que contribuam para quebrar o isolamento e a solidão, acabar com guetos e a marginalidade, e garantir uma melhor integração social.

Contra o racismo o PCP pronuncia-se pela unidade essencial da espécie humana, pela compatibilidade entre sentimentos patrióticos e a abertura ao mundo e ao convívio entre povos e nações, num clima de justiça, igualdade, solidariedade e de progresso na conquista e realização prática de direitos fundamentais. Os milhões e milhões de trabalhadores de todo o mundo que trabalham em terra alheia têm direito a uma vida melhor.

O PCP dará uma contribuição activa e empenhada nesse sentido, de acordo com os ideais e opções humanistas, solidárias e internacionalistas em que se baseia a sua luta e actividade.

Fortalecer a Organização (III)

1. Aproxima-se o período que o Comité Central marcou para um grande conjunto de reuniões, em toda a estrutura orgânica do Partido.

É necessário actualizar a análise das debilidades e dificuldades existentes na organização e dos esforços que se têm realizado para as ultrapassar.

As experiências que têm sido colhidas devem desempenhar um papel importante para se manterem ou aperfeiçoarem soluções já ensaiadas ou encontrarem-se novas soluções.

Um maior empenhamento nestes debates por parte de um grande número de militantes de cada organização pode ser um factor de grande relevo para se encontrarem melhores respostas e para que a sua concretização seja muito mais participada.

2. Falou-se, na semana passada, da primeira área de temas possíveis a tratar nas reuniões, área que se intitulou de: a direcção, a estrutura e o funcionamento da organização.

Hoje tratar-se-á da área: o enquadramento, a participação e a responsabilização dos membros do Partido.

Isto significa que, depois de temas que encaram o colectivo da organização ou conjuntos que são suas partes, agora, sem perder a ideia do colectivo, tratar-se-á dos seus elementos, os membros do Partido.

É muito importante, para cada militante e também para o Partido, a definição do tipo de ligação que une o membro do Partido à organização de que faz parte.

3. O enquadramento de todos os militantes é um objectivo que se deve prosseguir apesar de, em muitos casos, ser extremamente difícil.



A desmobilização, a falta de disponibilidade por diversas razões objectivas — multi-emprego, turnos, grandes distâncias, dificuldades nos transportes, doença, etc. — bem como mudanças de trabalho e de local de residência são razões que dificultam um contacto regular. É necessária imaginação e flexibilidade de soluções para conseguir, com êxito, o contacto com todos os camaradas.

Por outro lado, a estrutura orgânica não dispõe, normalmente, de quadros suficientes para proceder à ligação de numerosos membros do Partido. Isso só será vencido se houver maior audácia na responsabilização de muitos mais militantes.

É por isso que se colocou na proposta de Resolução do XIII Congresso o objectivo realista de «integrar efectivamente os militantes na organização com prioridade para aqueles que respondem de forma activa ao trabalho partidário».

4. A entrega dos novos cartões para o biénio 1992-93 é uma ocasião privilegiada para o contacto com os militantes e, assim, realizar a tarefa que se pretende. Esse contacto

deve ser bem aproveitado para encontrar a melhor forma de criar uma ligação segura.

A entrega do novo cartão constitui uma importante tarefa e uma excelente oportunidade para envolver nela um maior número de militantes. E a experiência adquirida por aqueles que procederam à entrega dos cartões pode elevar o número dos que ajudam a enquadrar os membros do Partido.

5. Não se deve, no entanto, ficar apenas pelo contacto com os membros do Partido. Interessa conseguir também a sua participação na vida partidária.

Quando se contacta um camarada que tem estado desligado (ou se fala com um recém-recrutado), é muito importante que se saiba onde trabalha e onde vive e com quem convive e também qual a audiência que tem nos meios em que se insere. Isto porque é militância, e não pouco importante, o facto de um camarada, junto dos seus companheiros de trabalho, dos seus vizinhos ou dos seus amigos, conversar sobre o que os motiva e divulgar as ideias e as posições dos comunistas.

O acompanhamento dos resultados desse trabalho, dessa «tarefa», que deve ser realizada sempre com grande vontade de ouvir os outros e de ajudar, e a sua coordenação com o acompanhamento das tarefas realizadas por outros militantes constituem, no fim de contas, aspectos da maior relevância na actividade do Partido.

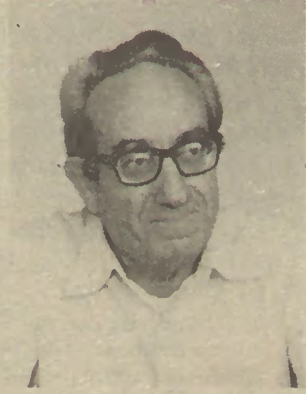
6. A participação de um maior número de membros do Partido tem de ser ganha pelo esclarecimento da sua importância e mesmo da sua necessidade, mas também através de iniciativas que particularmente os atraiam.

Em muitas organizações tornou-se habitual realizar

convívios, festas, almoços ou jantares, com uma vertente política maior ou menor, que têm por fim aproximar os membros do Partido, por vezes mesmo estabelecer ligações que estavam perdidas, tratar de algum tema mais importante na ocasião, divulgar documentos e a imprensa partidária e, até mesmo, recolher quotas e outros fundos.

Para que os presentes nessas iniciativas passem a ter uma participação regular e activa tem de haver a preocupação de conhecer melhor os camaradas de modo a perceber os seus interesses e experiências e a poderem criar-se, na sua base, pequenos grupos motivados por afinidades ou voltados para o tratamento de alguma questão que os une.

7. Passar da regularização do contacto para o empenhamento dos membros do Partido na sua vida e na sua actividade é uma questão que deve ser incentivada de muito variadas formas. Esse empenhamento pode começar pela sua presença em iniciativas do Partido. Importa muito que ele se transforme numa efectiva militância, não só na realização de tarefas, mas também através das suas opiniões e sugestões para melhorar e desenvolver o trabalho par-



BLAQUI TEIXEIRA
Membro do
Secretariado do CC

tidário, e através da sua participação em organismos do Partido.

A formação de organismos que fortaleçam e diversifiquem e estrutura orgânica e aprofundem a sua ligação com as massas deve ser uma consequência normal dos esforços que se vão fazendo no sentido da participação dos membros do Partido na actividade deste.

8. Uma tal participação representa normalmente uma responsabilização, isto é, um compromisso quer na prática de uma simples tarefa, quer na presença e actuação num dado organismo, quer em trabalhos mais complexos.

A estruturação orgânica do Partido só se pode consolidar e desenvolver se os seus membros se responsabilizarem pelas tarefas que é necessário realizar. Muitas das deficiências do trabalho partidário têm na sua base a falta de responsabilização de mais camaradas.

É frequente a existência numa organização de militantes muito sobrecarregados de tarefas e de outros sem nenhuma. A descentralização das tarefas dos primeiros só

pode ser assegurada pela responsabilização dos segundos. E particularmente conseguir que muitos mais quadros se sintam em condições de acompanhar outros membros do Partido ou mesmo organismos.

Isto significa que deve ser uma das preocupações prioritárias de qualquer organismo dirigente acompanhar cuidadosamente a evolução dos militantes, sabendo que é através da sua responsabilização que se conhecem as suas qualidades e que eles ganham experiência.

9. Esse acompanhamento cuidadoso da evolução dos militantes faz parte da formação dos quadros, isto é, militantes que se destacam e aceitam a realização de tarefas de certa importância.

Mas essa formação deve incluir outras formas de ajuda ao seu desenvolvimento, como a participação em palestras e cursos e o estímulo ao seu próprio estudo.

Numa altura em que o número de funcionários do Partido se reduziu, mais necessário se tornou a responsabilização de muitos outros quadros, muitos deles chamados ao cumprimento de tarefas que, antes, eram realizadas por funcionários.

10. Ao analisar a situação referente a esta área, é importante conhecer

quais as principais dificuldades existentes e a forma que se pensa ser melhor para as combater.

Uma série de perguntas pode ajudar a ter uma ideia sobre o que se passa em relação ao enquadramento, à participação e à responsabilização dos quadros.

Quantos são os membros da organização? Onde trabalham, onde vivem, quais os meios onde se inserem?

Como estão organizados? Quais as soluções para enquadrar os que não têm contacto regular?

Estão enquadrados os camaradas com tarefas?

Quantos participam em reuniões e iniciativas do Partido? Como elevar o número dos participantes?

Qual o número de membros do Partido que foram responsabilizados ou mais responsabilizados no último ano?

Quais as dificuldades para a responsabilização de outros militantes e como as ultrapassar?

Qual o número de membros do Partido que acompanham outros militantes e organismos e quais as medidas para elevar esse número?

Como se tem actuado para intensificar a formação dos quadros e quais as dificuldades encontradas?

Apontamentos de um Debate

Plano ambicioso? A questão foi levantada logo ao iniciar-se o ciclo de debates promovido pelos Sectores Intelectuais da ORL sob este tema geral. E a resposta dada foi de certo modo, sim, «é uma iniciativa atrevida, pode mesmo dizer-se — mas resulta da vontade expressa em muitas reuniões e plenários desses sectores no sentido de discutir mais aprofundadamente um conjunto de temas actuais. Sem pretensões, naturalmente, de tirar conclusões, mas sim procurando pistas de trabalho e contributos para a reflexão no Partido.»

O interesse dos militantes encheu o salão do Centro Vitória e manteve vivo o debate ao longo de 3 horas, beneficiando do impulso das intervenções de abertura de Eduardo Chitas, Agostinho Santos Silva e Manuel Gusmão.

Revolução tecnológica e mudanças sociais

Se quanto aos principais factores apontados para a Revolução Tecnológica (papel determinante da Ciência e da Técnica na produção material e no trabalho social, papel da Ciência como força produtiva imediata, generalização dos sistemas automáticos, alterações no conteúdo e forma do «trabalho vivo») houve acolhimento consensual, já no que se refere às

O CONUNISMO
e o Mundo
Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

suas consequências e significado as abordagens e valorizações foram mais diferenciadas, levando a uma ponderação mais atenta dos vários aspectos dos problemas.

Quanto à evolução da qualificação do trabalho, por exemplo. «Funções que eram até há algum tempo da exclusiva responsabilidade do homem são agora transferidas para o sistema tecnológico. Isto altera os tipos de especialização, exige um novo tipo de abordagem da qualificação do trabalho, «assistimos a um vertiginoso aumento da qualificação do trabalho e do número de quadros». Mas, por outro lado, «actividades cada vez mais elementares no processo de trabalho põem em acção sistemas cada vez mais complexos. O que por um lado parece encaminhar o trabalho para uma generalizada baixa de qualificação, por outro lado conduz a um imenso aumento de produtividade e da responsabilidade média de cada trabalhador» (A. Santos Silva). Ao mesmo tempo «regressa-se a formas de trabalho "antigas" — generalização do trabalho à peça, ao domicílio» (M. Gusmão). E «com o aumento tendencial do grau de complexidade do trabalho, há decréscimo da participação social a muitos níveis», «com a extensão do trabalho automatizado a actividades não físicas, há afastamento gradual de muitos trabalhadores em relação ao processo produtivo directo», «aumenta o desemprego crónico, crises estruturais de sectores inteiros afectam a composição da classe operária» (E. Chitas), ao mesmo tempo que «cresce a proletarianização dos quadros e dos intelectuais» (Espírito Santo).

«Há novos centros e eixos estratégicos de desenvolvimento económico, as indústrias com tecnologias tradicionais são centrifugadas para os países de economia dependentes, diminui a dimensão média das empresas, há maior descentralização da produção ao mesmo tempo que os grandes grupos se concentram, bem como a definição das orientações estratégicas para grandes sectores, há uma concentração da gestão dos grupos financeiros» (A. S. Silva). Mas uma das participantes chama a atenção para a necessidade de ter presente (no quadro da mundialização da economia) a intensificação da exploração do «3º mundo» (designação que é largamente contestada)... O atraso na aplicação prática da Revolução Tecnológica é apontado (e contestado) como a principal causa da derrocada do socialismo nos países do leste europeu, e M. Gusmão recorda a propósito os 5 factores que o Congresso de Loures, numa primeira abordagem, apontou como causas conjugadas desse colapso.

Fim das classes? Fim da História?

A apresentação desta questão no programa do debate (mesmo com o ponto de interrogação) era por si provocatória (deliberadamente) — e provocou mesmo contestação.

«Falar em fim da História nem merece discussão, é preciso estar muito longe das realidades para considerar que isto é um problema teórico que devemos discutir» (A. Gonçalves). Esta posição é por seu lado contestada. «Estes temas são questões com que somos diariamente confrontados — no trabalho de Partido, no movimento sindical, com esta ou outra formulação, e responder-lhes é um desafio com que somos confrontados» (A. Abreu).

«Absurdos rendosos» e «manifestações de ignorância cultivada» — chamara-lhes E. Chitas logo na sua introdução ao tema. «São ideias erradas mas rendosas, que se exprimem em questões políticas fundamentais» (M. Gusmão). «Os ideólogos do "fim da História" põem o problema no esgotamento das contradições antagónicas capazes de levar por diante transformações e desenvolvimentos qualitativos» (E. Chitas). «Parecendo apenas questões especulativas aparecem formuladas de maneiras comezinhas, correntes, e interessanos fazer a relação entre essas expressões e as que são mais elaboradas, até porque alguns desses temas têm hoje larga

aceitação em certos sectores». «A tese do "fim da História" pretende crer, obviamente, que as sociedades humanas chegaram a uma fase do seu desenvolvimento em que não há alternativas sociais ou civilizacionais a discutir. Veicula a ideia de que a organização capitalista da produção é inalterável. E deixa ao socialismo (na concepção social democrata) apenas a função de melhorar a distribuição, corrigir aqui e ali as desigualdades mais gritantes» (M. Gusmão).

E o "fim das classes"? «As alterações objectivas na organização da produção, com as desigualdades no relacionamento entre os trabalhadores, a sua maior diferenciação, a diversidade dos vínculos laborais, afectam a solidariedade e dificultam as formas de organização. Mas não alteram o essencial do carácter social da produção e da forma como os meios de produção estão apropriados» (A. Abreu). «Temos de determinar rigorosamente essas modificações (e comportamentos) sociais, e podem determinar alterações do conteúdo e dos objectivos a curto prazo, por exemplo nas formas de organizar a luta, no tipo de reivindicações. Mas será que mesmo que se alterem as formas de exploração, o mecanismo de exploração em si foi eliminado do funcionamento da sociedade capitalista?» (M. Gusmão). Facto a ter em conta: «Um trabalhador, que, por exemplo precisaria de meio dia de trabalho para produzir os valores que permitiam ao patrão pagar o valor da sua força de trabalho, agora, com o aumento brutal de produtividade resultante das novas tecnologias, pode fazê-lo em minutos ou segundos» (A. Santos Silva). Mas estará realmente a classe operária a desaparecer? E o que é a classe operária? «Uma das mistificações com que se sustentam tais afirmações é a de apresentar a posição marxista como identificando a classe operária com o trabalho manual» — assinalou M. Gusmão, lembrando que o Partido tem trabalho feito e publicado sobre essa questão, designadamente nos últimos Congressos, referindo também as posições do Partido sobre o carácter heterogéneo da intelectualidade (XII Congresso, por exemplo).

Algumas outras referências apontadas: «O tema da desideologização não é só suporte para apregoar o "pragmatismo", é no fundamental uma preparação da opinião pública para uma operação de psicologia social com expressão eleitoral. E o tema do "desaparecimento" (com base na alteração em termos visíveis) da diferença de classes em termos de consumo, modo de vida, está ligado a uma longa pregação sobre a mobilidade

social associada às transformações tecnológicas — apesar dos sociólogos constatarem, por vezes preocupados, que as sociedades capitalistas mais desenvolvidas mantêm índices elevadíssimos de estratificação social. E se transplantarmos essa questão para a análise das relações entre os vários países, essa estratificação muito mais se revela e acentua».

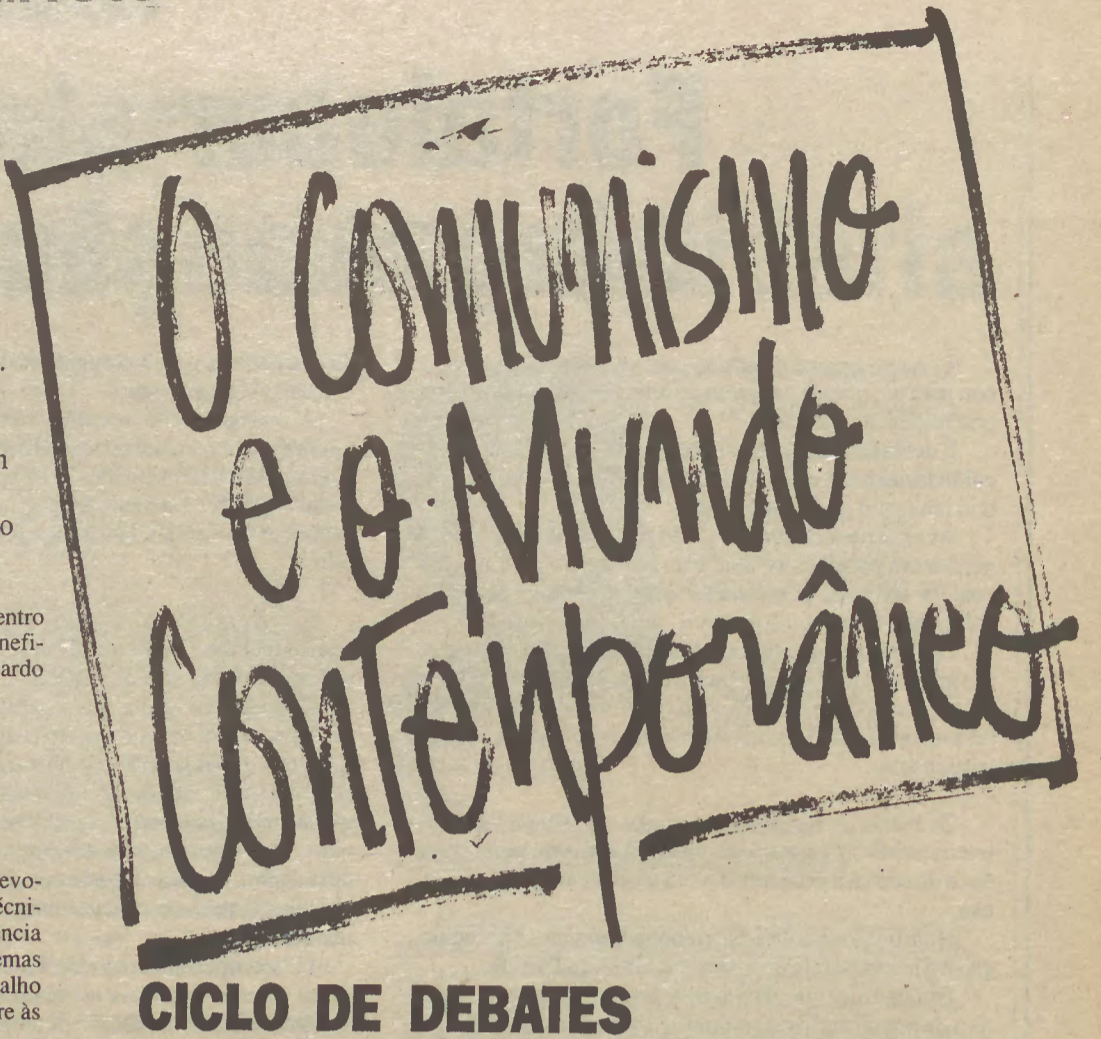
Não haverá então novas situações, novas condições? «É evidente que há transformações no processo produtivo, nas relações técnicas de trabalho que se traduzem nomeadamente na alteração da diferenciação profissional dentro das empresas, no número de trabalhadores por profissão, etc., e que radicam nas modificações do trabalho produtivo (do trabalho "vivo") e têm repercussões sociais». No seguimento do debate são abordados reflexos no trabalho de organização. «Começamos a encontrar formas mais isoladas de participação dos trabalhadores no processo produtivo, com reflexos na organização de 2 formas: dificuldades na organização dos trabalhadores (para a luta, para a acção em defesa dos seus interesses); e também alterações e dificuldades na sua tomada de consciência política (de classes). São questões eminentemente práticas e políticas, e às vezes estamos pouco prevenidos para diversas ideológicas, em que embarcamos porque não conhecemos as suas raízes» (Elvira Nereu). Será o caso, por exemplo, quando tais conceitos dão suporte a teses que pretendem, para a solução dos problemas sociais, dar prioridade à concertação, desvalorizando a luta.

Teoria, prática, consciência, informação

No desdobrar do debate, outros temas vêm a lume.

«Os problemas teóricos só têm sentido quando servem para resolver problemas práticos da nossa actividade diária» — como diz um dos participantes?

«Nós comunistas, temos um património importante no sentido de conduzir a discussão para a resolução dos problemas práticos, mas também não subestimamos o que há de específico nas questões teóricas» (M. Gusmão). E, na oportunidade, vem ao tema recordar que «o movimento comunista, no quadro do movimento operário, é o que mais põe ênfase no



EM FOCO



A propósito do novo «movimento»

Para onde vão não sabem. Se virão ou não a ser Partido ainda não decidiram. Podem até, em tese, vir a não ser nada.

Quanto aos partidos que vão privilegiar nas suas futuras relações a ver vão. Sobre o projecto programático, orgânico e ideológico mais à frente definirão.

Para já, procurarão ser simultaneamente modestos e ambiciosos.

É com esta elucidativa clareza que um dos promotores desta «eventual coisa» apresentou em recente entrevista o respectivo projecto político. Há que ter compreensão: o caminho faz-se caminhando e os próprios ainda não andaram o suficiente e a aplicação geométrica à quadratura do círculo revelou-se afinal bem mais difícil do que pensariam. Não se seja, pois, severamente exigente. Num mundo complexo em mudança, como certo só têm a asserção de que reside no PCP o bloqueamento da esquerda. Daí que de indiscutível só lhes perfil um objectivo: socavar ao máximo o PCP. O que os leva a concluir que ex-comunistas há-os a menos e não a mais no citado «movimento», ao ponto de exultarem com a eventual adesão ao «movimento» de operários, coisa que afinal, pasme-se, sempre parece continuar a haver ao contrário da ideia sobre o qual alicerçam todo o seu «novo pensamento».

Esta procura no vazio que aparentemente norteia o seu percurso tem no entanto referências direccionais que aqui ou ali, em declarações menos trabalhadas, vão deixando transparecer.

Afirmações recentes de alguém, que reiteradamente aparece apresentado pelos próprios como seu dirigente indiscutível, sobre os méritos e o valor da acção governativa de Cavaco Silva (e por inerência da maioria parlamentar do PSD) não podem deixar de traduzir uma postura e uma visão dos problemas e de sociedade portuguesa que só muito dificilmente pode caber num conceito de esquerda ainda que benevolmente alargado.

Tais afirmações têm, porém, o mérito de evidenciar uma questão não pouco importante. É que todo este esforçado desempenho à procura de uma qualquer nova esquerda, se algum dia a vierem a encontrar, não se afigura pois destinada a ser utilizada contra a direita e a sua ofensiva política, económica e social. É que esta não merece, pela boca de tão altos responsáveis, dever ser alvo das críticas, do descontentamento e da luta que milhares e milhares de portugueses, ainda imbuídos de espírito conservador e ultrapassado, teimam, «erradamente» na opinião do mesmo, em dirigir ao Governo e ao Primeiro-Ministro.

Não se percebe aliás porque é que hão-de os traba-

lhadores persistir na luta contra a contenção salarial, a nova legislação laboral, a onda de privatizações e aumento do custo de vida se estes fenómenos são parte integrante da política de um Governo que veneradamente esse dirigente do «movimento» avalia como positiva!

É possível que a curto prazo outros, ou o próprio, procurem agora vir emendar afirmações mais controversas que correspondendo ao que realmente pensam não deveriam porém ter sido explicitamente referidas.

Assim já se verificou anteriormente, por exemplo, com a afirmação de que o PCP não caberia no novo projecto de esquerda, dias depois emendada com a afirmação de que ninguém (incluindo o PCP) deveria ser excluído ou com a declaração precipitada (para a tática dos próprios) que o objectivo imediato era o de criar um novo Partido repetidamente emendada posteriormente em termos que não permitem perceber o que de facto pretendem ser.

Compreende-se, pois, a legítima dúvida de se saber o que move e que objectivos estão subjacentes a este eventual movimento.

A reflexão, estudo e aprofundamento dos novos problemas e realidades da sociedade contemporânea? A falta de aplicação e interesse revelada por muitos dos que tendo constituído um Centro de Estudos — o INES — se transferiram agora para este novo «movimento» não permite concluir que seja esta de facto a sua intenção e objectivos.

Continua assim a emergir de toda a actividade, que directamente promovem e que indirectamente propiciam a todos os inimigos e adversários do PCP, que é este de facto o principal alvo e objectivo da sua acção.

Combater, dividir e enfraquecer o PCP é, por mais disfarçada que procurem apresentar a sua actividade, o objectivo fundamental do núcleo central que dinamiza e promove desde há tempo a sua acção política.

Um objectivo que, independentemente das críticas e observações que todos os comunistas e outros democratas tenham a fazer à organização e deficiências do PCP, longe de dignificar quem o promove os lança no campo dos que objectivamente combatem a força mais consequente e firme na defesa dos interesses dos trabalhadores do povo e do País.

A única distinção a registar é que enquanto uns afirmam aberta e justificadamente ser essa a sua intenção, outros não ganharam ainda a coragem de dizer claro dos seus objectivos. O tempo falará por eles.

■ **Jorge Cordeiro**

papel da teoria, na importância das questões teóricas, considerando mesmo a luta no plano ideológico como uma das formas em que se expressa a luta de classes.»

E E. Chitas, propondo examinar o conteúdo, formas e significado da «confiança racionalmente fundamentada na unidade da investigação, da reflexão e da actividade prática», pergunta se não continua válida a tese de Marx de que «a vida social é essencialmente prática e aponta para a necessidade de compreender racionalmente essa prática». Isabel Figueiredo chama a atenção para a necessidade do debate teórico ser mais ligado à actividade prática dos militantes e sectores, nomeadamente na frente sindical, onde por atraso nesse trabalho se teoriza muitas vezes sobre a sua prática, nem sempre de forma correcta ou como tal entendida. A Santos Silva levanta outra questão: «Discutem-se aqui problemas que interessam a quem os colocou, o que também justifica serem discutidos». Questão que pressupõe o aumento da iniciativa das organizações, portanto, e que entronca também com uma vertente de desenvolvimento do trabalho de direcção, quer quanto às propostas de temas de discussão, quer na sua síntese.

Largo espaço ocuparam questões referentes à informação e à formação da consciência social. Para registo: «Há hoje, em resultado das alterações económicas e sociais, pessoas com experiência directa de vida social muito limitada, e para quem a configuração do mundo resulta principalmente do que vêem na TV — o que dificulta o esclarecimento da sua consciência social». «Temos que lidar melhor com fenómenos de aumento dos particularismos, da diferenciação de interesses e situações — e ao mesmo tempo, com os fenómenos de grande massificação, que se registam».

Sobre a informação (tema aliás previsto para outro debate do ciclo) não ficaram clarificadas várias questões, designadamente quanto à ligação com a revolução tecnológica. Por exemplo: «A grande fluidez que hoje tem a informação, a grande acessibilidade da informação, conjugadas com uma descentralização crescente a todos Isabel Figueiredo chama a atenção para a necessidade do debate teórico ser mais ligado à actividade prática dos militantes e sectores os níveis, aumentam teoricamente as possibilidades de liberdade e emancipação» (A. S. Silva). Vários participantes não se reconheceram nesta apreciação. «Estamos assim tão bem informados? Inclusive sobre o nosso próprio país?» (F. Carvalho). «Não se pode esquecer a quem pertencem os meios de informação» (E. Santo). Recordam-se manipulações hoje indelmentáveis, como a da guerra do Golfo «em directo».

Questões a aprofundar. Rigor a observar

Impossível, naturalmente, aprofundar todas estas (e outras) questões num debate de 3 horas. Como o é dar delas informação. Valerão estes apontamentos para registar algumas pistas de reflexão. Para um debate alargado, com rigor e seriedade, com coerência.

Algumas reflexões ainda, enunciadas quanto às condições para um debate sério, é para os perigos de generalizações apressadas (que tomam facilmente a forma de novos dogmatismos).

«Sem suficiente recolha de elementos de estudo e de informação, de factos, de processos, de reacções entre os fenómenos, de tendências, no que se refere ao mundo contemporâneo, sem trabalho crítico de interpretação desses elementos, não há trabalho produtivo susceptível de dar corpo à orientação que nos deve conduzir» (E. Chitas). Questão sublinhada também por outros participantes. «O cientista começa por observar os fenómenos, depois constrói o modelo interpretativo do que observou, com o objectivo de prever. E se concluir que os modelos interpretativos não permitiram prever, volta ao princípio: observar mais ainda. E nesta altura temos grande necessidade de observar o mundo» (F. Carvalho). «Colocar um problema é meio caminho andado para o resolver. Mas colocar com rigor um problema, não é ter a resposta à partida, porque se a resposta já estiver dada à partida, colocar o problema, se calhar, é apenas um estratagema para fazer passar a resposta» (M. Gusmão).

E sobre a mesa dos debates ficou ainda o desafio lançado por E. Chitas logo no início: Em que ponto estamos do percurso histórico mundial iniciado em 1917?

A continuar

Impressão geral dos participantes deste debate: foi globalmente muito positivo.

Voltando ao que foi dito no seu início: «São problemas complexos, que exigem estudo aprofundado, sistemático». Não se resolvem com um nem com uma dúzia de debates, mas devem beneficiar das reflexões do maior número de militantes, para serem integradas noutras contribuições que permitam chegar mais perto de conclusões com maiores condições de acerto.

É trabalho a continuar.

Na próxima terça-feira, o ciclo prossegue.

C. Comunismo e o Mundo Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

Notas de Sérgio Ribeiro

Rectificação - Um erro técnico afectou o último parágrafo do artigo de Sérgio Ribeiro «Notas para (talvez) desenvolver», que publicámos no último número. Com as nossas desculpas ao autor e aos leitores, deixamos aqui o texto como deveria ter saído.

Parece-me evidente que «os comunistas têm necessidade de não perder o fio da história das lutas de clas-

ses e do modo de pensar que as estruturou» (mesma autora) e, nessa vital necessidade, ao mesmo tempo que se denuncia o modo como «o exorcismo do fantasma de Marx sempre acompanhou as estratégias de abandono de toda a perspectiva de mudança de sociedade...» não se pode cair no erro de exorcizar Lênine por razões estratégicas.

Alemanha, Japão, EUA

— tensões na viragem do século

■ Miguel Urbano Rodrigues

No rescaldo da Guerra do Golfo, o presidente George Bush pronunciou um discurso no qual, retomando a tese oitocentista da **nação predestinada**, anunciou à humanidade o início de uma Nova Ordem Mundial de paz e prosperidade. Sob a égide dos Estados Unidos, obviamente.

A Declaração foi aclamada pelo Congresso, momentaneamente unido. Transcorridos apenas dez meses, o núcleo desse discurso de referência obrigatória está a ser desmentido no dia-a-dia. A marcha da história não se ajusta às promessas, de estilo e conteúdo bíblico.

Em vez de se aproximar de uma época de ordem, paz e bem-estar, a humanidade assiste, alarmada, a um alastramento da desordem e a um inquietante aumento da violência e da miséria. A própria aspiração norte-americana à hegemonia esbarra com situações que impedem na prática efectiva a concretização do projecto imperial do presidente dos EUA e das forças que ele simboliza. O sonho planetário de George Bush choca-se com uma realidade incompatível com ele: a economia norte-americana vai muito mal. Longe de entrar em convalescença, debilitou-se, está mais doente. O país continua mergulhado numa recessão pantanosa enquanto os dois grandes vencidos da guerra de 39-45, a Alemanha e o Japão, emergem como as potências em ascensão, locomotivas do capitalismo renovado e dos dois conjuntos mais dinâmicos do sistema: a CEE e os países industrializados da Ásia Oriental.

A conquista do Leste

A Alemanha, em arrancada impressionante, ocupa no Continente Europeu uma posição ímpar. A absorção da ex-RDA e o terramoto no Leste contribuíram para que, em tempo brevíssimo, substituisse a desaparecida URSS nos mercados da Europa Central e Oriental. Primeiro exportador do mundo, tornou-se também o primeiro parceiro comercial da Checoslováquia (45% das importações daquele país), da Polónia (53% das importações) e da Hungria (41% das importações), ocupando um lugar destacado no comércio da Bulgária, da Roménia e das repúblicas que integravam a Jugoslávia. No tocante ao anterior espaço soviético, a Alemanha vendia à URSS, antes da desagregação, metade do que ela adquiria no estrangeiro (!).

Apesar da sua pujança económica, o Japão quase não conseguiu penetrar nos mercados do Leste onde a presença dos EUA é, também, inexpressiva.

A Alemanha é igualmente a primeira compradora dos produtos exportados pelos países do antigo bloco socialista europeu. O seu controlo sobre o tecido social e económico dessa área cresce a cada semana.

No terreno dos investimentos, a Alemanha não tem praticamente competidores. No sector automóvel conquistou uma posição hegemónica na sua investida fulminante. A Daimler Benz, a Mercedes, a Volkswagen firmaram contratos com países do dissolvido CAME que prevêem a produção neles de mais de meio milhão de carros por ano antes de 1995. A grande distância aparecem a Fiat, a Suzuki e a General Motors.

A absorção da ex-RDA

Na ex-RDA o processo de mudança é traumático, cruelíssimo. Mas, contrariando muitas previsões, a anexação promete, a médio prazo, ser um fabuloso negócio para as transnacionais germânicas.

Laurent Carroué, um investigador da Universidade de Paris I, escreveu a esse respeito um importante artigo na edição de Janeiro de «Le Monde Diplomatique».

«A assimilação da RDA pela República Federal — sublinha — traduz-se por um fantástico movimento de destruição-recomposição com a privatização do potencial económico. A ex-RDA paga um pesado tributo pois de 3 de Outubro de 1990, data da reunificação, a Maio de 1991, o seu Produto Nacional Bruto baixou 31% e a produção industrial caiu 65%. O desemprego, total ou parcial, atinge 2,7 milhões de assalariados, ou seja, 31% da população activa, enquanto centenas de milhares de outros são forçados à reforma antecipada (...) A destruição do potencial económico oriental é acompanhada na prática de uma transferência da dinâmica, pois, paralelamente, o PNB da ex-RDA aumentou 4,5% e a produção industrial 5,2% em 1990 (...) Esse boom ininterrupto permitiu a criação no Ocidente de 900 000 empregos e uma diminuição de 13,7% do desemprego, graças à forte demanda interna e aos novos investimentos industriais. Nos três primeiros meses de 91, os 16,5 milhões de habitantes da ex-RDA absorveram 41 mil

milhões de marcos de mercadorias e serviços do Ocidente».

Para a Grande Alemanha o conjunto de países do Centro e Leste europeu representa um mercado de 140 milhões de habitantes (incluindo as três repúblicas bálticas) onde penetrou com enorme facilidade, tornando-se o primeiro parceiro comercial e o primeiro investidor.

Além dessa área principia a vastidão russa, pólo da autodesignada Comunidade de Estados Independentes formada sobre as ruínas daquilo que foi a URSS. A área está mergulhada no caos. Mas são mais de 280 milhões de consumidores potenciais...

O renascer da arrogância

O relacionamento entre Bonn e Moscovo modificou-se radicalmente em poucos meses. Temeroso durante décadas do poderio soviético, o governo do chanceler Helmut Kohl trata agora os governantes russos com sobrançeria similar à que os EUA assumem no diálogo com o Brasil ou a Argentina. A Alemanha não hesita já em admoestar duramente a Federação Russa pela sua política perante a minoria alemã. A imprensa, mesmo a mais séria, vai ao ponto de propor a compra do território de Kaliningrado (Norte da antiga Prússia Oriental), transformado em enclave comprimido entre a Polónia e a Lituânia. Parece que voltamos meio século atrás...

Mas não é somente nas relações com a Rússia que a linguagem política passou a ser outra. A mudança de estilo expressa um novo olhar sobre o mundo e um novo conceito sobre o futuro papel da Alemanha como grande potência. Os governantes e milhões de alemães consideram hoje uma humilhação (sic) o facto de o país não ser ainda membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Exigem para o idioma alemão na CEE tratamento igual ao dado ao inglês e ao francês.

A Alemanha patrocinou durante muitos anos a criação do sistema monetário europeu, mas levanta agora objecções à criação da moeda única. Maastricht começou a ser contestada antes mesmo de serem conhecidas as decisões ali tomadas. Subitamente os alemães expressam publicamente o seu temor de ver desaparecer o marco. Os grandes jornais promoveram em Dezembro uma autêntica campanha contra os defensores da moeda única. O «Der Reinische Merkur», de Bonn, lamenta em editorial que a moeda mais forte e estável da Europa venha a ser «sabotada e destruída» e indaga: «Estamos porventura preparados para renunciar ao marco? Estamos dispostos a aceitar que nos tirem a melhor moeda que a Alemanha teve até hoje?»

O austero «Frankfurter Allgemeine Zeitung» vai mais longe ao qualificar a União Económica e Monetária europeia de manobra que «visa a pôr fim à hegemonia e estabilidade do Bundesbank» O «Suddeutsche Zeitung» dirige pesadas críticas à França, atribuindo-lhe a responsabilidade por iniciativas comunitárias que tendem a colocar «correntes em Guliver», ou seja, no gigante alemão. A linguagem não é tranquilizadora.

Fragilidades do gigante

Uma atenção prioritária é dada nesta quadro aos países fronteiriços do sul e do leste e sobretudo a territórios que durante séculos estiveram integrados na Prússia ou no Império Austro-Húngaro. É nesse contexto que se deve analisar a atitude do governo de Bonn ao adiantar-se no reconhecimento da independência da Eslovénia e da Croácia, repúblicas da Federação Jugoslava que até 1918 permaneceram, respectivamente, sob administração austríaca e húngara e nas quais o alemão continua a ser o idioma estrangeiro mais falado. Uma política de ostensiva aproximação

é também desenvolvida nos contactos com *voivodas* (departamentos) polacos da Pomerânia, da Poznania, da Mazúria e da Silésia que foram territórios da Prússia e, depois, do Império Alemão. Não constitui, aliás, segredo o apoio político e material que a Alemanha prestou à Croácia desde o início da guerra civil que opõe esta à Sérvia (cuja causa encontra por sua vez receptividade em influentes meios franceses). A imprensa internacional, contudo, quase não tem chamado a atenção para essa evidência: no cenário jugoslavo muita gente tem morrido em guerras fratricidas em consequência de sujos jogos de bastidores.

O calcanhar de Aquiles da grande Alemanha (80 milhões de habitantes) neste processo vertiginoso de alargamento da área de influência económica e política é a sua própria fragilidade demográfica. O país (cada vez mais en-



velhecido) tem hoje menos de 800 000 habitantes do que há dez anos. A natalidade é das mais baixas do mundo, o que suscita preocupação crescente. Daí uma política que também apresenta perigos. Bonn está a recorrer cada vez mais à mão-de-obra dos países fronteiriços e esforça-se por reduzir a imigração turca. Simultaneamente, são lançados apelos a minorias de origem alemã (por vezes remotíssima) dispersas pela Europa Central, pelos Balcãs e pelas repúblicas da dissolvida URSS.

Não existe consenso quanto a esta política de cautelosa admissão de estrangeiros, até porque a maré racista continua a subir. Uma sondagem recente da revista «Der Spiegel» revelou que 44% das pessoas interrogadas identificou aspectos positivos no regime nazi e que para 33% Hitler, sem a guerra e o anti-semitismo, teria sido um «grande homem»...

A inflação começa a causar preocupações. Outra fragilidade do gigante alemão é o descontentamento social, cada vez mais amplo não obstante as causas serem muito diversificadas. Isso num ano em que as contradições de interesses com os EUA, transparentes, implicam a tomada de medidas que são por sua vez fonte de tensões internas. O encarecimento do dinheiro resultante da nova taxa de juro fortaleceu o marco, mas afectou o investimento e vai reflectir-se no ritmo, mais lento, do crescimento económico.

O colosso japonês

No Japão, George Bush — segundo alguns comentadores norte-americanos — apresentou-se como um pedinte. O discurso da arrogância, pronunciado na Austrália, evoluiu para o discurso de humildade quando desembarcou em Tóquio.

Tal como a Alemanha, o Japão (120 milhões de habitantes) assumiu o papel de gigante económico que exige um lugar destacado entre os grandes do mundo. A sua economia, pelo volume, é a segunda do mundo, com a peculiaridade de não haver desequilíbrios entre a indústria e o sector

EM FOCO

de serviços. Enquanto a recessão norte-americana persiste, o Japão aparece, ao lado da Alemanha, como exemplo de «capitalismo sadio». Os seus êxitos assentam na produção e na correcta aplicação das inovações científicas e tecnológicas, e não em malabarismos com fluxos de dinheiro, cada vez mais significantes nos EUA. Há vinte anos os primeiros bancos do mundo eram todos norte-americanos. Hoje quem lidera a lista é o Japão e o primeiro banco dos EUA que nela aparece, o City Corp, figura em 20º lugar...

Durante os últimos quarenta anos, a aliança dos EUA-Japão teve por alicerce, na perspectiva do segundo, o temor do grande vizinho soviético. Agora a URSS desagregou-se e a Rússia apresenta-se perante o Japão numa postura de quem implora, de mão estendida.

A mudança das relações de poder no Extremo Oriente foi, em muitos aspectos, tão profunda como no Ocidente. O Japão olha hoje de cima para a Rússia. Exige as Kurillas do Sul e os seus jornais começam a levantar a hipótese de uma cedência negociada da Sakalina meridional ao império nipónico.

Para milhões de japoneses a aliança norte-americana principia a ser um estorvo. Ao ouvir falar na abertura do mercado japonês aos automóveis norte-americanos, o primeiro-ministro Kiichi Myasawa respondeu com fleuma ao Presidente dos EUA que o seu governo iria fazer o possível para ajudar a economia norte-americana a superar as suas



dada a rapidez das mudanças em curso nos cenários europeu e mundial.

A desagregação da URSS, em processo de implosão, criou uma situação que nem os estrategos mais imaginativos do Departamento de Estado e do Pentágono haviam previsto nos seus cenários. O desaparecimento do Estado que Washington durante décadas definiu como o *inimigo*, e no qual Reagan via o *império do mal*, em vez de assinalar o início de uma era de paz e prosperidade, escancarou as portas a uma época de instabilidade e medo.

Autodestruido o mais poderoso Estado socialista, assiste-se a uma dança de posições no tabuleiro das relações internacionais.

O passado não pode regressar. Mas as contradições mais agudas voltam a situar-se — tal como ocorria no início do século e antes da II Guerra Mundial — no campo capitalista.

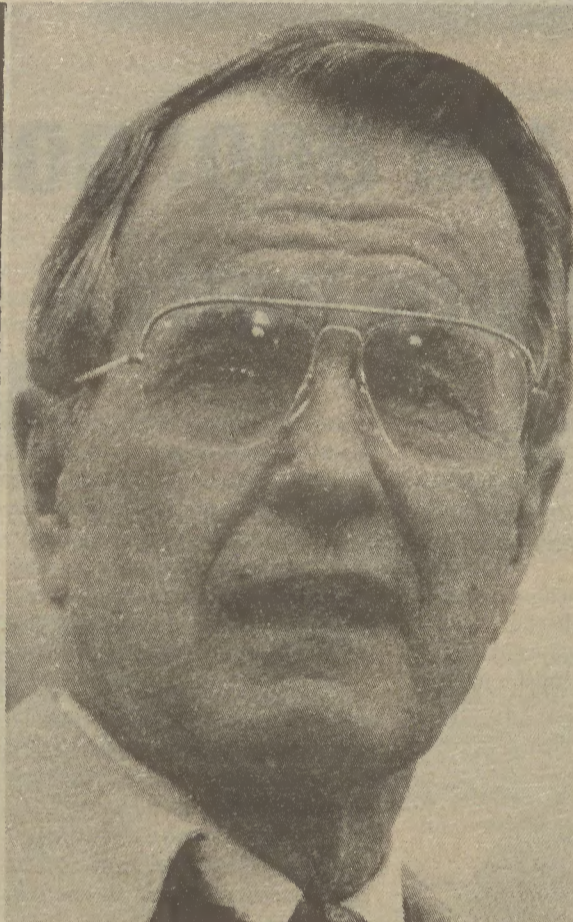
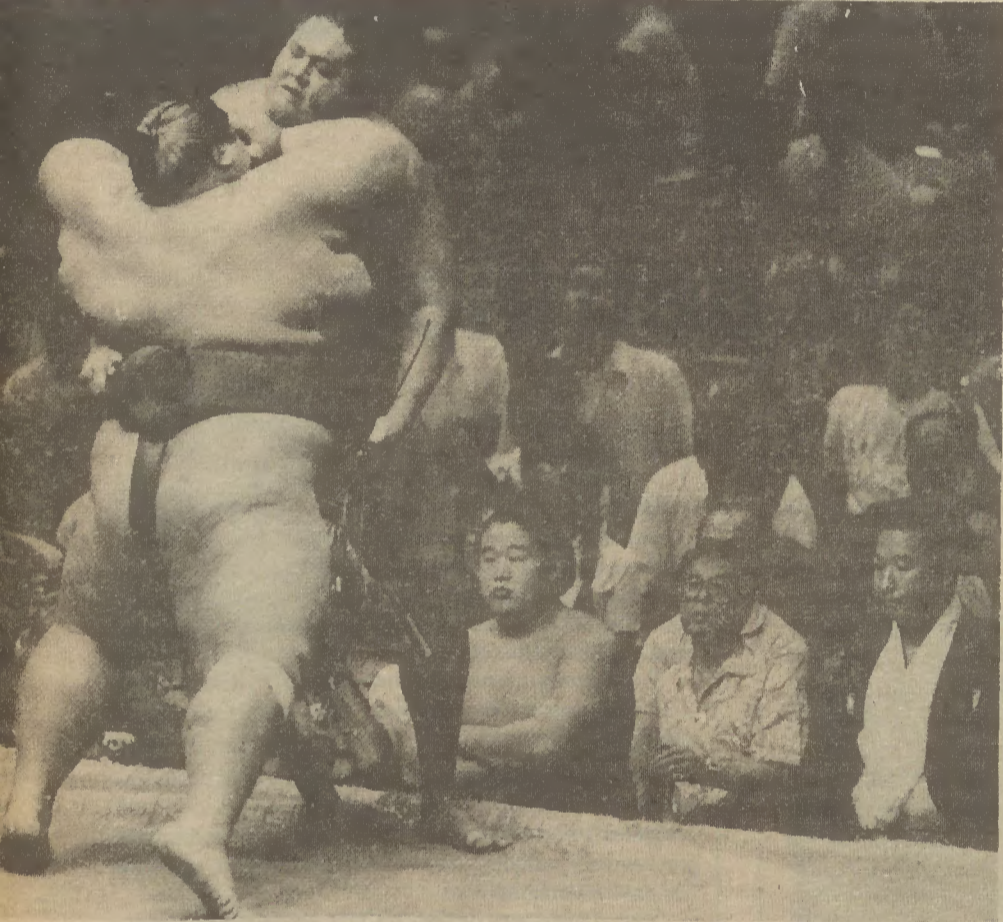
Em 1990, em desprezível ensaio publicado na Revista «Vértice» (?) sublinhei que duas potências com vocação de domínio, a Nova Alemanha e o Japão, emergiam no cenário internacional, despontando, na viragem do século, como os futuros adversários dos EUA no jogo da contradição capitalista.

Os acontecimentos mais recentes vieram demonstrar que a opinião não era fantasista. A ascensão japonesa e alemã coincide com a decadência global dos EUA como potência imperial teimosamente empenhada em dominar o mundo e impor-lhe a sua Ordem.

Não parece provável que a humanidade esteja à beira de uma terceira guerra mundial. Contrariamente ao que admitem alguns especialistas norte-americanos, o choque militar entre os EUA e o binómio CEE-Japão é hipótese remotíssima. Os países industrializados mais ricos têm plena consciência dos efeitos devastadores que teria uma guerra entre eles, mesmo com armas convencionais.

Mas dialecticamente o choque sem armas do Japão e da CEE com a República norte-americana esboça-se como uma quase inevitabilidade. A luta vai travar-se no terreno económico (o malogro do Uruguai Round vale por uma advertência), envolvendo o controlo dos mercados, dos sistemas financeiros, das relações com o Terceiro Mundo e da prestação de serviços em escala mundial. Em vez de uma convergência, os desacordos existentes tendem a evoluir para divergências mais graves e rupturas.

Na Europa a ambição alemã gera uma situação inédita. A Alemanha aspira a desempenhar um duplo papel. Locomotiva da Europa comunitária, comporta-se no seu relacionamento económico e cultural com as ex-repúblicas socialistas do Leste europeu como se elas constituíssem um espaço de influência exclusivamente (ou quase) alemã. Essa atitude desperta antigas desconfianças, sobretudo em França.



dificuldades. Foi quase paternalista, mas não demonstrou ser um político inepto — como o define «The Economist» — ao explicar a Bush que independe do Poder Executivo a escolha do carro que cada japonês decide comprar. Sintomaticamente a imprensa nipónica aproveitou a oportunidade para publicar extensos artigos sobre a decadência da indústria automóvel dos EUA.

Em 1991 o saldo acumulado pelo Japão no seu comércio com os EUA excedeu 70 000 milhões de dólares. A economia japonesa cresce há 61 meses consecutivos. O Império do Sol Nascente é agora o maior credor e o maior investidor mundial. Na Ásia Oriental a debilidade da Rússia e a retirada dos EUA das Filipinas reforçaram a supremacia nipónica. O Japão domina actualmente todos os mercados da área. E o grande parceiro dos novos países industrializados do Pacífico, da Coreia do Sul a Singapura, passando por Hong Kong e Taiwan. É igualmente o primeiro cliente da China, da Tailândia e da Malásia e ocupa um lugar importantíssimo nas relações das duas nações de origem europeia da Oceânia, a Austrália e a Nova Zelândia.

Os êxitos japoneses suscitam um sentimento de inculcável inveja em Washington. Assustam o norte-americano médio.

Empurrado pela sua própria supremacia tecnológica e económica, o Japão aspira a um novo lugar no mundo; não encontrou ainda a linguagem e a estratégia adequadas ao renascer da ambição de grande potência.

Os sentimentos antijaponeses nos EUA geram interrogações sem resposta. O jornalista mexicano Roberto Gonzalez, especialista em assuntos japoneses, publicou um interessante artigo (2) em que analisa as contradições niponorte-americanas. «Recentemente — escreveu — foi editado nos EUA um livro intitulado «A Nova Guerra com o Japão» no qual se sustenta que a dependência de Tóquio dos fornecimentos externos de energia e outros recursos levará a um rearmamento japonês. Washington consideraria, então, essa emergência militar como um desafio às suas posições no Pacífico, ou seja, tomaria o mesmo tipo de atitude que levou os EUA a entrarem na II Guerra Mundial».

A opinião é pessimista, mas não se pode negar que, pela primeira vez em quatro décadas, o Japão se apresenta como grande potência e começa a perder a timidez política.

O regresso às armas?

As relações entre Tóquio e Bonn são cordiais. Apenas isso. Mas merece reflexão o contraste entre a ausência de críticas nipónicas ao novo papel protagonístico que a Alemanha assume na Europa e a ironia, por vezes cáustica, que suscitam as pretensões norte-americanas ao papel de gendarme do mundo no contexto da Nova Ordem Mundial proclamada pelo Presidente George Bush.

O governo japonês não se mostra preocupado com o reforçado poderio germânico após a desagregação da URSS. Encara como fenómeno natural — e até desejável — o novo reordenamento de forças na Europa. Também se sente beneficiado no espaço asiático, pela derrocada soviética.

A França e a Grã-Bretanha reagem, porém, de maneira diferente. A primeira inquieta com a ruptura do equilíbrio no âmbito da CEE, é hoje a mais ardorosa defensora dos avanços da integração em todos os campos. Diluir a Alemanha no conjunto europeu do qual esta é o núcleo mais dinâmico tornou-se prioridade estratégica. Quanto a esse objectivo o Presidente Mitterrand e os grandes partidos estão de acordo.

É nesse contexto que na opinião de alguns observadores se deve entender a insistência com que a França defende a criação de estruturas militares franco-alemãs que venham a funcionar como antecipação de uma futura força integrada da UEO que torne dispensável a presença de tropas norte-americanas na Europa.

George Bush identificou no projecto francês um desafio à NATO e, portanto, aos EUA. reagiu com rudeza, forçando o chanceler alemão a recuar. Mas a intenção francesa, complexa, inseria-se numa estratégia muito sinuosa.

É muito cedo para se avançar no terreno as previsões,

Que futuro?

Neste início de 1992, marcado por contradições que tendem a agravar-se, o rearmamento da Europa e do Japão — por mais distante que seja a probabilidade de nova guerra, pois nenhum bloco a deseja — parece cada vez mais próximo. O poder económico, quando não é sustentado por um poder político autónomo, com capacidade defensiva própria, torna-se extremamente vulnerável.

Cabe, porém, perguntar onde, neste planca de absurdos, se localiza o inimigo potencial que venha a justificar o renascimento na Europa de um núcleo de poder militar totalmente autónomo. A URSS acabou. Para o Japão não há também inimigo concreto, identificável, que justifique o rearmamento.

Sociólogos, historiadores e politólogos de renome mundial admitem que as forças armadas que no início do século XXI terão por tarefa garantir a segurança da Europa e do Japão vão, na prática da vida, cumprir uma função diferente da que oficialmente servirá de justificativa ao seu fortalecimento. O objectivo desse rearmamento, tido por inevitável, seria impedir a continuidade de uma situação perigosa: a permanência da hegemonia militar dos EUA no mundo.

Somente o andamento da história nos dará a resposta a essa questão que envolve o futuro da humanidade.

(1) OCDE, Estatísticas mensais do Comércio Externo, Outubro de 1991, e East European Statistics Service, nº 81-2, 10 de Junho de 1991.

(2) «Reclamos por un nuevo Sol», de Roberto Gonzalez, in «El Día Latinoamericano», 30.12.91

(3) «Alemanha e Japão, os próximos adversários dos EUA», in Vértice, nº 33, 1990.



Há um ano: por um trono por um emir e pelo petróleo

Acaba de cumprir-se um ano sobre o início da guerra do Golfo. Parece que foi ontem que a TV nos acordou dando-nos conta da boa e anunciada nova, chegando a nossas casas com ares de festejo e permitindo-nos assistir à destruição cirúrgica da cidade onde seguramente viviam, como se sabia, milhões de iraquianos.

Na ocasião, George Bush e a sua coligação, invocando o direito internacional, e obtendo do Conselho de Segurança da ONU um encargo contrário aos próprios desígnios das Nações Unidas, desencadeava uma guerra cujos contornos hoje são mais fáceis de aferir.

Bush e os seus aliados, para fazerem a guerra, precisavam de uma forte justificação.

O facto de Saddam Hussein invadir e anexar o Kuwait eram argumentos fortes, mas não tão fortes quanto o necessário.

Havia que ir mais longe na motivação. Havia que saber lidar, no terreno da psicologia colectiva, numa era «planetária», com a mente, o coração e a justiça dos indivíduos e dos povos.

Bush e os seus conselheiros inventaram a «nova era». Abriu-se, segundo eles, com a guerra do Golfo, uma «nova era». Bush propunha-se castigar os prevaricadores.

Era necessário, dentro deste esquema, ir ao encontro do melhor que cada ser tem dentro de si. Se alguém vê alguém ser maltratado, é natural que queira ver reparada essa injustiça.

Na esteira dos herdeiros dos xerifes do farwest, dos heróis positivos de Hollywood que encarnam o Bem e a Justiça, Bush e a sua coligação decidiram, com a «Tempestade no Deserto», castigar o Reino do Mal, o Iraque de Saddam Hussein.

Tudo isto se passou há um ano.

Se nos recordarmos, foi-nos dito que se abriria a tal

«nova era» e que, a partir dali, o mundo passaria a ser melhor e a ser dirigido pelas normas do direito internacional.

Um pouco como em todo o mundo, a TV, a rádio, os jornais, nunca mais deixaram de nos pregar esse sermão, essa boa nova, em nome da qual se liquidaram mais de 150 mil iraquianos e se arrasou um país.

Era o preço, diriam mais ou menos unânimes, os grandes «pensadores». A culpa não é da grande América, mas do terrível Saddam, pífido e traçoieiro.

Depois da derrota do Verão, o mundo será outro, diziam, como hoje se poderá ler consultando os flamejantes artigos de vibrantes mentes elogiosas da grande América.

A guerra acabou. E o mundo continuou a girar.

Jaber-Al-Sabah, o Emir, regressou ao Kuwait. Sentou-se de novo no trono e restabeleceu a ordem antiga. Ele e a sua família de mandarins mandam. Mais ninguém. Os palestinos começaram a ser perseguidos, presos, executados sumariamente e expulsos do Kuwait. Eles, palestinos, errantes, de país em país, transportando na sacola que levam às costas ou nas modernas malas dezenas e dezenas de Resoluções da ONU, reconhecendo-lhes os direitos nacionais...

Os Sabah tinham prometido democracia no Kuwait quando regressaram, mas regressaram e deixaram a democracia onde sempre a quiseram ter, fora do país.

Na Arábia Saudita tudo ficou como dantes. A Sharia e o poder absoluto do Rei Fahd.

Nos outros países do Golfo, os grandes aliados da América, tudo ficou como sempre esteve; os xeiques, os sultões, os emires e os reinos a reinarem... E o Ocidente a ajudar.

Os palestinos, perseguidos, espezinados, vendo as suas casas destruídas à bomba pelos colonos, assim ficaram.

De nada lhes valeram os seus direitos reconhecidos no direito internacional.

Abriu uma Conferência «made in U.S.A.», com filial em Madrid, na Espanha. Mas, de então até cá, prosseguem colonatos, expulsões, bombardeamentos e os dirigentes sionistas de Israel prometem prosseguir.

Os curdos, carta de muitas mãos, avançaram e recuaram, esperançados; face ao desespero da História amarga, contra Saddam Hussein.

E de novo os que os mandaram avançar, os deixaram sós e os que outrora os derretiam com bombardeamento químicos, aproximam-se.

Mas o drama do povo curdo permanece no Irão, no Iraque ou na Turquia.

Deles só se parece lembrar a América quando deles precisa para qualquer manobra na região ou para qualquer campanha humanitarista.

Vio o massacre de Santa Cruz, em Dili, em Timor-Leste, e os Justiceiros, os heróis, calaram-se. As armas que tinham fornecido falaram por eles.

Entretanto, ao longo de um ano, o Iraque foi cumprindo todas as resoluções, o que nunca fez, por exemplo, Israel ou a Indonésia.

Mas, apesar de cumprir, as crianças e os velhos do Iraque continuam sofrendo o bloqueio militar que o país sofre. Centenas de milhares de crianças podem morrer, reconhece a Organização Mundial de Saúde (OMS), mas as santas almas da coligação continuam, quiçá, preocupadas com a eventualidade de o Iraque possuir ainda algum SCUD...

Que importa a morte de dezenas de milhares de crianças iraquianas, comparada com a hipótese hipotética de um míssil SCUD armazenado algures entre Bassorá e Bagdad? Foi há um ano. Parece que foi ontem. Mas a grande



O preço do liberalismo na Saúde

O exemplo norte-americano

Trinta e sete milhões de cidadãos americanos estão privados de qualquer tipo de protecção social. Uma realidade — dramática — que afecta particularmente os extractos mais pobres e os desempregados, mas que está bem longe de se circunscrever a esses sectores da população.

Desta realidade se fala em artigo de Philippe Coste, inserido nas páginas de «L'Express», e de que aqui reproduzimos alguns extractos e elementos fundamentais para a compreensão do que representa na prática, o liberalismo no domínio vital da saúde.

Um primeiro paradoxo: o contraste entre os êxitos na investigação médica e a incapacidade de fornecer à totalidade da população os mais elementares cuidados médicos.

«A América, quem em cada ano devora 700 mil milhões de dólares em despesas médicas — 13% do PNB da nação mais rica do mundo — que detem o essencial da investigação terapêutica a nível mundial e contribui com 50 por cento das inovações de alta tecnologia, o maior número de transplantações cardíacas e scanners por habitante, deixa 37 milhões dos seus cidadãos entregues à assistência social pública ou

somar ainda outros factos: é necessário um rendimento de famélico para ter direito a uma estadia numa casa de reformados com assistência médica. Caso contrário é preciso pagar 30 000 dólares por ano, até à ruína. A mesma aberração no que se refere aos doentes da Sida, que passam a depender do Medicaid apenas quando as despesas com medicamentos de há muito os atiraram para a rua.»

Dois dogmas

O sistema de saúde americano balança entre dois dogmas: de um lado, a empresa privada, considerada como única susceptível de levar ao progresso médico; de outro a caridade para os — muitos — excluídos.

«Fragil equilíbrio: é o liberalismo hospitalar que cobra 5000 dólares a uma adolescente grávida, pela assistência pré-natal e um dia e meio de hospitalização. E é a consciência caritativa que leva os hospitais a tomarem à sua conta os dez mil dólares por dia necessários aos cuidados intensivos dispensados a milhares de prematuros, muitas vezes fruto de gravidezes mal acompanhadas, ou aos 160 000 bebés que em cada ano nascem de uma mãe drogada com crack».

Neste quadro, contam-se na América 11 milhões de crianças privadas de cuidados primários, sendo a taxa de mortalidade infantil a mais elevada do mundo ocidental.

O peso das multinacionais

A crise de 1929 levou o governo federal a subvencionar as companhias de seguros, como a Blue Cross, para minorar a miséria dos desempregados. Em 1949, o presidente Truman, levado pela grande vaga humanitária do pós-guerra, bem tentou impor à América uma segurança social à francesa e a fixação obrigatória das tarifas médicas.

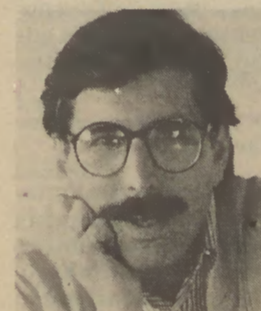
Em resposta, a American Medical Association utilizou milhões de dólares numa contracampanha para fazer gorar o projecto. Foram necessários 15 anos de luta para que os democratas fundassem a Medicare e a Medicaid, em 1965. Duas redes de segurança, um pouco alargadas em 1973 com a criação das Health Maintenance Organizations, dispensários de empresa, e pela isenção de impostos das somas consagradas pelas sociedades para pagar o seguro dos seus empregados. Em resumo, uma segurança feita de remendos, da ajuda local à federal ou totalmente privada, e que hoje estala sob o peso de tensões contraditórias.

«As empresas descobrem, em plena recessão, a factura saúde dos seus trabalhadores. 155 milhões de dólares para Caterpillar, 3,2 milhões de dólares — um quarto dos lucros anuais — na General Motors. Algumas PME em dificuldades resolvem brutalmente o problema. Um empregado de uma firma de Atlanta, seropositivo, viu serem-lhe reduzidos em 80% os subsídios de doença prolongada. Abominação aprovada pelo Supremo Tribunal. A crise obriga.»

«Consciente da situação de ruptura, é a própria American Medical Association que propõe hoje abrir a Medicaid às pessoas de rendimentos médios.»

Mas a segurança dos pobres — que se assume como caridade e não como direito à saúde — já hoje está terrivelmente sobrecarregada, com 27 milhões de assistidos. Os hospitais públicos estão sobrelotados e com o pessoal cortado em cerca de 20%, como resultado dos cortes orçamentais.

Em dez anos, o montante das despesas com a saúde ultrapassaram de 130% a inflação. Uma das razões invocadas é o progresso técnico. Um progresso que manifestamente não beneficia um número crescente de americanos.



DOMINGOS LOPES
Membro suplente do CC

«Morreram 150 ocidentais. E 150 mil iraquianos. Todos seres humanos. Quase todos jovens. E nada se resolveu, salvo o regresso ao trono do Emir.»

América está mal, dizem os seus governantes. A recessão está para ficar e agravou-se. Nove milhões de desempregados.

A grande América foi pedir à Austrália, à Coreia do Sul e ao Japão que lhes comprem coisas.

Bush promete aos norte-americanos o mesmo rigor para vencer a crise que demonstrou há um ano.

A guerra foi há um ano. Os povos árabes enfrentaram-se. Cavaram mais fundo a divisão. Hoje, perdidos, momentaneamente viram-se para onde lhes acenam traçoieiramente com ideais de justiça e de verdade.

Há um ano o Ocidente prometia-lhes liberdade e democracia. E de certo modo tudo piorou.

Foi há um ano que nós vimos os tracejados das balas. Disseram-nos, contentes, que matar daquele modo era soberbo. Extraordinário.

Morreram 150 ocidentais. E 150 mil iraquianos. Todos seres humanos. Quase todos jovens. E nada se resolveu, salvo o regresso ao trono do Emir. Por um Emir e o petróleo, a América fez o que fez. Não foi por uma nova era.

TIMOR

UM COMBATE

EXEMPLAR

MESA REDONDA com

Abílio Araújo FRETILIN

Paulo Pires UDT

Miguel Urbano PCP

O Inimigo

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Contos aos milhões

A construção do novo Palácio da CEE, em Bruxelas, custará 40 milhões de contos.

Sabemos agora quanto nos vai custar aquele antro onde mora a CEE. Afinal é tanto como esse espanto que é, em Belém, o CC...

Barrigudos manjericos manhas, crises e fanicos passarões de grandes bicos gigantes de alta voz digam-me: afinal os ricos são vocês ou somos nós?...

Elenco

Doentes mentais têm em Portugal dificuldade em arranjar emprego.

Cavaco, tivesse tento, resolvia o desencontro: punha-os lá no seu elenco governamental, e pronto.

Vendo melhor, não senhor. Já bastam os existentes. Os pobres dos doentes vinham de lá pior...

O IVA activa

Vai desaparecer a taxa zero do IVA, substituída por uma taxa de cinco por cento, que incidirá em especial sobre os alimentos.

Vê-se Cavaco a tratar bem da gente. Eu cá, pra ser sincero, achava deprimente esta coisa vulgar da taxa zero.

IVA activa sinais? Esta vantagem temos: nós vamos pagar mais mas em compensação comemos menos...

Os hipócritas

Em Espanha, imposições comunitárias obrigam ao despedimento de milhares de mineiros nas Astúrias.

Ah, então sempre há operários!
Ah, então são despedidos!
Ah, então são ofendidos fendidos de modos vários!

Ah, a crise sobe de tom!
Ah, pra quê tanto escarcéu?
Ah, para quê, se é tão bom ser pobre, mas europeu?

Ah, o interesse do país!
Ah, o trabalho que não há!
Ah, o Capital tão feliz...
Deixem-me rir, ah, ah, ah!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



O pregoeiro de promessas

O deputado algarvio do PSD, Filipe Abreu, dedicou-se a uma especialidade — a de pregoeiro de promessas do Governo — que comporta os seus riscos, mesmo para quem está habituado aos caprichos do jogo. Há dias interveio na Assembleia da República para apregoar a inauguração, lá para Dezembro, de alguns lotes da Via do Infante, cujo traçado tem sido tão contestado pelas populações algarvias, incluindo numa petição que a Assembleia também debateu na semana passada. Vamos ver se, desta vez, não acontece ao pregoeiro o que já lhe aconteceu quando apregou o arranque do Hospital do Barlavento do Algarve. Foi há dois anos que se serviu da Assembleia para dar essa boa notícia. Mas, até hoje, de arranque nem um sinal. Tão-pouco no Orçamento de Estado. Será agora?

Intolerante e persecutório

O nome de Manuel José Homem de Melo apareceu nos últimos tempos associado ao MASP, chegando a ser seu

porta-voz na última versão, o que teria feito com tamanha verbosidade que tiveram que interrompê-lo, substituindo-o. As intervenções públicas deste servidor da ditadura durante muitos anos, admirador confesso de Salazar e Marcelo Caetano, mostram que a generosidade com que foi acolhido no Portugal democrático não produziu a sua sincera conversão à democracia. Há dias, em artigo publicado no «DN», a pretexto da «Oposição em crise», lançou-se numa diatribe anticomunista, reveladora da sua intolerância e espírito persecutório. Insurge-se, pasme-se, contra a «permissividade democrática» da televisão, que ainda «acolhe os prosélitos comunistas». Que quer ele? Que os comunistas fossem ainda mais silenciados? Será que este cavalheiro, que já serviu tantos senhores, se prepara para servir o senhor Le Pen? Ou simplesmente terá saudade do senhor Silva Pais?

Companhias...

Mas parece que o homem de Melo anda bem acompanhado. Se ele acha que os comunistas ainda têm audiência na televisão, há quem ache como ele. Ainda há dias, Cavaco Silva, numa entrevista ao

«Expresso», produziu algumas afirmações curiosas. Uma foi aquela também a propósito da «crise da oposição» (agora está na moda). Cavaco disse que anda preocupado. Mas que «não foram colocadas quaisquer limitações à sua afirmação. Não se encontra outro período em que a Imprensa tenha sido tão livre», opinou o chefe do Governo e do PSD...

Privatize-se!

Aliás, as opiniões de Cavaco, nessa entrevista — como noutras que lhe lemos, vemos e ouvimos — são tão espantosamente auto-elogiosas que não resistimos a repescar aquela em que acaba por se queixar de... ganhar mal: «Não é com o ordenado que se tem no Governo», diz ele, «que se pode fazer qualquer ostentação. Um membro do Governo em Portugal ganhará talvez como o motorista de um primeiro-ministro dos maiores países da Europa... E mais adiante: «Com todas as despesas de representação incluídas, o recibo do meu ordenado é de 560 contos. Não se encontra nenhum gestor privado ou até público a ganhar este ordenado». Um dia destes, Cavaco encontra a receita — privatiza o Governo. Já faltou mais.

frases da Semana

«Digamos que eu não estou suficientemente informado. A política cultural não é uma coisa fácil de falar em duas tretas. Acho que estamos, mais ou menos, no bom caminho. Há, pelo menos, um apoio diferente às artes, ao cinema, ao teatro, que não havia há anos. Pelos vistos surgiu agora um apoio bastante importante à música portuguesa. E a cultura não é só isso, temos o outro lado, que são os museus, o trabalho dos arqueólogos, que ainda têm bastantes dificuldades. Para mim é bastante difícil falar de política cultural.»

☛ (Rui Veloso, «O Diabo», 21.01.92)

«Em termos de produtos concretos posso dizer que tenho alguma informação familiar. Claro que há sempre tendência para dizer que as coisas estão cada vez mais caras. Mas às vezes vai-se aos produtos concretos e as pessoas acabam por reconhecer que há uns que sobem e outros que descem.»

☛ (Cavaco Silva — «Expresso», 18.01.92)

«Um governante em Portugal ganha como o motorista de um primeiro-ministro dos maiores países da Europa. Há reformados da função pública a ganhar mais do que eu. Mas não me queixo, porque sou de poucas exigências.»

☛ (Idem)

«Para mim, solidariedade, justiça social, igualdade de oportunidades são valores a que atribuo grande importância. Preocupo-me muito com os reformados, com o trabalho infantil ou com a educação dos mais pobres.»

☛ (Idem)

«As pessoas deslocam-se: quando fecha uma fábrica, vão para outra.»

☛ (Idem)

«Admito que há um certo estilo que ajudei a introduzir na vida política portuguesa e que é bastante diferente do que vigorava anteriormente.»

☛ (Idem)

«Numa banda de políticos, Cavaco Silva seria o «manager».»

☛ (Rui Veloso — «O Diabo», 21.01.92)

«Estamos, neste momento, diante de um paradoxo. Isto é, a de a democracia, para subsistir, ter tido necessidade de um golpe antedemocrático.»

☛ (Pacheco de Andrade, sobre a situação na Argélia — «A Semana Vista...» — «Diário de Notícias», 19.01.92)

«Estou seguro de que obtirei mais votos do que os que tive na campanha presidencial. Se não atingir esse objectivo, então, sim, retiro-me.»

☛ (Basilio Horta — «Semanário», 21.01.92)

Quinta, 23**COLARES**

Reunião de militantes da freguesia de Colares, para entrega dos novos cartões do Partido e discussão da situação política: no Centro de Trabalho de Mucifal, às 21.00.

Sexta, 24**AVEIRO**

Plenário de militantes da organização concelhia, com a participação do camarada Artur Ramísio. Às 21.00 no Centro de Trabalho.

FEIRA

Plenário de militantes da organização concelhia, com a participação do camarada Sérgio Teixeira. No Centro de Trabalho, às 21.30.

BARREIRO

«O papel do militante e os meios para a acção política do Partido» - debate organizado no âmbito da 5ª Assembleia da Organização Concelhia a realizar em Maio. Às 21.00, no Centro de Trabalho concelhio, com a participação do camarada Francisco Lopes.

LISBOA

Plenário de militantes no Centro de Trabalho de Prior Velho: às 21.30.

Convívio no Centro de Trabalho de Benfica. A partir das 21.30, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês.

Debate no Centro de Trabalho da Graça, dirigido às organizações das freguesias de Alfama e Colina da Graça, organizado no âmbito da preparação do Encontro Distrital de Quadros da ORL. Às 21.30.

Jantar-convívio no CT da Av. Duque de Loulé, com entrega dos cartões do Partido 92/93, dos camaradas do Sector Centro Norte de Empresas da Cidade de Lisboa (entre outras, as organizações da Gulbenkian, CML, Efacec, Mercauto e os sectores Gráficos, Ind. Farmacéutica, Construção Civil). A partir das 19.30, com a participação do camarada José Casanova.

PORTO

«A Cimeira de Maasticht e as novas perspectivas de integração europeia» - debate com a participação do camarada Sérgio Ribeiro, a partir das 21.30, no salão da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso (R. Gonçalo Cristóvão, 187, junto ao JN).

PÓVOA DO VARZIM

Debate subordinado ao tema «A crise do socialismo no Leste Europeu e o Projecto do PCP para Portugal»: às 21.30, no Centro de Trabalho da Póvoa, com a

participação do camarada Vítor Dias.

Sábado, 25**LISBOA**

Encontro de quadros da ORL: a partir das 10.00, na Voz do Operário, com a participação do camarada Álvaro Cunhal (destaque nesta página).

ÉVORA

Debate sobre «A Reforma da Política Agrícola Comum e o Alentejo», com a participação dos camaradas Agostinho Lopes, Lino de Carvalho, Rogério de Brito e Carlos Amaro. No Refeitório da Câmara Municipal de Évora, às 15.00.

PORTO

Encontro-convívio de jovens trabalhadores comunistas, promovido pela JCP: a partir das 15.00, no Centro de Trabalho Barão de S. Cosme.

SETÚBAL

Plenário Distrital de Quadros: das 10.00 às 18.30, na Sociedade Musical Capricho Setubalense.

Participa o camarada Carlos Carvalhas, que fará a intervenção de encerramento do plenário.

TORRES NOVAS

Reunião de eleitos da CDU no concelho de Torres Novas. A partir das 15.00, no CT do PCP.

Domingo, 26**MONTEMOR-O-NOVO**

IV Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Novo: a partir das 10.00, nas instalações da Escola Secundária.

Participa o camarada Agostinho Lopes.

COVA DA PIEDADE

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, promovido pela Comissão de Freguesia da Cova da Piedade do PCP. Às 13 horas.

Terça, 28**LISBOA**

«Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos da racionalidade» - debate inserido no ciclo «O comunismo e o mundo contemporâneo» que está a decorrer quinzenalmente, às terças-feiras, no CT Vitória.

A partir das 21.00, com Barata Moura, Gizela da Conceição e Diogo Marques da Silva.

MEALHADA

Plenário de militantes da organização concelhia: às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

Agenda

Porto Encontro-convívio de Jovens Trabalhadores Comunistas

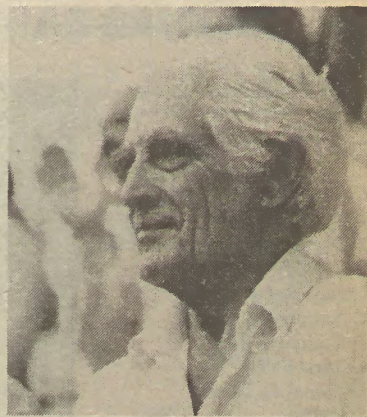
Sábado às 15 horas
CT Barão de S. Cosme

tempo de antena do PCP



Hoje Antena 1 e Emissores Associados

a seguir ao noticiário das 13.00 h.



Com a participação
de Álvaro Cunhal

Encontro de quadros da ORL

Sábado, 10 horas, Voz do Operário

Em discussão a acção junto dos trabalhadores (células de empresa, trabalho nas CTs e trabalho sindical) e a acção junto das populações (nas autarquias e no movimento associativo e popular).

No encerramento intervirá o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal.

Encontro-convívio do Sector da Saúde da ORL

Quinta-feira, dia 30, às 19 horas
no Centro de Trabalho Vitória

com a presença do camarada
Álvaro Cunhal

O AUTOR DO LEITOR

Sessões sobre livros
de autores portugueses
no Centro Vitória,
às 21.00 horas

6 de Fevereiro

«Violeta e a Noite»
com Urbano Tavares Rodrigues
e José Manuel Mendes

As sessões terminarão com venda de livros
autografados pelos autores



IV Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Velho

Domingo, a partir das 10 horas,
na Escola Secundária

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Para assinalar o 33º aniversário do triunfo da Revolução Cubana, a Associação de Amizade Portugal-Cuba promove um jantar comemorativo no restaurante «A Valenciana» na próxima 5ª feira, dia 30.

Os interessados em participar neste acto e na campanha de solidariedade com Cuba e contra o bloqueio dos Estados Unidos em que a Associação continua empenhada, podem contactá-la através do telefone 657305.

Televisão

Filmes na TV

Quinta, 23

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos
14.00 Brinca Brincando
14.35 Simba
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpson
21.50 Um Romance à Medida
22.40 Trovante - 15 Anos de Música
00.05 24 Horas
00.45 Remate
00.50 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Sotão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
16.35 A Aventura Espacial
17.00 Patinagem Artística
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
19.55 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Sevilha 91 - 40 Anos de Música de Guitarra
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.05 Anjo ou Demónio
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 24

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Tulsa - Ouro Negro
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto Por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Três Fugitivos
(ver «Filmes na TV»)
22.50 Cheers, Aquele Bar
23.20 24 Horas
23.55 Remate
00.15 Negros Hábitos
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 As Aventuras de Black Beauty
12.30 Curso de Inglês
12.45 Sotão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Patinagem Artística
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino



«Cotton Club», um soberbo espectáculo com alguns problemas de ritmos...

19.30 B. I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 A Árvore
22.30 Pantanal
00.00 Rotações
00.55 El CID

Sábado, 25

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País dos Gigantes
14.20 A Guerra dos Mundos
15.10 Gipsy Kings
16.30 As Aventuras de Buckaroo Banzai
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Nómadas
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.15 Araponga
23.15 Withnail e Eu
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Contradições
02.05 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.05 Agarra o 2
14.05 Fogo dos Trópicos
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.05 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 As Teias da Lei

Domingo, 26

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Um Espectáculo de Carro
14.05 O Mundo Animal
14.55 Top+
15.40 O Mistério das Areias
(ver «Filmes na TV»)
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.20 Domingo Desportivo
23.30 Conversa Afhada
00.30 No Calor da Noite
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine

11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 N6s 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «TV Dante» (2ª parte)
22.50 A Corda
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Tauromaquia

Segunda, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Uma Encantadora Idiota
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
22.50 Uma Família de Espiões
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 O Caçador da Noite
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Alemão
12.40 Circo
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Aventuras
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.35 Teatro - «Falsch», de René Kalsky

Terça, 28

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Lenda do Cavalo Branco
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo

18.10 Riviera
19.30 Telejornal
22.20 Rainha da Sucata
21.20 A Lei de Murphy
22.15 Primeira Página
23.15 Carol & Companhia
00.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.20 Curso de Francês
12.35 Circo
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 Férias Aquáticas
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 O Cozinheiro, o Ladrão, a Mulher e o Amante Dela
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Pop Off

Quarta, 29

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Sonhos Proibidos
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 Cotton Club
(ver «Filmes na TV»)
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Circo
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.15 Linha, a Quanto Obrigas
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.25 TV Artes
19.40 Bernstein: Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz:
«Quarta-feira»
22.40 Sinais do Tempo:
«De Lénine a Gorbachov» - II

Simba

«Simba» (G.Br./1955). Realização de Brian Desmond Hurst. Interpretação: Dirk Bogarde, Donald Sinden, Virginia McKenna, Basil Sidney. Cor, 95 minutos.

Melodrama cuja acção se desenrola no Quênia na época das lutas de libertação, pela independência e contra o colonialismo britânico, focando o seu impacto na vida de uma família de agricultores brancos. Boa interpretação de Bogarde e McKenna e excelente fotografia de Geoffrey Unsworth.

Quinta, 14.35, Canal

Anjo ou Demónio

«Fallen Angel» (EUA/1946). Realização de Otto Preminger. Interpretação: Alice Faye, Dana Andrews, Linda Darnell, Charles Bickford, Anne Revere. P/B, 93 minutos.

Este é o quarto filme de Otto Preminger neste pequeno ciclo dedicado ao grande mestre do cinema americano. Um homem cínico (Eric) chega a uma pequena cidade e acaba por casar com a rica herdeira do Presidente da Câmara local, enquanto se ocupa de amores com a empregada de um café. Mas esta é encontrada morta e Eric, suspeito do crime, foge à polícia na companhia da sua mulher procurando encontrar o verdadeiro assassino. A história clássica do triângulo amoroso, numa mescla de «filme negro» e de «melodrama», surge aqui neste filme em que o realizador não consegue manter o mesmo nível alcançado em «Laura».

Quinta, 23.05, Canal 2

Tulsa-Ouro Negro

«Tulsa» (EUA/1949). Realização de Stuart Heisler. Interpretação: Susan Hayward, Robert Preston, Pedro Armendariz, Lloyd Gough, Chill Wills, Ed Begley. Cor, 90 minutos.

A proprietária de uma exploração petrolífera (Hayward) é uma milionária implacável que defende com tenacidade os bens herdados do seu pai, morto nos conflitos entre criadores de gado. Mas uma desgraça nunca vem só: um dia, outro desastre (o incêndio dos seus poços de petróleo) bate-lhe à porta, o que vem transformar o seu duro carácter, tornando-a sensível ao amor... O filme é um bom passatempo para uma tarde passada em casa e foi espectacularmente realizado por um velho profissional (montador, realizador) do cinema americano.

Sexta, 14.35, Canal 1

Os Três Fugitivos

«Three Fugitives» (EUA/1989). Realização de Francis Veber. Interpretação: Nick Nolte, Martin Short, Sarah Rowland Doroff, James Earl Jones, Allan Ruck, Kenneth McMillan. Cor, 92 minutos.

«Dá Deus nozes a quem não tem dentes!», lá diz o ditado, que vem a propósito deste filme - «remake» do francês Veber de um seu primeiro filme com o mesmo argumento que já havia rodado em França, com G. Depardieu e P. Richard nos principais papéis - agora adaptado ao meio americano. A história de um cadastrado que, saindo da prisão, é «apanhado» e envolvido num assalto de banco levado a cabo por um «amador» com o qual tem de fugir à polícia, até poderia ter piada, se não fosse uma desinteressante e falsamente agitada realização que não ultrapassa o nível rasteiro das comédias «slapstick».

Sexta, 21.15, Canal 1

Negros Hábitos

«Entre Tinieblas» (Esp./1983). Realização de Pedro Almodóvar. Interpretação: Cristina S. Pascual, Marisa Paredes, Mari Carillo, Lina

Canalejas, Manuel Zarzo, Carmen Maura, Chus Lampreave, Wilmore, Laura Cepeda. Cor, 96 minutos.

Mais uma vez os temas caros ao espanhol Almodóvar que vamos encontrar em um dos seus primeiros filmes agora trazido ao circuito internacional na esteira das suas mais recentes e melhores obras que lhe trouxeram fama e proveito. O «profano» e o «sagrado» (para sermos parcimoniosos) coabitam por entre os muros austeros de um velho convento de freiras...

Sexta, 00.15, Canal 1

Fogo nos Trópicos

«Fire down Below» (G.Br./1957). Realização de Robert Parrish. Interpretação: Rita Hayworth, Jack Lemon, Robert Mitchum, Herbert Lom, Bonar Colleano. Cor, 112 minutos.

E Rita Hayworth desce de novo até aos nossos televisores! Fala-se, também, na próxima exibição de «Gilda», de Vidor. Por agora, fique-mos com este filme de Robert Parrish. História de encontros e desencontros, de amor, ódio e amizade perdida e reencontrada, esta adaptação de um romance de Max Catto é competentemente encenada por um realizador porventura subestimado e melhor interpretada por um trio de actores em que sobressaem a versatilidade dramática de Jack Lemon e a figura de Rita Hayworth no topo da sua carreira, com a sequência de uma dança de fazer perder a compostura.

Sábado, 14.05, Canal 2

As Aventuras de Buckaroo Banzai

«The Adventures of Buckaroo Banzai Across The Eighth Dimension» (EUA/1984). Realização de W. D. Richter. Interpretação: Peter Weller, John Lithgow, Jeff Goldblum, Ellen Barkin, Christopher Lloyd. Cor, 98 minutos.

Filme de aventuras inspirado na «série B» e na banda desenhada, esta história de ficção científica tem uma estrutura interna incoerente, o que lhe retira qualquer interesse que ultrapasse a simples curiosidade. Referência para os efeitos especiais e para o absurdo «perfil» do personagem principal: neurocirurgião, cantor de rock, corredor de automóveis!

Sábado, 16.10, Canal 1

Withnail e Eu

«Withnail & I» (G.Br./1986). Realização de Bruce Robinson. Interpretação: Richard E. Grant, Paul McGann, Richard Griffiths, Ralph Brown, Michael Elphick. Cor, 100 minutos.

Melhor argumentista («Terra Sangrenta») do que realizador, Bruce Robinson procura, neste seu primeiro filme, recriar uma época através da história (ao que parece, evocação autobiográfica) de dois actores desempregados na Inglaterra dos anos 60. Por vezes divertido, como acontece nas peripécias que os dois companheiros protagonizam numas desastrosas férias na província, o filme, segundo as referências, é prejudicado pela monotonia em que se deixa cair. Uma curiosidade: um dos co-produtores é o «beatle» George Harrison.

Sábado, 23.14, Canal 1

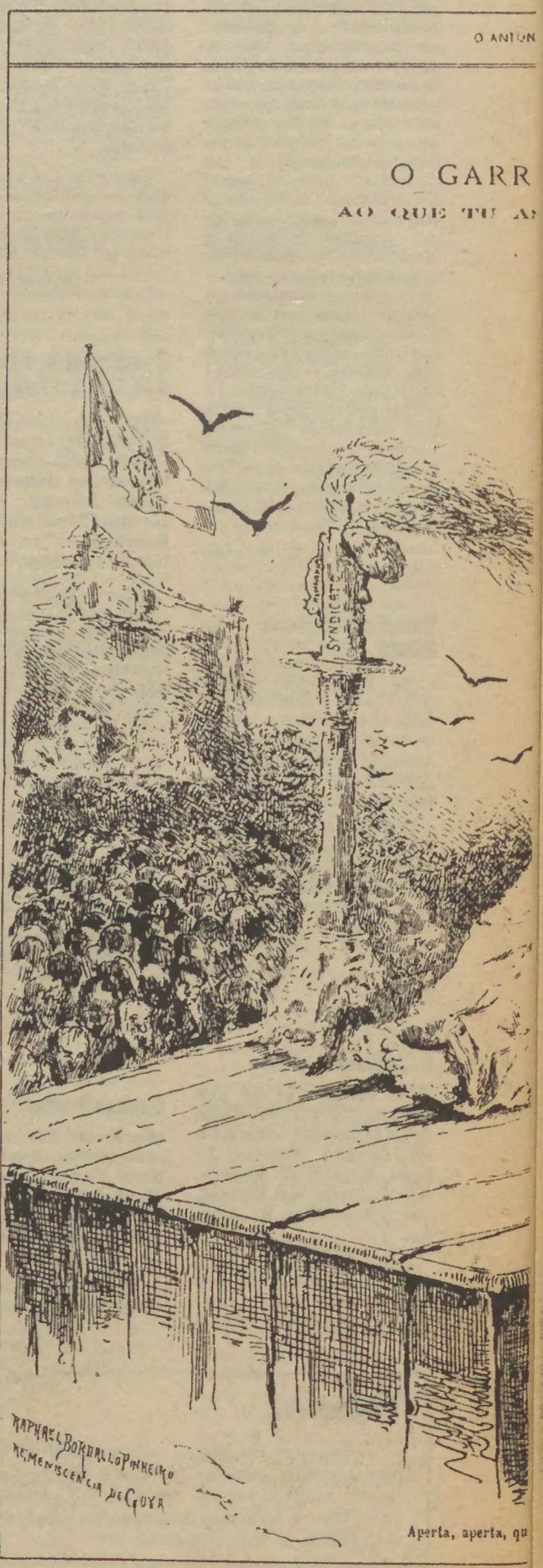
O Mistério das Areias

«The Riddle of the Sands» (G.Br./1978). Realização de Tony Maylam. Interpretação: Michael York, Jenny Agutter, Simon MacCorkindale, Alan Badel, Jurgen Andersen. Cor, 98 minutos.

Considerado o protótipo do «thriller» de espionagem, o romance de Erskine Childers que serviu de base ao argumento deste

O Orçamento

Foi em Janeiro de 1905 que desapareceu um homem que hoje, Janeiro de 1992, nos faria imensa falta. Quando Cavaco Silva quer extorquir ao povo português mais 340 milhões de contos de impostos neste ano, que saudades da contundente pena de Rafael Bordalo Pinheiro!



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Os vendilhões de propinas

Apesar da nebulosidade dos registos, é pacífico recuar até Sócrates (qualquer coisa como há cinco séculos antes de Cristo) para identificarmos no grande filósofo do século de Péricles a matriz do ensino democrático, definida já então no entendimento - hoje corriqueiro - de que cabe à sociedade a responsabilidade da formação dos seus cidadãos. Qualquer Constituição que se preze escreve hoje isso mesmo, preto no branco, e a nossa, a Portuguesa, saída da Revolução de Abril, continua na vanguarda de todas as franças e aranganças ao estipular no seu Artigo 74º, Ponto 3, Alínea C, que há que «estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino», preceito que nem a Lei Fundamental dos EUA consagrou - pese a sua admiradíssima devoção pelos direitos dos cidadãos - preferindo pormenorizar em matérias mais práticas como o direito universal ao uso e porte de arma. Todavia, uma coisa é o que a Constituição Portuguesa diz, outra a que o Governo acha que está obrigado a fazer. Durante uns anos - os que esteve ocupado em coisas mais grossas como a destruição das conquistas socioeconómicas fundamentais da Revolução de Abril - deixou mais ou menos o Ensino em paz no que toca a propinas, limitando a sua intervenção nesta área à eficaz subversão do sistema, quer na sua qualidade pedagógica, quer nos princípios democráticos que o seu funcionamento regiam, quer pelo estrangulamento concreto do quotidiano da escola pública, em concomitância com o apoio aos vendilhões que se acobertam no chamado «ensino privado».

Foi assim que Roberto Carneiro já deixou obra, quase pia de tão católica, deixando baquear, fisicamente, o edifício escolar do País e abrindo caminho, por entre escombros, à solução privada para um ensino, se não de qualidade, pelo menos de concretizado prestígio. Faltava o resto, que está a vir agora através de nova personagem.

Interpreta-a Diamantino Durão que, aparentemente, nada tem a ver com a melíflua disponibilidade de Roberto Carneiro para a demagogia de fim-de-semana. Pelo que se viu no passado sábado na televisão, o novo ocupante a 5 de Outubro é menos habilidoso a falar às massas e nem facies exótico tem a jogar em seu favor. Discreta um pouco deambuladamente, não consegue protagonizar o deus ex machina tão facilmente exibido por Roberto Carneiro, dir-se-ia mesmo, se maldosos quiséssemos ser, que anda por ali a arrastar um papel que não conhece muito bem. Ilusão pura, e não apenas pela advertência lançada por Cavaco Silva num semanário da semana passada dizendo, mais ou menos, que «quem me conhece sabe que não admito nem incompetências nem faltas de respeito». E incompetente, é coisa que certamente Diamantino Durão não é, ao cumprir rigorosamente a fase seguinte do plano de subversão do ensino público em Portugal, cujo consiste no aumento alucinante das propinas a pagar pelos estudantes universitários, qualquer coisa como 50 vezes mais sobre os valores actuais.

Confrontado com a brutalidade do aumento, o ministro refugiou-se sem hesitações em raciocínios economicistas e brandiu, com à-vontade de veterano de Governo de Cavaco Silva, os argumentos da «modernidade», dos «critérios de justiça», da «racionalidade» e da «eficácia». Nem uma palavra para o preceito constitucional que obriga o Governo do País a ir ainda mais longe do que, apesar de tudo vai, qualquer dos admirados parceiros importantes da CEE em matéria de ensino público, quer se fale da Alemanha, França ou Grã-Bretanha. Diamantino Durão pode ser inábil no modo como cumpre ordens, não o é, certamente, a cumpri-las.

A provar que nada disto acontece por acaso - e falamos das justificações do ministro na televisão - temos a prosa saída no «Expresso» da semana passada onde António Pinto Leite - um influente pêpêdê do lobby lisboeta - procura aduzir argumentos «democráticos» para legitimar o escândalo, entremeando em repolhudos parágrafos pós-modernos, incandescências deste tipo: (Em Portugal) «uma licenciatura completa sai por meia dúzia de contos, ou seja, fica-se doutor pelo preço de um bilhete para o Bryan Adams».

Embora também merecidamente expulsos, os vendilhões do templo, ao menos, faziam negócio com o que era deles.

HC

Timor Diplomacia portuguesa perde terreno

A Holanda, parceira de Portugal na presidência da CEE, acha que a Indonésia deu «sinais positivos» e levanta sanções.

A aparente falta de capacidade de pressão internacional do Governo português sobre a questão de Timor-Leste, a que se junta a forte actividade diplomática indonésia no sentido de dar credibilidade aos resultados do inquérito que mandou instaurar aos acontecimento de 12 de Novembro passado no cemitério de Santa Cruz - admitindo mesmo a existência de 50 mortos e a responsabilidade de alguns militares - levaram, depois do aplauso norte-americano e australiano, a Holanda (antiga potência colonial da Indonésia) a anunciar que vai levantar a suspensão de ajuda económica aquele país.

A Holanda, que é desde Junho de 1991 parceiro de Portugal na troika que preside à CEE, considerou o relatório como um sinal positivo dado pela Indonésia e que a suspensão de ajuda económica já não se justifica, pelo que elaborou uma proposta nesse sentido, entregue

para apreciação do parlamento holandês.

O Governo português, que até à hora de fecho desta edição do «Avante!» afirma desconhecer oficialmente essa posição holandesa, terá agora de avaliar quais as consequências que para a causa do povo maubere essa medida holandesa poderá trazer, já que outros países da CEE poderão agora decidir-se a manifestar alguma forma de apoio à Indonésia.

Entretanto foi anunciado que João de Deus Pinheiro entrega hoje uma carta ao novo secretário-geral da ONU, Butros-Gahli, onde se afirmará que o Governo Português propõe a abertura de negociações directas com a Indonésia, com alargamento a representantes do território.

Não foi esclarecido se essa negociação que se pretende diz respeito unicamente à questão da violação dos Direitos Humanos em Timor por parte dos indonésios, ou

se tem como objectivo aquele que é o ponto fundamental para a Resistência Timorense: a autodeterminação e independência.

A Tapol, uma organização de defesa dos Direitos Humanos sediada em Londres, anunciou que 15 timorenses foram transferidos das instalações policiais em Djakarta para uma outra prisão na mesma cidade, tendo os seus processos passado para os tribunais.

A Tapol, que tem denunciado actos de tortura sobre estes estudantes que a polícia indonésia tem perpetrado, afirma também que sete dos jovens presos terão assinado, «sob intensa pressão», uma declaração que defende a integração de Timor-Leste na Indonésia. Todos os outros estudantes recusaram-se a assinar aquela declaração.

Assinala-se que, pela legislação indonésia, o prazo legal para o Estado poder for-

mular acusações contra prisioneiros é de 60 dias, prazo que foi ultrapassado na passada sexta-feira.

Entretanto a saída de Lisboa, prevista para ontem, do barco «Lusitânia Expresso» acabou por não se concretizar, segundo disseram os responsáveis da iniciativa por ainda não estarem completos os testes necessários que permitissem às autoridades marítimas conceder autorização para a viagem.

O «Lusitânia Expresso» devia navegar até à Austrália, pretendendo-se que depois nele embarcasse um conjunto de personalidades e estudantes universitários que pretendem desembarcar em Díli.

A Comissão Distrital de Leiria da JCP assinalou a passagem do segundo mês sobre o massacre de Dili promovendo uma acção de divulgação junto de empresas e centros de formação profissional sobre a questão de Timor.

Lisboa comemora 6 de Março com comício no Pavilhão

A Organização Regional de Lisboa do PCP, que realiza sábado um encontro de quadros, vai assinalar o aniversário do Partido com um comício no Pavilhão Carlos Lopes, a 6 de Março, em que participa o camarada Álvaro Cunhal

A realização do comício foi anunciada à comunicação social após a reunião da DORL realizada no dia 17, e na qual foram analisadas algumas questões da situação social e política. A direcção regional de Lisboa condenou as decisões do Governo respeitantes ao agravamento da taxa do IVA, ao aumento das propinas escolares, às transferências de verbas para as autarquias, e ao «crescente vazio nas acções diplomáticas tendentes à resolução da grave situação vivida em Timor-Leste».

A DORL expressou a sua solidariedade para com os trabalhadores que estão em luta pela defesa dos seus direitos e pelo aumento dos seus salários, bem como contra a liquidação do sector empresarial do Estado, e sublinhou a importância dos projectos de lei apresentados pelo Grupo Parlamentar comunista visando revogar os aspectos gravosos do pacote laboral e reduzir para 40 horas a semana máxima de trabalho - destacando o agendamento para debate na AR do projecto de lei do PCP sobre atribuição de medicamentos gratuitos a doentes crónicos e cidadãos de menores recursos.

Sábado na Voz do Operário

Na reunião da DORL, que aprovou as linhas essenciais

«avançar com ideias e respostas, e encontrar e dinamizar medidas positivas», como referiu ao «Avante!» o camarada Carlos Grilo, membro do CC e da DORL.

Estão em discussão duas áreas prioritárias da actividade da direcção regional de Lisboa: a acção junto dos trabalhadores (células de empresa, trabalho nas CTs e trabalho sindical) e a acção junto das populações (nas autarquias e no movimento associativo e popular).

O encontro inicia-se às 10 horas, com uma intervenção de José Casanova, membro da Comissão Política do Par-

tido. Ainda em plenário, os camaradas Marques dos Santos, Elvira Nereu, Jorge Cordeiro e Helena Medina intervirão sobre as quatro linhas prioritárias do trabalho da ORL definidas na 2ª Assembleia da organização. Das 11.30 às 13 horas e das 15 às 17, o debate decorrerá em duas secções (abordando os dois temas centrais). Nas instalações da Voz do Operário estará em funcionamento um refeitório de apoio aos participantes.

No encerramento, de novo em plenário, intervirá o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal.

Privatização dos CTT sob pressão de lobbies

O projecto de reestruturação dos CTT que transforma esta empresa pública em sociedade anónima, «ao contrário do que afirma o jornal Expresso», aponta medidas que, na opinião da Comissão Coordenadora Nacional do PCP na empresa, «correspondem à pressão de lobbies existentes no sector das Comunicações, já que o projecto de decreto aponta para uma reestruturação dos CTT orientada no sentido de facilitar a privatização desta empresa, tornando alguns dos seus sectores mais rentáveis atraentes para o capital privado».

Em comunicado divulgado terça-feira, onde os comunistas dos CTT fazem uma primeira apreciação aos projectos governamentais, onde se incluem os novos Estatutos para a empresa, afirma-se que «independentemente da estrutura organizacional, não existem razões plausíveis que justifiquem que as empresas decorrentes da cisão dos «CTT SA»

deixem de ser de capitais exclusivamente públicos, tendo em conta não só o carácter público e a necessária qualidade do serviço como a própria soberania nacional e o sigilo das comunicações».

Afirmando a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os projectos do Governo, a Coordenadora do PCP nos CTT afirma que «são claros nos objectivos finais, cuidadosos na criação de condições para uma intervenção profunda do capital nacional e estrangeiro no sector e minam a base em que assentam os direitos e regalias dos trabalhadores».

A estrutura do PCP refere serem «confusos e muito vagos» os termos em que os projectos definem os direitos dos trabalhadores, não sendo salvaguardado que o Fundo de Pensões venha a manter no futuro os objectivos que determinaram a sua constituição.